

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO

Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão

RELATÓRIO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA 2º TRIMESTRE 2015

Julho de 2015

SUMÁRIO

1.	Apresentação	3
1.1.	Critérios para análise do desempenho estratégico	3
2.	Análise do desempenho estratégico	5
2.1.	Visão geral do desempenho estratégico	9
2.2.	Visão geral do desempenho dos indicadores.....	11
2.3.	Visão geral do desempenho das iniciativas estratégicas	13
2.4.	Análise detalhada do desempenho estratégico no segundo trimestre de 2015	16
3.	Conclusão	16

1. Apresentação

O Relatório de Análise da Estratégia apresenta o desempenho dos objetivos, indicadores, metas e iniciativas estabelecidas no Plano Estratégico Institucional, e tem por finalidade subsidiar a Reunião de Análise da Estratégia (RAE), fornecendo insumos para garantir sua máxima produtividade.

A Reunião de Análise da Estratégia (RAE) visa a garantir o acompanhamento e a gestão da estratégia de médio e longo prazos, por meio da avaliação dos objetivos, indicadores, metas e iniciativas constantes do Plano Estratégico Institucional. Além de assegurar investimento de tempo no diálogo estratégico, a RAE favorece a análise sistêmica do desempenho institucional, oportuniza discussões sobre os cenários interno e externo e como eles afetam a estratégia, promove o alinhamento de entendimentos acerca da estratégia e orienta a tomada de decisões.

As reuniões fornecem dados e fatos que asseguram uma gestão objetiva da estratégia, não sendo aconselhável conduzir a discussão para assuntos estritamente operacionais. A partir do aprendizado gerado pelas RAEs é que a estratégia pode ser questionada e, eventualmente, atualizada ou revista, a partir de um novo ciclo de formulação.

1.1. Critérios para análise do desempenho estratégico

A fim de sistematizar a análise do desempenho estratégico, este Tribunal, pautado na metodologia do BSC – *Balanced Scorecard*, adotou os critérios a seguir apresentados para avaliação dos objetivos, indicadores, metas e iniciativas estratégicas.

A análise de desempenho dos objetivos decorre da avaliação dos indicadores a eles relacionados. Cada indicador é “sinalizado” de acordo com o índice de alcance da respectiva meta, conforme os intervalos apresentados no quadro abaixo, devendo ser considerada a polaridade do indicador, isto é, “quanto maior, melhor” (quanto maior o resultado alcançado, melhor o desempenho) ou “quanto menor, melhor” (quanto menor o resultado alcançado, melhor o desempenho).

Observa-se, contudo, que após a revisão do Plano Estratégico, em 2012, deliberou-se pela modificação da margem de desempenho considerada razoável para avaliação da meta, passando de 5% para 10%.

Polaridade - Maior Melhor



Polaridade - Menor Melhor



Indicador não disponível no momento



Indicador sem medição para o período

Os “sinais” coloridos são recursos visuais que servem para representar a criticidade e o nível de atenção a ser dispensado aos indicadores e aos objetivos. A cor verde indica desempenho satisfatório. A cor amarela indica necessidade de atenção. A vermelha, a necessidade de ações corretivas e nível de atenção ainda maior.

Além dessas “sinalizações”, o indicador pode receber a cor preta, indicativo de que não está operacional porque não está sendo mensurado ou não tem meta definida, ou a cor cinza, que indica que não há medição para o período, isto é, o histórico de mensuração ainda não foi iniciado.

A média das pontuações obtidas do conjunto de indicadores de cada objetivo determinará a situação do objetivo estratégico, conforme quadro abaixo:

Critério dos Sinais de Desempenho dos Objetivos		
Pontuação dos Indicadores	Média dos Pontos	
	Resultado	Situação do Objetivo
3 pontos		
2 pontos	0 – 1,50	
1 ponto	1,51 – 2,50	
0 ponto		
Indicador não pontua	2,51 – 3,00	

As iniciativas estratégicas serão analisadas com base nos prazos de execução estabelecidos nos respectivos Planos Gerais de Projeto ou, na ausência daqueles, nos Termos de Abertura de Projeto, conforme sinalizadores apresentados no quadro abaixo. Busca-se, dessa forma, facilitar a análise do andamento das iniciativas estratégicas e auxiliar a tomada de decisão em relação ao eventual realinhamento dessas iniciativas.

Critério de Desempenho das Iniciativas em relação ao Prazo (Planejado X Realizado)	
	Iniciativa em andamento, sem pontos de atenção ou riscos identificados não ocorridos
	Iniciativa com ponto de atenção ou pendência
	Iniciativa com problemas (riscos ocorridos)
	Iniciativa não iniciada
	Iniciativa concluída
	Iniciativa descontinuada

2. Análise do desempenho estratégico

Esta seção apresenta a análise do desempenho dos objetivos, indicadores, metas e iniciativas estratégicas.

A minuciosa avaliação das informações aqui apresentadas deve induzir à reflexão sobre a importância do monitoramento contínuo dos elementos do BSC e da vinculação entre a estratégia e o processo operacional como propulsores do aprendizado e do desenvolvimento institucional.

O presente relatório apresenta o resultado do desempenho estratégico do TRE-RJ no segundo trimestre de 2015.

Deve-se destacar que o Plano Estratégico do TRE-RJ, com vigência de 2010 a 2014, foi prorrogado pela Resolução nº 918/2015 até dezembro de 2015.

Este relatório apresenta as análises dos objetivos que têm a si vinculados indicadores cujas periodicidades de medição são mensais, trimestrais, quadrimestrais e semestrais. Assim, não estão contempladas neste relatório as análises relacionadas aos objetivos “*Aprimorar o processo eleitoral*” e “*Garantir a infraestrutura adequada ao funcionamento*”

do TRE-RJ”, cujos desempenhos apurados nas últimas aferições estão representados no mapa estratégico apresentado a seguir.

A análise do indicador “Índice de agilidade na tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços” não foi apresentada pelas unidades responsáveis, prejudicando, conseqüentemente, a análise do objetivo “Garantir a agilidade dos processos administrativos”.

Não foi apresentado, também, pela unidade responsável, a análise do objetivo “Buscar a excelência na gestão de custos operacionais”.

Destaca-se que visando tornar mais claras as análises dos objetivos que integram este relatório, as mesmas estão acompanhadas, além das análises dos indicadores cujas periodicidades de medição são mensais, trimestrais, quadrimestrais e semestrais, das últimas análises dos demais indicadores porventura associados àqueles objetivos.

Segue o quadro consolidado das periodicidades dos indicadores, segmentados por objetivo estratégico:

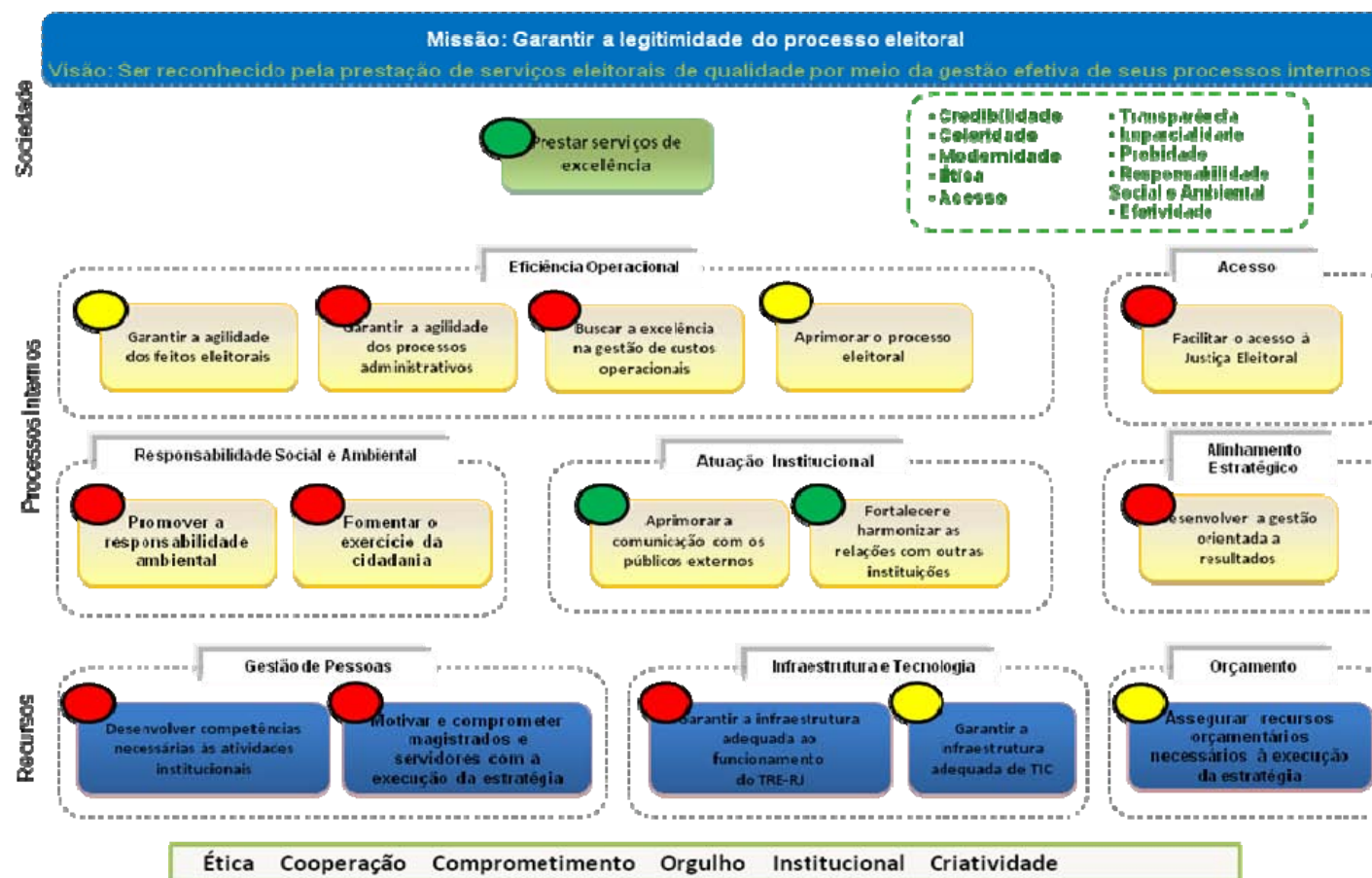
Objetivo	Indicadores	Periodicidade de medição
Prestar serviços de excelência	PSE 01 – Índice de satisfação do cliente externo	Trimestral
	PSE 02 – Índice de respostas a contatos dirigidos à Ouvidoria	Trimestral
	PSE 03 – Tempo médio de resposta a contatos dirigidos à Ouvidoria	Trimestral
Garantir a agilidade dos feitos eleitorais	EO 01 – Taxa de congestionamento de feitos judiciais (1º grau)	Trimestral
	EO 02 – Taxa de congestionamento de feitos judiciais (2º grau)	Trimestral
	EO 03 – Taxa de congestionamento de feitos administrativos (1º grau)	Trimestral
	EO 04 – Índice de agilidade no julgamento dos feitos judiciais (1º grau)	Trimestral
	EO 05 – Índice de agilidade no julgamento de feitos judiciais (2º grau)	Trimestral
	EO 06 – Índice de agilidade no julgamento de feitos administrativos (1º grau)	Trimestral
	EO 07 – Prestações de contas julgadas no prazo	Bienal, em agosto dos anos não eleitorais
Garantir a agilidade dos processos administrativos	EO 08 – Índice de agilidade na tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços	Semestral

Buscar a excelência na gestão de custos operacionais	EO 09 – Custo de manutenção da estrutura	Semestral
Aprimorar o processo eleitoral	EO 10 – Percentual de implementação de planos de ação e projetos resultantes das avaliações das eleições	Bienal, em dezembro dos anos eleitorais
	EO 11 – Percentual de eleitores com cadastro biométrico	Anualmente, em janeiro
	EO 12 – Percentual de mesários voluntários	Bienal, em dezembro dos anos eleitorais
Facilitar o acesso à Justiça Eleitoral	ACE 01 – Índice de acesso à Justiça	Trimestral
	ACE 02 – Índice de atendimento às demandas de ações de acesso	Trimestral
Promover a responsabilidade ambiental	RSA 01 – Índice de desempenho ambiental	Semestral
Fomentar o exercício da cidadania	RSA 02 – Número de pessoas alcançadas pelos projetos sociais	Semestral
Aprimorar a comunicação com os públicos externos	AI 01 – Índice de satisfação dos usuários da internet	Trimestral
	AI 02 – Índice de inserções positivas na mídia	Mensal
	AI 03 – Percentual de disponibilização na Internet da íntegra das sentenças proferidas (1º grau)	Mensal
Fortalecer e harmonizar as relações com outras instituições	AI 04 – Número de parcerias estratégicas	Semestral
Desenvolver a gestão orientada a resultados	AE 01 – Índice de alcance das metas estratégicas	Anual, em janeiro
	AE 02 – Índice de desdobramento da estratégia	Semestral
	AE 03 – Número de reuniões de análise da estratégia	Trimestral
Desenvolver competências necessárias às	GP 01 – Índice de aderência ao PAC	Quadrimestral
	GP 02 – Índice de execução do PAC	Quadrimestral

atividades institucionais	GP 03 – Índice de adequação às competências organizacionais	Semestral
Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia	GP 04 – Clima organizacional	Bienal, em anos não eleitorais
	GP 05 – Índice de Cartórios Eleitorais participantes no Espaço Colaborativo	Mensal
	GP 06 – Índice de participação de magistrados	Semestral
Garantir a infraestrutura adequada ao funcionamento do TRE-RJ	IT 01 – Índice de adequação das instalações físicas	Anual, em dezembro
	IT 02 – Índice de adequação dos materiais permanentes	Anual, em janeiro
	IT 03 – Índice de instalações acessíveis	Anual, em dezembro
Garantir a infraestrutura de TIC	IT 04 – Índice de disponibilidade de serviços essenciais de TIC	Mensal
	IT 05 – Índice de porte em TIC conforme requisitos definidos na Resolução 90/CNJ	Anualmente, quando da avaliação de porte dos tribunais realizada pelo CNJ
Assegurar recursos orçamentários necessários à execução da estratégia	ORÇ 01 – Execução orçamentária	Anual, em janeiro
	ORÇ 02 – Índice de execução financeira	Trimestral
	ORÇ 03 – Índice de execução do orçamento estratégico	Anual, em janeiro

2.1. Visão geral do desempenho estratégico

O mapa estratégico do TRE-RJ apresentou a seguinte configuração ao final do segundo trimestre de 2015:



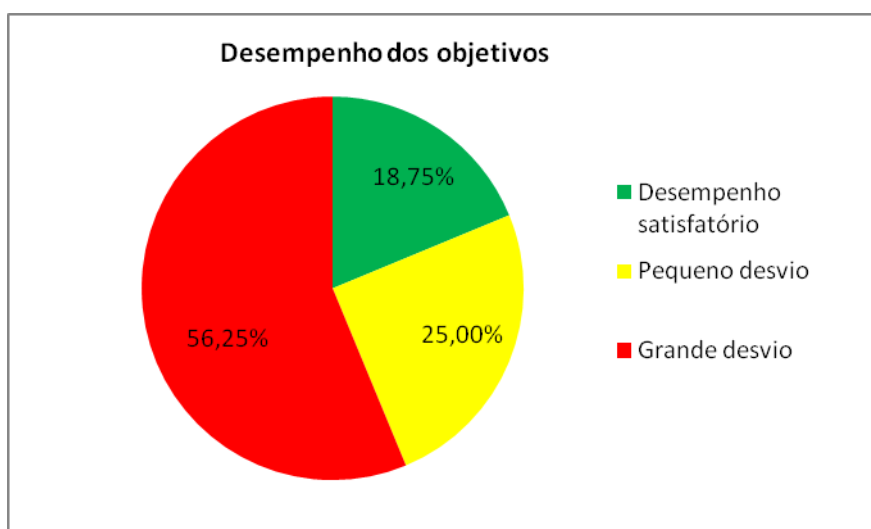
Considerando o quadro abaixo, que indica o número de objetivos, por período, de acordo com as respectivas “sinalizações”, depreende-se a piora de desempenho estratégico do TRE-RJ em relação ao trimestre anterior.

Tal piora decorre do desempenho insatisfatório do objetivo “**Buscar a excelência na gestão de custos operacionais**”, que passou a apresentar a sinalização “vermelha”. Saliente-se que a unidade responsável deixou de apresentar a análise do mencionado objetivo, prejudicando uma avaliação mais assertiva dos fatores que estão impactando nos custos operacionais do Tribunal e a identificação de medidas que possam contribuir para a correspondente melhoria de desempenho.

Tabela 1: Desempenho dos objetivos

1º sem/2013	4	3	9
3º trim/2013	2	5	9
4º trim/2013	4	5	7
1º trim/2014	4	5	7
2º trim/2014	3	3	10
3ºtrim/2014	2	4	10
4º trim/2014	3	5	8
1º trim/2015	4	4	8
2º trim/2015	3	4	9

Gráfico 1: Desempenho dos objetivos



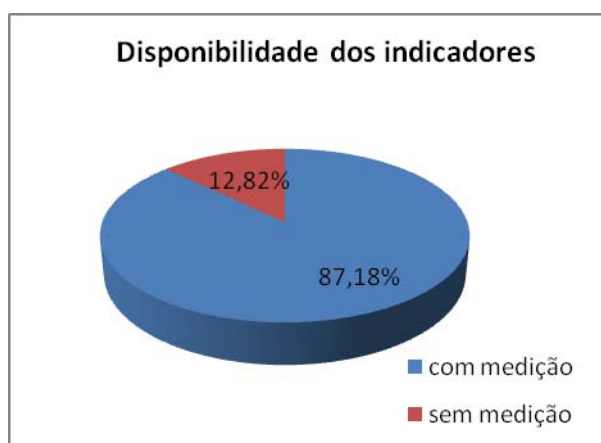
2.2. Visão geral do desempenho dos indicadores

No que se refere à operacionalização dos indicadores estratégicos, observa-se que no segundo trimestre de 2015 o indicador “*Índice de agilidade na tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços*” não foi mensurado, acarretando em piora em relação ao período anterior, quando não houve registro de análises não realizadas.

Permanecem sem medição os seguintes indicadores:

- “*Índice de cartórios eleitorais participantes no Espaço Colaborativo*”, cuja operacionalização depende da conclusão do projeto estratégico necessário à respectiva mensuração;
- “*Índice de adequação às competências institucionais*”, cuja medição se mostra inadequada, conforme análise realizada pela unidade responsável, sendo necessário reformular a ficha do indicador para torná-lo operacional;
- “*Índice de adequação das instalações físicas*”, cuja forma de medição deve ser objeto de análise, já sendo apresentada tal proposição em relatórios anteriores;
- “*Índice de instalações acessíveis*”, cuja forma de medição deve ser objeto de análise, já sendo apresentada tal proposição em relatórios anteriores.

Gráfico 2: Disponibilidade dos indicadores



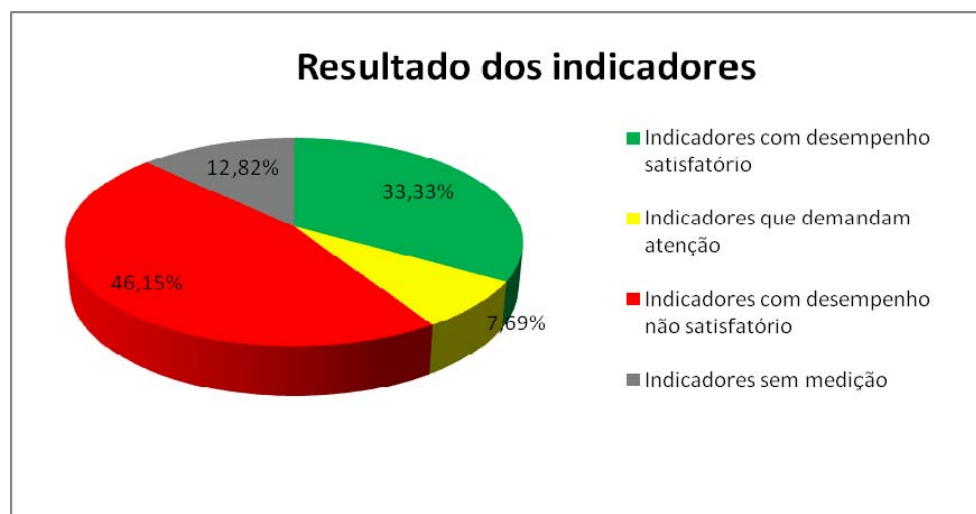
Dos 40 indicadores que integram o plano estratégico, apenas 39 são computados, uma vez que o indicador “*Índice de alcance de metas estratégicas*” não é incluído no cálculo de percentual de metas alcançadas. Observa-se que 13 (treze) indicadores

apresentam desempenho dentro do limite desejável no segundo trimestre de 2015 (sinalização "verde"), isto é, suas metas foram atingidas ou apresentaram desempenho dentro do limite de comportamento desejável, o que corresponde a 33,33% do total de indicadores mensurados (operacionais ou não); 18 (dezoito) apresentaram desempenho insatisfatório (sinalização "vermelha"), o que corresponde a 46,15%; e, 3 (três) indicadores demandam atenção (sinalização "amarela"), o que corresponde a 7,69%. Os outros 5 (cinco) indicadores, conforme apontado anteriormente, não foram mensurados, correspondendo a 12,82%. Assim, em linhas gerais, demonstra-se involução em relação ao trimestre anterior, haja vista a tabela abaixo:

Tabela 2: Desempenho dos indicadores

INDICADORES					
4º trimestre/2013	17	1	16	2	3
1º trimestre/2014	16	2	17	2	2
2º trimestre/2014	12	2	19	2	4
3º trimestre/2014	12	1	18	2	6
4º trimestre/2014	13	2	20	0	4
1º trimestre/2015	13	3	19	0	4
2º trimestre/2015	13	3	18	0	5

Gráfico 3: Resultados dos indicadores



2.3. Visão geral do desempenho das iniciativas estratégicas

O TRE-RJ tem atualmente 29 (vinte e nove) projetos em seu portfólio estratégico, considerando que dos 42 (quarenta e dois) projetos inicialmente elencados, 1 (um) foi descontinuado (“*Programa TRE Cidadão*”) e 12 (doze) encontram-se concluídos, a saber: **a)** “*Ampliação da Carta de Serviços do TRE-RJ*”, concluído em 2013; **b)** “*Programa Qualidade de Vida no Trabalho – QVT*”, concluído em 2013; **c)** “*Gestão do Clima Organizacional*”, concluído no primeiro semestre de 2014; **d)** “*Normatização sobre prática de atos ordinatórios de ofício*”, concluído no primeiro semestre de 2014; **e)** “*Otimização do Sistema PIE – Plano Integrado das Eleições*”, concluído no primeiro semestre de 2014; **f)** “*Planejamento das Eleições 2014*”, concluído no primeiro semestre de 2014; **g)** “*Revisão da Agenda Ambiental*”, concluído no primeiro semestre de 2014; **h)** “*EAD – Ensino a Distância*”, concluído no terceiro trimestre de 2014; **i)** “*Sistema de Pesquisa de Satisfação*”, concluído no quarto trimestre de 2014; **j)** “*Metodologia de Gestão de Processos do TRE-RJ*”, concluído em abril de 2015; **k)** “*Guia de Inclusão de Critérios Sustentáveis Para Contratações*”, concluído em maio de 2015; **l)** “*Comitê Gestor do Portal*”, concluído em junho de 2015.

Observa-se, portanto, significativa melhora em relação ao desempenho da carteira de projetos do Tribunal no período, uma vez que foram concluídos 3 (três) projetos no segundo trimestre de 2015, além de iniciado o projeto “*Modernização do Data Center*”, cujo Termo de Abertura (TAP) data de junho de 2015. Contudo não houve evolução em relação aos demais projetos estratégicos, os quais se encontram iniciados e com problemas em sua execução. Ressalta-se que as iniciativas estratégicas são analisadas com base nos prazos de execução estabelecidos nos respectivos Planos Gerais de Projeto ou, na ausência daqueles, nos Termos de Abertura de Projeto.

Reitera-se a necessidade de realização de reunião específica para tratar do realinhamento do portfólio de projetos estratégicos deste Tribunal. Ressalta-se, ainda, que a sistematização dessas reuniões mostra-se bastante saudável, na medida em que oportunizará maior foco na solução das pendências dos projetos e eficiência em sua execução, evitando-se, assim, atrasos e desperdícios, além de assegurar a efetividade dos objetivos estratégicos aos quais estão relacionados e favorecer o processo de execução e planejamento orçamentário das ações estratégicas.

Segue apresentada no quadro abaixo a situação atual dos recursos orçamentários destinados a ações estratégicas no corrente exercício.

AÇÃO	CUSTO ESTIMADO	DISPONIBILIZADO	EMPENHADO	DISPONÍVEL	% TOTAL	% EMP	% DISP
Mesário Voluntário 2015	R\$ 43.385,00	R\$ 43.396,30	R\$ 33.063,37	R\$ 10.332,93	1,23	76,19	23,81
Programa Eleitor do Futuro	R\$ 97.555,00	R\$ 90.220,00	R\$ 21.259,52	R\$ 68.960,48 (*)	2,56	23,56	76,44
Modernização do Data Center	R\$ 2.114.596,89	R\$ 2.239.569,56	-----	R\$ 2.239.569,56	63,51	0	100
TRE vai à Escola	R\$ 9.103,50	(**)	R\$ 1.215,48	(R\$ 1.215,48)	0	!	!
Capacitação de Recursos Humanos	R\$ 1.100.000,00	R\$ 1.128.000,00	R\$ 358.872,20	R\$ 769.127,80 (***)	31,99	31,81	68,19
Sistema de Gestão por Competências	R\$ 25.000,00	R\$ 25.000,00	-----	R\$ 25.000,00 (****)	0,71	0	100
TOTAL	R\$ 5.719.861,72	R\$ 3.526.185,86	R\$ 414.410,57	R\$ 3.111.775,29	100		

Atualizado em 31/07/2015 – fonte: SOF

(*) Do valor disponível para o “Programa Eleitor do Futuro”, R\$ 43.370,48 são destinados a treinamento (diárias/curso) e R\$ 25.590,00 destinam-se a divulgação

(**) O Presidente à época, Des. Bernardo Garcez, indeferiu a inclusão do projeto na Proposta Orçamentária de 2015, não tendo sido submetido, portanto, ao TSE.

(***) TI – Disponibilizado: R\$ 95.000,00; Empenhado: R\$ 38.340,00; Disponível: R\$ 56.660,00

TREINA – Disponibilizado: R\$ 1.033.000,00; Empenhado: R\$ 320.532,20; Disponível: R\$ 712.467,80

(****) Faz parte do Planejamento Estratégico do TRE-RJ, mas não foi incluído no SIGEPRO como Ação Estratégica

Tabela 3: Status do Portfólio de Projetos

Status	Situação em junho de 2014	Situação em outubro de 2014	Situação em dezembro de 2014	Situação em março de 2015	Situação em junho de 2015
Iniciativas concluídas	7	8	9	9	12
Iniciativas não iniciadas	7	7	7	7	6
Iniciativas em andamento, sem pontos de atenção	6	5	1	0	1
Iniciativas iniciadas, com ponto de atenção ou pendência	7	8	9	1	0
Iniciativas iniciadas, com problemas	14	13	15	24	22
Iniciativas descontinuadas	1	1	1	1	1

Gráfico 4: Situação dos Projetos

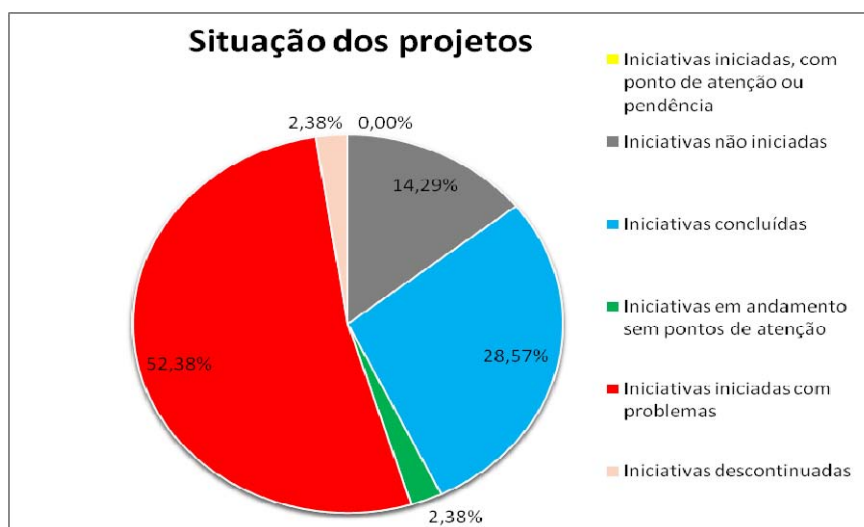


Tabela 4: Status dos Projetos

Junho de 2015		
Nome do projeto	Gerente	Status
Ampliação da Carta de Serviços do TRE-RJ	Cláudia Foffano de Souza	
Banco de Boas Práticas	Diego Guedes	
Cadastramento Biométrico de Eleitores	Gilson Vasconcelos Baqui	
Central de Serviços de TI	Fabiano Barbosa	
Comitê Gestor do Portal	Alberto Carmo de Araújo	
Desdobramento da Estratégia nas Unidades do TRE/RJ	Soraya Previtali	
Desenvolvimento e implementação da Política de comunicação do TRE-RJ	Maurício da Silva Duarte	
Diagnóstico das condições de adequação das instalações físicas dos cartórios eleitorais	José Álvaro Manhães Wagner	
EAD - Ensino a Distância	Jason Marcelino	
Espaço Colaborativo	Tatiana Kagohara	
Exposição "Dez Mitos sobre o Sistema Eleitoral Brasileiro"	Mauricio Renault de Barros Correia	
Gestão Documental	Luciana Siqueira de Carvalho	
Georreferenciamento	Flávia Daniel	
Gestão do Clima Organizacional	Daniela Martins	
Gestão por Competência	Marcos Guerrero	
Guia de Inclusão de Critérios Sustentáveis Para Contratações	Moema Munk	
Guia de Pedidos de contratação de serviços e aquisição de materiais	Luciana de B. Magalhães Gomes Abduche	
Justiça Eleitoral Itinerante	Gisele Goneli	
Memória Oral	Maurício da Silva Duarte	
Mesário Voluntário 2014	Fernanda Lauria	
Metodologia de Gestão de Processos do TRE-RJ	Tatiana de Freitas Kagohara	
Modernização do Data Center	Janeth Soares	
Normatização sobre prática de atos ordinatórios de ofício	Danielle Cunha	
Otimização do Sistema PIE - Plano Integrado das Eleições	Janete Rodrigues	
Padronização de registro de feitos eleitorais no SADP	Elizabete de Albuquerque Oliveira Cirufo	
Planejamento das Eleições 2014	Ligia Monteiro	
Plano Diretor de Comunicação do TRE-RJ	Luciana Souza Batista	
Programa Eleitor do Futuro 2013-2014	Elaine Rodrigues Machado da Silva	
Programa Qualidade de Vida no Trabalho - QVT	Ayda Elisa Bruce Calabria	
Programa Segurança da Informação	Luciana Siqueira de Carvalho	
Programa TRE Cidadão	Bruno Moreira Lima	XXXXXXXXXX
Programa TRE vai à Escola	Helena Maria Barbosa da Silva	
Racionalização dos Custos de Manutenção	Luiz Carlos Fernandes Freire	
Reconhecimento do Trabalho voluntário em ações de cidadania	Elaine Rodrigues Machado da Silva	
Revisão da Agenda Ambiental	Maria Imaculada Machado do Carmo	
Sistema de Acompanhamento da Execução		
Sistema de Gestão da Estratégia	Soraya Previtali	
Sistema de Gestão de Compras	Carla Monteiro	
Sistema de Pesquisa de Satisfação	Andrea Bessler	
Sistematização do Controle de Parcerias	Fúlvio da Fonseca Coelho	
Sistematização do Programa TRE vai à Escola	Elaine Rodrigues Machado da Silva	
TV Corporativa	Leandro Quarti Lamarão	

Iniciativas em andamento, sem pontos de atenção
Iniciativas iniciadas, com ponto de atenção ou pendência
Iniciativas iniciadas, com problemas
Iniciativas não iniciadas
Iniciativas concluídas
Iniciativas descontinuadas

2.4. Análise detalhada do desempenho estratégico no segundo trimestre de 2015

As análises de desempenho dos objetivos estratégicos e respectivos indicadores, ordenados por perspectiva e tema, em relação ao segundo trimestre de 2015, integram o Anexo I deste relatório.

Cumprе destacar que, no período sob análise, os objetivos estratégicos “*Garantir a agilidade dos processos administrativos*” e “*Buscar a excelência na gestão de custos operacionais*” não foram analisados. Reitera-se que as avaliações quantitativas apresentadas nos itens anteriores devem ser complementadas por análises qualitativas sobre os indicadores e objetivos, como forma de garantir uma análise mais consistente sobre o desempenho estratégico do Tribunal.

3. Conclusão

Observa-se involução do desempenho estratégico no período sob análise, comparativamente ao trimestre anterior. Depreende-se que a piora decorre, de forma mais evidente, do desempenho insatisfatório do objetivo “*Buscar a excelência na gestão de custos operacionais*”, que passou a receber a sinalização “vermelha”. Ressalta-se que a análise do mencionado objetivo deixou de ser realizada pela unidade responsável, prejudicando a identificação dos fatores que impactaram nos resultados relativos aos custos operacionais do Tribunal e, ainda, de medidas que possam contribuir para a reversão desse quadro.

Deixou de ser realizada, também, a análise do indicador “*Índice de agilidade na tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços*”, inviabilizando a análise do objetivo “*Garantir a agilidade dos processos administrativos*” e prejudicando uma análise mais assertiva sobre o desempenho institucional no período.

Outro aspecto que merece atenção refere-se à operacionalização dos 4 (quatro) indicadores que permanecem sem medição, impactando, também, na qualidade da análise global do desempenho estratégico, a saber: “*Índice de cartórios eleitorais participantes no Espaço Colaborativo*”; “*Índice de adequação às competências institucionais*”; “*Índice de adequação das instalações físicas*”; e, “*Índice de instalações acessíveis*”.

Em que pese a evolução do desempenho da carteira de projetos do Tribunal, faz-se premente a realização do realinhamento do portfólio de projetos do Tribunal, haja vista o significativo percentual de projetos com problemas.

Em 28 de maio de 2015 foi realizada a primeira RAE de 2015, tendo como pauta o desempenho global de 2014 e o monitoramento de planos de ação que se encontravam em andamento. Nos dias 9 e 23 de julho foram realizadas RAEs (ordinária e extraordinária), abordando o desempenho do primeiro trimestre de 2015 e trazendo à discussão o monitoramento de planos de ação relacionados ao objetivo “*Aprimorar o processo eleitoral*”.

Na RAE realizada no dia 23 de julho de 2015, foi apresentada a última atividade relacionada ao plano de ação que visa ao “*planejamento das atividades operacionais e logísticas relacionadas ao cadastramento biométrico de eleitores – definição dos procedimentos gerais necessários à realização das ações de cadastramento/recadastramento biométrico de eleitores, considerando as atividades a serem executadas, prazos demandados e responsáveis pela execução*”. Na ocasião, o Comitê de Gestão da Estratégia considerou concluído o referido plano de ação.

Da análise da documentação que integra o Anexo I deste relatório, dos conteúdos dos relatórios anteriores e das atas das últimas Reuniões de Análise da Estratégia, extrai-se que:

1. No que se refere ao objetivo “**Prestar serviços de excelência**”, está em fase de execução plano de ação para avaliar a viabilidade de ampliação/otimização dos canais de comunicação com o público externo, cujo andamento foi apresentado na última RAE, realizada em 28 de maio de 2015. Estima-se que a medida oportunize não apenas o melhor direcionamento das demandas do público externo, como também o melhor dimensionamento da quantidade de pessoal dedicado aos serviços da Ouvidoria e a futura elaboração de indicadores para a avaliação da qualidade dos serviços oferecidos através da Ouvidoria, aspecto apontado no Relatório de Auditoria nº 05/2014. Deliberou-se naquela RAE que o desempenho do plano de ação será apresentado na RAE de agosto de 2015.

Destaca-se, contudo, a manifestação contida na análise do indicador PSE 02, de necessidade de regulamentação do prazo de resposta aos contatos dirigidos à Ouvidoria.

2. Ainda em relação ao objetivo “**Prestar serviços de excelência**”, está pendente de apresentação pela unidade responsável plano de ação que apresente as medidas a

serem implementadas para que os resultados da pesquisa de satisfação do cliente externo sejam trabalhados para gerar ações de melhoria, com especial ênfase pela Secretaria de Administração no que tange à infraestrutura, e de que forma deve ser dado feedback aos cartórios eleitorais sobre o aproveitamento dos resultados apurados para a implementação de ações de melhoria.

3. Em relação ao objetivo “**Garantir a agilidade dos feitos eleitorais**”, estão em fase de execução dois planos de ação que objetivam, respectivamente, a sistematização do monitoramento mensal de feitos e o estudo de relatórios atualmente utilizados para fornecimento dos dados para alimentação dos indicadores Taxa de congestionamento de feitos judiciais (2º grau) e Índice de agilidade dos feitos eleitorais (2º grau). Estima-se, com a implementação dos planos de ação, dados e informações mais fidedignos e, conseqüentemente, um controle mais efetivo sobre os processos no âmbito do segundo grau de jurisdição, bases mais sólidas para o redimensionamento das metas e a identificação de medidas mais direcionadas para garantir maior celeridade dos feitos eleitorais. O andamento dos dois planos de ação foi apresentado na última RAE, realizada em 28 de maio passado, quando o Comitê de Gestão da Estratégia deliberou que o desempenho dos planos de ação será apresentado na RAE de agosto de 2015.
4. No que tange ao objetivo “**Aprimorar o processo eleitoral**”, estão em fase de execução dois planos de ação, a saber: **a)** Sistematização da gestão do planejamento eleitoral e do processo de avaliação das eleições; **b)** Identificação das atividades necessárias para que os temas relacionados ao processo eleitoral sejam disseminados no âmbito interno. Os dois planos foram apresentados e aprovados na RAE realizada no dia 9 de julho de 2015 e permanecerão sob monitoramento.
5. Em relação ao objetivo “**Facilitar o acesso à Justiça**”, destaca-se que o indicador “ACE 01 – Índice de acesso à Justiça”, na forma ora apresentada, já se mostrou ineficaz para aferição do objetivo, conforme consta da ata da RAE realizada em 28/11/2014 e reiterado na análise do mencionado objetivo, no anexo deste relatório.

Saliente-se, ainda, que estão em fase de reavaliação os produtos gerados pelo projeto “Justiça Eleitoral Itinerante”, sob condução da respectiva gerente, servidora Gisele Gonelli.

Estima-se que o projeto garanta maior sistematização dos serviços itinerantes do Tribunal, o que poderá impactar, inclusive, no desempenho do indicador “ACE 02 – Índice de atendimento às demandas de ações de acesso”, também vinculado ao objetivo.

6. No que tange aos objetivos “**Fomentar o exercício da cidadania**”, “**Facilitar o acesso à Justiça Eleitoral**” e “**Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia**” está em fase de execução plano de ação que visa ao incentivo à participação voluntária de servidores e magistrados nas iniciativas voltadas ao fomento do exercício da cidadania, assim como o incremento da divulgação de tais iniciativas para o público externo. O desenvolvimento do plano de ação foi apresentado na RAE de 28 de maio de 2015 e seu desempenho será apresentado na RAE de agosto de 2015.

Saliente-se, ainda, que está em fase de análise pela Administração Superior o normativo relativo ao “Reconhecimento do Trabalho Voluntário em Ações de Cidadania”.

7. O objetivo “**Desenvolver a gestão orientada a resultados**” continua apresentando desempenho insatisfatório. Na RAE realizada em 28 de maio de 2015, o Comitê Gestor da Estratégia aprovou o cronograma de realização de Reuniões de Análise da Estratégia. Estima-se que tal medida impacte no desempenho do indicador “Número de Reuniões de Análise da Estratégia”, vinculado ao objetivo. Em relação ao plano de ação em andamento para melhoria do desempenho do objetivo em questão, permanece pendente a conclusão do desenvolvimento do sistema “Gerir”, Assim, o plano de ação permanece sob monitoramento e seu andamento deverá ser apresentado na RAE de agosto de 2015.

8. No que se refere ao objetivo “**Desenvolver competências necessárias às atividades institucionais**”, observa-se que o desempenho insatisfatório decorre, principalmente, da lacuna de sistemática de planejamento e gestão do Plano Anual de Capacitação, cuja elaboração tem, reiteradamente, ocorrido tardiamente.

Outro aspecto que impacta desfavoravelmente o desempenho do objetivo refere-se ao indicador “GP 03 – Índice de adequação às competências organizacionais”, mostrando-se necessária a revisão de sua forma de medição, constatada a partir da capacitação de uma equipe de servidores em Gestão por Competências, conforme se depreende da análise do referido indicador.

9. Em relação ao objetivo “**Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia**”, está pendente de apresentação pela unidade responsável o plano de ação que tem por objetivo garantir a efetiva gestão do clima organizacional e a melhoria do desempenho das dimensões que apresentaram menor satisfação na pesquisa aplicada em 2013.

Conforme se extrai da análise do objetivo, faz-se necessário avaliar, considerando o contexto ali apresentado, a pertinência de contratação de consultoria para realizar treinamento da equipe da COEDE, aplicação da pesquisa de satisfação em 2015 e análise dos resultados.

Observa-se, contudo, que o objetivo está sendo impactado negativamente, pelo desempenho dos outros indicadores associados, a saber “GP 05 – Índice de cartórios eleitorais participantes no Espaço Colaborativo” e “GP 06 – Índice de participação de magistrados”. Em relação ao primeiro, faz-se necessário reavaliar a priorização do projeto “Espaço Colaborativo”, cuja conclusão viabilizará a medição do indicador. Em relação ao segundo, conforme consta da ata da RAE realizada em 28/11/2014, faz-se necessária a revisão da ficha do indicador, a fim de que se quantifique a adesão dos magistrados ao banco de magistrados voluntários e não o número de ações de cidadania das quais participaram magistrados, na medida em que na forma de medição atual existe grande influência de variáveis externas no resultado do indicador.

10. Quanto ao objetivo “**Garantir a infraestrutura adequada ao funcionamento do TRE-RJ**”, encontra-se pendente de apresentação o plano de ação relativo à “Medidas a serem adotadas para viabilizar a mensuração do indicador “Índice de adequação das instalações físicas””.

11. No que se refere ao objetivo “**Garantir a infraestrutura adequada de TIC**”, está pendente de apresentação pela unidade responsável o plano de ação que tem por objetivo a implementação de medidas prioritárias(*) para o atingimento das diretrizes estabelecidas na Resolução nº 90, do Conselho Nacional de Justiça. Considerando o tempo decorrido desde a identificação de tais medidas, faz-se necessário reavaliá-las e priorizá-las, a fim de que o(s) plano(s) de ação seja(m) elaborados e executados gradualmente.

Deve-se ressaltar, ainda, a importância de priorização de conclusão do projeto “Segurança da Informação”, assim como avaliar as ações que estão sendo realizadas visando solucionar o problema de espaço de armazenamento de urnas eletrônicas, já que os atuais depósitos operam próximos da capacidade máxima de armazenamento.

(*)atualização dos microcomputadores da Sede e dos Cartórios; normatização interna específica para a aquisição de soluções de TIC que determine a inclusão de cláusula de propriedade intelectual do código fonte ou depósito de código fonte no INPI; realização de treinamentos em certificação digital e segurança da informação para os novos programadores e analistas, além dos demais servidores destas especializações que não participaram da capacitação oferecida pelo CNJ; revisão da ficha do indicador “Índice de disponibilidade de serviços essenciais de TIC”; revisão das metas do indicador “Índice de porte em TIC conforme requisitos definidos na Resolução 90/CNJ, a fim de adequá-las ao novo entendimento do CNJ em relação à Justiça Eleitoral no que se refere à variável “Porte de Automação”.

12. No que se refere ao objetivo de **“Assegurar recursos orçamentários necessários à execução da estratégia”**, é preciso identificar medidas a serem implementadas visando atender à recomendação contida no Relatório de Auditoria nº 06/2014, dirigida às unidades de Planejamento Estratégico e Gestão e de Orçamento e Finanças, no sentido de que sejam envidados esforços na interação entre as mesmas, visando à aderência do orçamento do Tribunal às ações e objetivos estratégicos.

Além de tal aspecto, extrai-se do item 2.3 deste Relatório que dos valores destinados para ações estratégicas neste exercício, apenas 11,75% estavam encontravam-se empenhados em 31/07/2015. A maior parte dos recursos destinados às ações estratégicas (95,5%) foi direcionada para o projeto “Modernização do Data Center” (63,51%) e para “Capacitação de Recursos Humanos” (31,99%).

O projeto “*Modernização do Data Center*” foi iniciado em junho de 2015 e ainda não havia empenho relacionado ao projeto até 31 de julho de 2015. No que se refere às ações de “*capacitação de recursos humanos*”, apenas 31,81% do recurso total disponibilizado encontrava-se empenhado até aquela data.

De tal sorte, especial atenção deve ser dada a tais ações, a fim de que o indicador “ORÇ 03 – Índice de execução do orçamento estratégico” possa apresentar resultados mais satisfatórios, já que nos dois últimos exercícios os resultados ficaram aquém do estimado.

Considerando os aspectos abordados nos itens acima elencados, sugere-se que a próxima RAE, prevista para o dia 19 de agosto, aborde, além do *feedback* de planos de ação em monitoramento, a avaliação do orçamento estratégico, em razão do ingresso no segundo semestre do exercício, e aspectos relacionados a alguns objetivos cujos desempenhos têm se mostrado reiteradamente insatisfatórios. Sugere-se, portanto, a seguinte pauta:

1. Feedback de planos de ação/projetos em monitoramento:

- a) Plano de ação - “*Ampliação/otimização dos canais de comunicação com o público externo*”

Objetivo relacionado: **Prestar serviços de excelência**

- b) Plano de ação - “*Sistematização do monitoramento mensal de feitos*”

Objetivo relacionado: **Garantir a agilidade dos feitos eleitorais**

- c) Plano de ação - “*Estudo de relatórios atualmente utilizados para fornecimento dos dados para alimentação dos indicadores Taxa de congestionamento de feitos judiciais (2º grau) e Índice de agilidade dos feitos eleitorais (2º grau)*”

Objetivo relacionado: **Garantir a agilidade dos feitos eleitorais**

- d) Plano de ação - “*Incentivo à participação voluntária de servidores e magistrados nas iniciativas voltadas ao fomento do exercício da cidadania, assim como o incremento da divulgação de tais iniciativas para o público externo*”

Objetivos relacionados: **Fomentar o exercício da cidadania, Facilitar o acesso à Justiça Eleitoral e Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia**

- e) Projeto - “*Justiça Eleitoral Itinerante*”

Objetivo relacionado: **Facilitar o acesso à Justiça**

2. Avaliação sobre a exclusão do indicador “*ACE 01 – Índice de acesso à Justiça*” (objetivo relacionado: **Facilitar o acesso à Justiça**) do Plano Estratégico do TRE-RJ.

3. Revisão da Ficha do Indicador “GP 06 – Índice de participação de magistrados” (objetivo relacionado: **Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia**).

4. Avaliação da execução orçamentária das ações estratégicas e da oportunidade e conveniência de contratação de consultoria para realizar treinamento da equipe da COEDE, aplicação da pesquisa de satisfação em 2015 e análise dos resultados.

5. Revisão da unidade responsável pela análise do objetivo “**Promover a responsabilidade ambiental**”, de SAD para SSG.

Sugere-se, por fim, o agendamento pelo Comitê de Gestão da Estratégia deste Tribunal das próximas Reuniões de Análise da Estratégia, a fim de abordar os aspectos contidos neste relatório e que, em razão de seu escopo, deverão constar de pautas específicas, a seguir elencados:

1. Realinhamento do portfólio de projetos estratégicos do TRE-RJ

2. Objetivo estratégico: **Prestar serviços de excelência**

2.1 Regulamentação do prazo de resposta aos contatos dirigidos à Ouvidoria

2.2 Atualização dos debates relativos à identificação das medidas a serem implementadas para que os resultados da pesquisa de satisfação do cliente externo sejam trabalhados para gerar ações de melhoria, com especial ênfase no que tange à infraestrutura, e de que forma deve ser dado *feedback* aos cartórios eleitorais sobre o aproveitamento dos resultados apurados para a implementação de ações de melhoria”

3. Objetivo estratégico: **Aprimorar o processo eleitoral**

3.1 Feedback do plano de ação que visa à “sistematização da gestão do planejamento eleitoral e do processo de avaliação das eleições”

3.2 Feedback do plano de ação que visa à “identificação das atividades necessárias para que os temas relacionados ao processo eleitoral sejam disseminados no âmbito interno”

4. Objetivo estratégico: **Desenvolver a gestão orientada a resultados**

4.1 Feedback do plano de ação que tem como atividade o desenvolvimento do “Sistema GERIR”

5. Objetivo estratégico: ***Desenvolver competências necessárias às atividades institucionais***
- 5.1 Revisão do indicador “Índice de adequação às competências organizacionais”
- 5.2 Apresentação de plano de ação que visa à “*sistematização do planejamento e da gestão do Plano Anual de Capacitação*”
6. Objetivo estratégico: ***Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia***
- 6.1 Atualização dos debates relativos à identificação das medidas a serem implementadas para garantir a efetiva gestão do clima organizacional
7. Objetivo estratégico: ***Garantir a infraestrutura adequada ao funcionamento do TRE-RJ***
- 7.1 Atualização dos debates relativos às medidas a serem adotadas para viabilizar a mensuração dos indicadores “*Índice de adequação das instalações físicas*” e “*Índice de instalações acessíveis*”
8. Objetivo estratégico: ***Garantir a infraestrutura adequada de TIC***
- 8.1 Atualização dos debates relativos às medidas prioritárias a serem implementadas para o atingimento das diretrizes estabelecidas na Resolução CNJ nº 90 – reavaliação e priorização das medidas
- 8.2 Espaço de armazenamento de urnas eletrônicas
9. Objetivo estratégico: ***Assegurar recursos orçamentários necessários à execução da estratégia***
- 9.1 Identificação das medidas a serem implementadas visando atender à recomendação contida no Relatório de Auditoria nº 06/2014, dirigida às Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão e Secretaria de Orçamento e Finanças, no sentido de que sejam envidados esforços na interação entre as mesmas, visando à aderência do orçamento do Tribunal às ações e objetivos estratégicos

ANEXO I
ANÁLISE DOS OBJETIVOS
E
INDICADORES ESTRATÉGICOS

Missão

Garantir a legitimidade do processo eleitoral

Ser reconhecido pela prestação de serviços eleitorais de qualidade por meio da gestão efetiva de seus processos internos

Perspectiva da Sociedade

Perspectiva: Sociedade

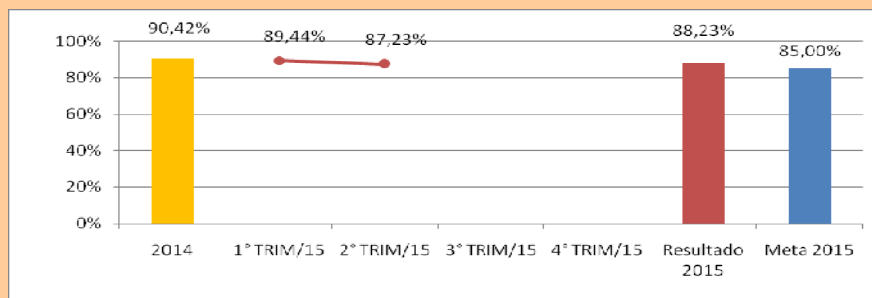
Objetivo Estratégico:

Prestar serviços de excelência

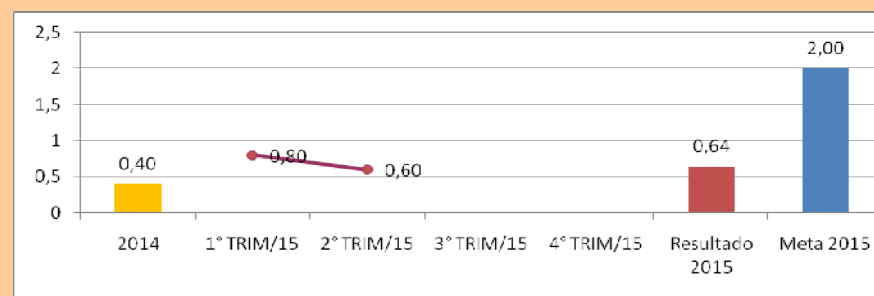
Monitoramento de Objetivo Estratégico

Objetivo: Prestar serviços de excelência

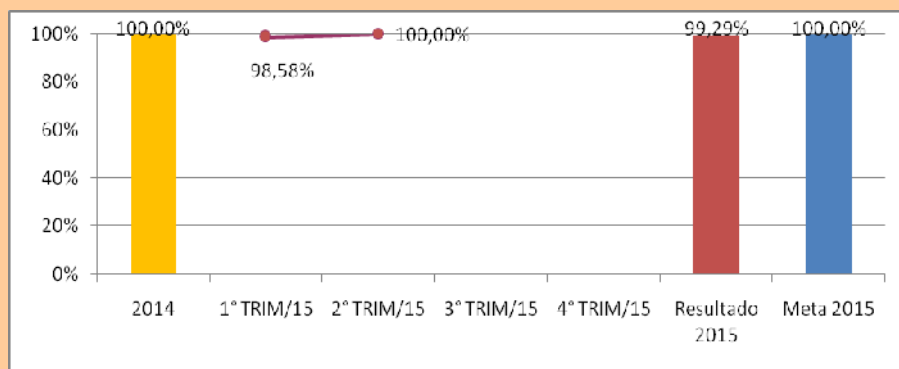
PSE 01 - Índice de satisfação do cliente externo



PSE 03 - Tempo médio de resposta a contatos dirigidos à Ouvidoria



PSE 02 - Índice de respostas a contatos dirigidos à Ouvidoria



Projetos Estratégicos

Sistema de Pesquisa de Satisfação



Objetivo: Prestar serviços de excelência

Análise de Desempenho

1- De acordo com as análises dos indicadores, os resultados da Ouvidoria permanecem melhorando a cada trimestre. Mesmo com a greve dos servidores que ocorre neste período, o serviço foi prestado sem dificuldades maiores daquelas apontadas em outras avaliações. Ocorre que, tais resultados são afetados, sobretudo, pelo fato de a Ouvidoria vir atendendo a demandas que fogem a seu escopo, tais como como números de telefones e endereços. Para que os resultados sejam mais fidedignos ao objetivo, é preciso que criemos ou otimizemos outros canais de comunicação, para onde essas demandas de pronto atendimento possam ser encaminhadas. Para tanto, está em andamento o Plano de Ação, que tem como objetivo ampliar/otimizar os canais de comunicação do TRE/RJ. O objetivo desse trabalho é tentar direcionar as demandas aos canais de comunicação devidos, "limpando" a Ouvidoria de demandas que acabam por prejudicar a análise do indicador.

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES										
		INDICADOR:		PSE 01 - ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO CLIENTE EXTERNO								
OBJETIVO ESTRATÉGICO		Prestar serviços de excelência										
O QUE MEDE		A percepção dos clientes quanto aos serviços prestados pela Justiça Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro nos pontos de atendimento ao público (Secretaria Judiciária, cartórios eleitorais, Central de Atendimento ao Eleitor e postos descentralizados de atendimento) e na Internet.										
COMO MEDIR		Total de respostas que indicam satisfação do cliente (TRespCISat), dividido pelo número total de respostas à pesquisa (TCIResp), multiplicado por cem. SC = (TRespCISat / TCIResp) x 100				UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual					
						QUANDO MEDIR:	Trimestralmente					
QUEM MEDE		Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão (ASPLAN)										
QUEM ANALISA		Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão (ASPLAN)										
META		Atingir 85% de usuários satisfeitos, até 2015.			POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Relatório de Pesquisa de Satisfação do Cliente Externo				
Resultado no período							EVOLUÇÃO DO INDICADOR					
Resultado 2015							88,23%	Realizado	Meta			
Metas Anuais								1º TRIM/15	89,44%	83,50%		
Meta 2015							85,00%	2º TRIM/15	87,23%	84,00%		
								3º TRIM/15		84,50%		
								4º TRIM/15		85,00%		
Histórico												
2011							NM					
2012							82,00%					
2013							90,38%					
2014							90,42%					
1) Os quesitos a serem medidos serão avaliados pelos clientes com base nos seguintes critérios: "péssimo", "ruim", "bom" e "ótimo". 2) Serão consideradas respostas que indicam satisfação do cliente as avaliadas com os critérios "bom" ou "ótimo". 3) Considerando que o indicador corresponde ao indicador "Grau de satisfação de clientes" do Plano Estratégico da Justiça Eleitoral, e que tal indicador não prevê a avaliação da satisfação dos clientes em relação aos serviços da Internet, o resultado a ser comunicado ao TSE deve se restringir às aferições realizadas nos pontos de atendimento ao público, isto é, Secretaria Judiciária, cartórios eleitorais, Central de Atendimento ao Eleitor e postos descentralizados de atendimento.												

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES	
	INDICADOR:	PSE 01 - ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO CLIENTE EXTERNO
Análise de desempenho (2º trimestre): Embora o resultado medido no trimestre tenha sido de 87,23%, é importante destacar que devido à greve não foi possível aplicar a pesquisa para a amostra definida para o público dos cartórios, de forma que o resultado apurado não avaliou o atendimento dispensado nos cartórios, mas somente os dados aos públicos da intranet e da Secretaria Judiciária. Desta forma, o resultado apresentado estará longe de refletir o sentimento da população que foi em busca de atendimento nas zonas e não obteve em razão da greve, no entanto trata-se de situação totalmente atípica. Cabe ressaltar, que a pesquisa vem apontando para a necessidade de melhoria da infraestrutura. Logo a falta de atuação nesse sentido deixará pouca margem para a melhoria do desempenho do indicador, que já se encontra em um patamar bastante elevado nos outros quesitos avaliados. Além disso, a velocidade de tratamento tem que acompanhar a periodicidade da pesquisa, já que de nada adianta realizar nova medição se não forem implementadas medidas para melhorar a situação identificada como insatisfatória. Considerando tais aspectos, o Comitê Gestor da Estratégia deliberou na Reunião de Apresentação do Relatório de Desempenho do Planejamento Estratégico referente ao 2º trimestre de 2014, realizada no dia 5 de setembro de 2014, pela elaboração de plano de ação objetivando que os resultados da pesquisa sejam trabalhados de forma sistemática para gerar ações de melhoria, em especial no que tange à infraestrutura física, bem como para que seja dado feedback aos cartórios eleitorais sobre o aproveitamento dos resultados apurados pela pesquisa para a implementação das ações de melhoria. A elaboração do plano de ação ficou sob responsabilidade da Secretaria de Administração. No entanto, até o presente momento o plano não foi submetido à apreciação do Comitê Gestor da Estratégia para aprovação.		
Variável	1 trim/15	2 trim/15
TRespCISat	381	451

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES												
		INDICADOR:		PSE 02 - ÍNDICE DE RESPOSTAS A CONTATOS DIRIGIDOS À OUVIDORIA										
OBJETIVO ESTRATÉGICO		Prestar serviços de excelência												
O QUE MEDE		O percentual de contatos dirigidos à Ouvidoria que receberam resposta.												
COMO MEDIR		Total de contatos que receberam resposta no período base (TContResp) dividido pelo total de contatos recebidos no período base (TContRec) acrescido do total de respostas pendentes (TRespPen), multiplicado por cem. RO = [(TContResp / (TContRec + TRespPen)) x 100							UNIDADE DE MEDIDA:		Percentual			
									QUANDO MEDIR:		Trimestralmente			
QUEM MEDE		Unidade responsável pela operacionalização dos atendimentos da Ouvidoria												
QUEM ANALISA		Vice-Presidência (VP)												
META		Responder a 100% dos contatos recebidos pela Ouvidoria, anualmente.				POLARIDADE DO INDICADOR		Quanto maior, melhor		FONTE DE DADOS		Registros de comunicações recebidas e expedidas pela Ouvidoria		
									EVOLUÇÃO DO INDICADOR					
Resultado no período											Realizado		Meta	
Resultado 2015									99,29%					
Metas Anuais														
Meta 2015									100%					
Histórico														
2012									100%					
2013									100%					
2014		100%												
1) Para o cálculo do indicador devem ser consideradas apenas as respostas finais ou definitivas a cada contato, excluindo-se do cálculo, por exemplo, as confirmações de recebimento e as respostas intermediárias. 2) Entende-se por “respostas pendentes” o saldo residual de contatos não respondidos até o final do período anterior ao período-base (trimestre). 3) Devem ser excluídos do indicador os contatos definidos, em norma ou instrução aplicável às atividades da Ouvidoria, como inadmissíveis, isentos de necessidade de resposta ou redirecionados a outras Unidades ou Órgãos.														

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES		
	INDICADOR:		PSE 02 - ÍNDICE DE RESPOSTAS A CONTATOS DIRIGIDOS À OUVIDORIA

 Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES		
	INDICADOR:		PSE 02 - ÍNDICE DE RESPOSTAS A CONTATOS DIRIGIDOS À OUVIDORIA

 Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES		
	INDICADOR:		PSE 02 - ÍNDICE DE RESPOSTAS A CONTATOS DIRIGIDOS À OUVIDORIA

Da análise dos dados extraídos do Sistema de Ouvidoria, percebemos o retorno ao alcance da meta (100%). Para aferição, consideramos apenas as respostas definitivas a cada contato, excluindo as inadmitidas, as isentas de resposta e as redirecionadas a outros órgãos.

O alcance da meta permanece exigindo esforço desta Ouvidoria, em razão do significativo do número de demandas, bem como da ausência de pessoal dedicado exclusivamente a essa atividade. O número de ocorrências recebidas e respondidas saltou de 139, no 1º trimestre/2015, para 487 no 2º trimestre deste ano. Isto significa um aumento de 350%, em razão da disponibilização do número de telefone da Ouvidoria da página do TRE-RJ na Internet.

Permanece a inconsistência já destacada anteriormente em relação às demandas pendentes, qual seja, a inexistência de prazo para resposta. Por esse motivo, consideramos para cálculo do indicador a totalidade das respostas dadas independente do momento que foram efetivadas e reiteramos a necessidade de regulamentação do referido prazo, de modo a medir a tempestividade da resposta.

Da análise dos dados extraídos do Sistema de Ouvidoria, percebemos o retorno ao alcance da meta (100%). Para aferição, consideramos apenas as respostas definitivas a cada contato, excluindo as inadmitidas, as isentas de resposta e as redirecionadas a outros órgãos.

O alcance da meta permanece exigindo esforço desta Ouvidoria, em razão do significativo do número de demandas, bem como da ausência de pessoal dedicado exclusivamente a essa atividade. O número de ocorrências recebidas e respondidas saltou de 139, no 1º trimestre/2015, para 487 no 2º trimestre deste ano. Isto significa um aumento de 350%, em razão da disponibilização do número de telefone da Ouvidoria da página do TRE-RJ na Internet.

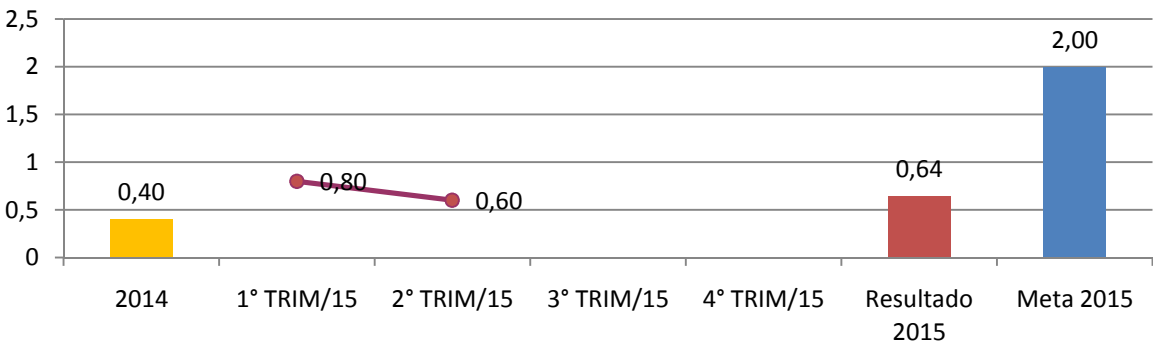
Permanece a inconsistência já destacada anteriormente em relação às demandas pendentes, qual seja, a inexistência de prazo para resposta. Por esse motivo, consideramos para cálculo do indicador a totalidade das respostas dadas independente do momento que foram efetivadas e reiteramos a necessidade de regulamentação do referido prazo, de modo a medir a tempestividade da resposta.

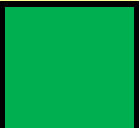
Da análise dos dados extraídos do Sistema de Ouvidoria, percebemos o retorno ao alcance da meta (100%). Para aferição, consideramos apenas as respostas definitivas a cada contato, excluindo as inadmitidas, as isentas de resposta e as redirecionadas a outros órgãos.

O alcance da meta permanece exigindo esforço desta Ouvidoria, em razão do significativo do número de demandas, bem como da ausência de pessoal dedicado exclusivamente a essa atividade. O número de ocorrências recebidas e respondidas saltou de 139, no 1º trimestre/2015, para 487 no 2º trimestre deste ano. Isto significa um aumento de 350%, em razão da disponibilização do número de telefone da Ouvidoria da página do TRE-RJ na Internet.

Permanece a inconsistência já destacada anteriormente em relação às demandas pendentes, qual seja, a inexistência de prazo para resposta. Por esse motivo, consideramos para cálculo do indicador a totalidade das respostas dadas independente do momento que foram efetivadas e reiteramos a necessidade de regulamentação do referido prazo, de modo a medir a tempestividade da resposta.

Variável	1 TRIM	2 TRIM	3 TRIM	4 TRIM
TContResp	139	487		
TContRec	140	487		
TRespPen	1	0		

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES							
		INDICADOR:		PSE 03 - TEMPO MÉDIO DE RESPOSTA A CONTATOS DIRIGIDOS À OUVIDORIA					
OBJETIVO ESTRATÉGICO		Prestar serviços de excelência							
O QUE MEDE		O tempo médio, em dias úteis, entre o recebimento de cada solicitação dirigida à Ouvidoria e o envio de sua resposta.							
COMO MEDIR		Somatório de dias úteis decorridos entre o recebimento da demanda e o envio da resposta a cada contato (ΣDiasUteisResp), dividido pelo total de contatos respondidos no período base (TContResp) TMRO=(ΣDiasUteisResp/TContResp)				UNIDADE DE MEDIDA:	Unidade (nº de dias)		
						QUANDO MEDIR:	Trimestralmente		
QUEM MEDE		Unidade responsável pela operacionalização dos atendimentos da Ouvidoria							
QUEM ANALISA		Vice-Presidência (VP)							
META		Responder aos contatos recebidos pela Ouvidoria em tempo médio inferior a 2 (dois) dias úteis.		POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto menor, melhor.	FONTE DE DADOS	Registros de comunicações recebidas e expedidas pela Ouvidoria		
Resultado no período							EVOLUÇÃO DO INDICADOR		
Resultado 2015	0,64							Realizado	Meta
Metas Anuais							1º TRIM/15	0,80	2,0
Meta 2015	2						2º TRIM/15	0,60	2,0
							3º TRIM/15		2,0
							4º TRIM/15		2,0
Histórico									
2012	0,9								
2013	0,4								
2014	0,4								
1) Para o cálculo do indicador devem ser consideradas apenas as respostas finais ou definitivas a cada contato, excluindo-se do cômputo, por exemplo, as confirmações de recebimento e as respostas intermediárias. 2) Devem ser excluídos do indicador os contatos definidos, em norma ou instrução aplicável às atividades da Ouvidoria, como inadmissíveis, isentos de necessidade de resposta ou redirecionados a outras Unidades ou Órgãos.									

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES	
	INDICADOR:	 PSE 03 - TEMPO MÉDIO DE RESPOSTA A CONTATOS DIRIGIDOS À OUVIDORIA

De acordo com os dados apurados, extraídos do Sistema de Ouvidoria, o tempo médio de resposta às demandas encaminhadas atingiu a meta estabelecida. Para aferição, consideramos as ocorrências que devem ser respondidas pela Ouvidoria, portanto, não foram computados aquelas redirecionadas a outra unidade ou inadmitidas.

Apesar do expressivo número de ocorrências registradas no trimestre (487), o resultado permaneceu muito acima da meta estabelecida para o indicador (0,6 dia útil). Mais uma vez, isso foi possível porque parcela significativa das ocorrências recebidas são pedidos de informação, demanda prontamente respondida pelos servidores que prestam o atendimento aos cidadãos.

Por isso, para a manutenção do bom desempenho, reiteramos que é fundamental dotar a Ouvidoria de um quadro de pessoal adequado, sob o ponto de vista quantitativo e qualitativo (2 ou 3 servidores devidamente capacitados e dedicados exclusivamente a esse serviço) ou, então, criar uma central de atendimento do eleitor, remanescendo com a Ouvidoria as atividades precípuas deste tipo de unidade.

Torna-se relevante, também, a instituição de um indicador de qualidade, que seja capaz de demonstrar/ratificar que todo o esforço empenhado nesta atividade reproduz, ou não, resultados perante seu cliente externo (cidadão).

Variável	TRIM1	TRIM2
ΣDiasUteisResp	111,2	292,2
TContResp	139	487

Perspectiva dos Processos Internos

Tema:

Eficiência Operacional

Objetivos Estratégicos:

Garantir agilidade dos feitos eleitorais

Garantir a agilidade dos processos administrativos

Buscar a excelência na gestão de custos operacionais

Aprimorar o processo eleitoral

Monitoramento de Objetivo Estratégico

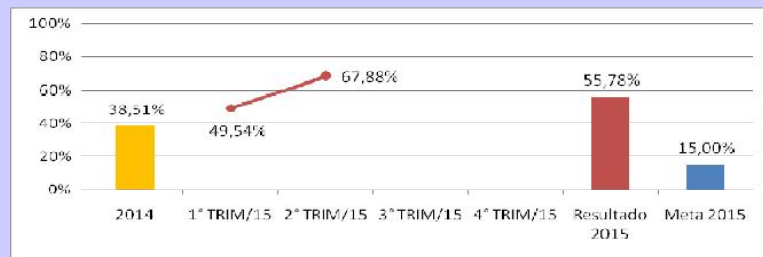
Tema: Eficiência Operacional



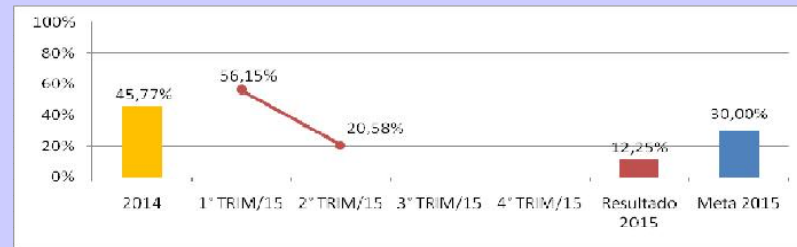
Objetivo: Garantir agilidade dos feitos eleitorais



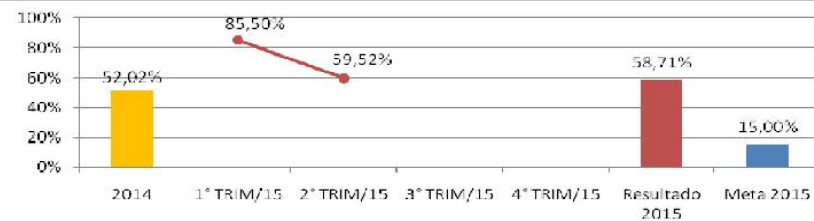
EO 01 - Taxa de congestionamento de feitos judiciais (1º grau)



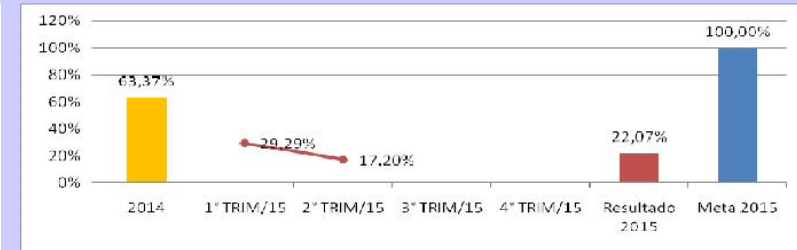
EO 03 - Taxa de congestionamento de feitos administrativos (1º grau)



EO 02 - Taxa de congestionamento de feitos judiciais (2º grau)



EO 04 - Índice de agilidade no julgamento de feitos judiciais (1º grau)

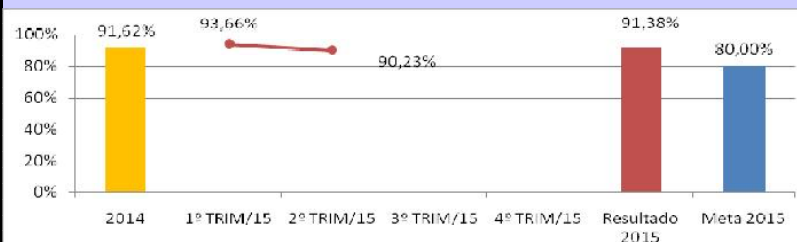


Monitoramento de Objetivo Estratégico

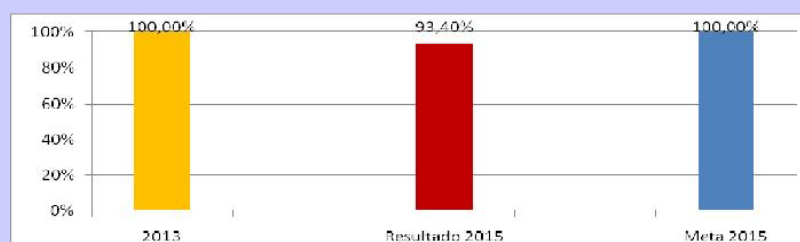
Tema: Eficiência Operacional

Objetivo: Garantir agilidade dos feitos eleitorais

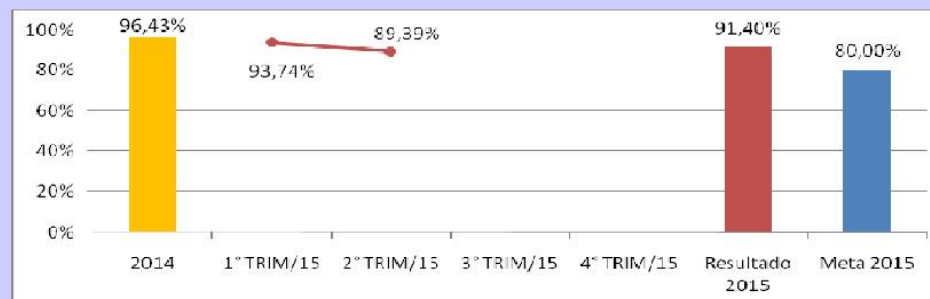
EO 05 - Índice de agilidade no julgamento de feitos judiciais (2º grau)



EO 07 - Prestações de contas julgadas no prazo



EO 06 - Índice de agilidade no julgamento de feitos administrativos (1º grau)



Projetos Estratégicos

Normatização sobre prática de atos ordinatórios de ofício

Padronização de registro de feitos eleitorais no SADP

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Eficiência Operacional



Objetivo: Garantir agilidade dos feitos eleitorais

Análise de Desempenho

ANÁLISE DO OBJETIVO GARANTIR A AGILIDADE DOS FEITOS ELEITORAIS - 2º TRIMESTRE/2015 (1º GRAU)

A garantia de agilidade dos feitos eleitorais traduz-se, em síntese, na tramitação dos processos judiciais e administrativos, bem como em assegurar a razoável duração desses processos, que é verificada através da taxa de congestionamento e do índice de agilidade, conjugadamente.

Relativamente à Taxa de Congestionamento de Feitos Judiciais, esta apresentou aumento de 18,34 pontos percentuais no presente trimestre, comparativamente ao trimestre anterior. Tal fato deveu-se aos milhares de casos novos de Representação por Doação Acima do Limite, derivados da Eleição de 2014, em detrimento do esforço implementado pelos Juízos de 1º Grau, relativamente aos últimos quatro trimestres, onde se verificou que a quantidade de processos baixados sempre foi superior aos processos pendentes e novos, invertendo-se a tendência progressiva de baixa do referido índice.

Salienta-se que, o impacto negativo em 1º grau tem perspectiva de transferência para o 2º grau, num futuro próximo, com possibilidade de concomitância com os processos provenientes da Eleição de 2016, o que ocasionará deterioração na taxa de congestionamento daquela instância.

Ressalta-se, por fim, que apesar de todo o esforço implementado pelos juízos de 1º grau, a taxa de congestionamento sequer conseguiu aproximar-se da meta de 15%, pelo fato dos processos judiciais possuírem ritos e protocolos legais, com período superior a 1 (um) ano, muitas das vezes, indicando, assim, que a meta em análise deve ser objeto de revisão "para cima", relativamente ao seu percentual, de forma a adequá-la à realidade desta Justiça Especializada e alinhando-se ao índice eleito para a taxa de congestionamento dos processos administrativos.

Quanto à taxa de congestionamento dos feitos administrativos, houve significativa evolução do indicador, com ultrapassagem da meta estipulada, em razão da melhora de 35,57 pontos percentuais, em relação ao primeiro trimestre, alcançando-se o patamar de 20,58%. Tal fato deveu-se à manutenção nos julgamentos dos feitos correspondentes a mesários faltosos, derivados da Eleição de 2014, alcançando-se uma diminuição no saldo de processos pendentes na ordem de 2000 feitos.

Relativamente ao índice de agilidade de feitos, existe um abismo entre o resultado administrativo e judicial, posto que enquanto os feitos administrativos mantêm-se acima da meta, apesar da leve baixa, comparativamente ao primeiro trimestre, os feitos judiciais apresentam uma piora acentuada, distanciando-se da meta estipulada.

O índice de agilidade dos feitos administrativos reflete o esforço empreendido pelos juízos de 1º grau que, valendo-se da menor complexidade (jurídica e burocrática) dos atos praticados para seu fim, resultou no alcance de índice superior à meta estipulada, pelo segundo trimestre consecutivo, contribuindo para a baixa no saldo de feitos administrativos.

Quanto ao índice de agilidade de feitos judiciais, percebe-se que a meta estipulada não é factível, em razão da maior complexidade dos atos a serem praticados para seu fim, citando-se como exemplo os feitos que seguem o rito da LC nº 64/1990, que demandam instrução diferenciada e, contribuindo, assim, para o afastamento permanente da meta. Dessa forma, verifica-se que o referido índice deve ser objeto de revisão, de forma a adequá-la à realidade dos ritos processuais judiciais em vigor, além de alinhar-se ao índice eleito para a taxa de agilidade dos feitos administrativos.

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Eficiência Operacional



Objetivo: Garantir agilidade dos feitos eleitorais

Análise de Desempenho

ANÁLISE DO OBJETIVO GARANTIR A AGILIDADE DOS FEITOS ELEITORAIS - 2º TRIMESTRE/2015 (2º GRAU)

Em comparação com o 1º trimestre, a Taxa de Congestionamento teve uma melhora de 25,98 pontos percentuais no segundo trimestre, passando de 85,50% para 59,52%. Esse resultado é fruto de uma força-tarefa que se iniciou na Secretaria de Controle Interno, com vistas à análise das contas dos candidatos e, posteriormente na Secretaria Judiciária, com o deslocamento de servidores de diversas unidades para auxiliar no processamento das Prestações de Contas, cujo prazo para julgamento se encerrará em 31/07/2015. Como consequência, o número de processos baixados dobrou e o saldo de processos pendentes baixou em aproximadamente 1000 unidades. Não obstante todos os esforços empregados, a taxa de congestionamento ainda se manteve muito acima da meta estipulada em 15%. Considerando que a referida taxa nunca se aproximou do valor citado, há que se rever se a atual meta é factível e reflete a realidade prática desta Justiça Especializada.

O índice de agilidade no segundo trimestre atingiu o percentual de 90,23, superando com folga a média estipulada em 80% para o período. O alto desempenho se deve principalmente a filosofia adotada por esta Secretaria com vistas ao alcance do objetivo estratégico GARANTIR A AGILIDADE DOS FEITOS ELEITORAIS. Para tanto, mantém um franco diálogo entre todos os atores envolvidos com a tramitação dos processos: servidores da SJD e as demais unidades ligadas diretamente aos trabalhos afetos à Judiciária. O esforço e o comprometimento dos servidores lotados provisoriamente nesta Secretaria para auxiliarem nas atividades relacionadas ao processos de Prestação de Contas dos candidatos das Eleições de 2014 contribuíram muito para a elevação do índice de agilidade, sobretudo porque, dada a versatilidade de tarefas, exploraram-se as habilidades e características pessoais de cada um, a fim de maximizar a produtividade dos trabalhos. Tudo a demonstrar que a colaboração consciente de cada parte redunde em benefício para o todo, neste caso, o Tribunal Regional Eleitoral.

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	PLANILHA DE INDICADORES								
	INDICADOR:		EO 01 - TAXA DE CONGESTIONAMENTO DE FEITOS JUDICIAIS (1º GRAU)						
OBJETIVO ESTRATÉGICO	Garantir a agilidade dos feitos eleitorais								
O QUE MEDE	A relação entre os feitos judiciais baixados, novos e pendentes de julgamento, no âmbito do 1º grau de jurisdição.								
COMO MEDIR	Total de feitos judiciais baixados no 1º grau no período base (TBaixJud1º), dividido pelo total de feitos judiciais novos (FNJud1º) acrescido ao total de feitos judiciais pendentes de julgamento (FPJud1º), subtraído de 1. TCJud1º = {1 - [(TBaixJud1º / (FNJud1º + FPJud1º))]} x 100				UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual			
					QUANDO MEDIR:	Trimestralmente			
QUEM MEDE	Corregedoria Regional Eleitoral (CRE)								
QUEM ANALISA	Corregedoria Regional Eleitoral (CRE)								
META	Reduzir a taxa de congestionamento de feitos judiciais no 1º grau para 15%, até 2015.		POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto menor, melhor	FONTE DE DADOS	Relatórios extraídos do SADP			
Resultado no período						EVOLUÇÃO DO INDICADOR			
Resultado 2015	55,78%								
Metas Anuais						Realizado		Meta	
Meta 2015	15,00%					1º TRIM/15		49,54%	16,50%
						2º TRIM/15		67,88%	16,00%
						3º TRIM/15			15,50%
						4º TRIM/15			15,00%
Histórico									
2012	50,21%								
2013	11,93%								
2014	38,51%								

1) Consideram-se baixados: • Processos remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; • Processos remetidos para instância superior; • Processos arquivados definitivamente; • Processos suspensos/sobrestados; e • Processos apensados, desde que não continuem tramitando. 2) Os processos suspensos/sobrestados quando voltarem a tramitar passarão a ser computados como casos novos. 3) Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. 4) Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. 5) Havendo a remessa de um processo de um Juízo Eleitoral de 1º grau para outro, tal processo não será considerado baixado para o Juízo que o remeter, nem como caso novo para o Juízo que o receber. Nessa circunstância, ele só será considerado como baixado no Juízo que o recebeu quando se enquadrar numa das hipóteses da observação acima. 6) Com relação aos processos de prestação de contas, deve-se observar o aumento da taxa de congestionamento nos anos eleitorais. 7) Não são contabilizados os recursos internos (embargos de declaração e pedidos de reconsideração) e os recursos externos (recurso eleitoral). 8) Para todas as variáveis, devem ser consideradas as seguintes classes processuais: • Ação Cautelar; Ação de Impugnação de Mandato Eletivo; Ação de Investigação Judicial Eleitoral; Ação Penal; • Apuração de Eleição; Embargos à Execução; Exceção; Habeas Corpus; Habeas Data; Mandado de Segurança; • Petição de Natureza Judicial; Prestação de Contas; Registro de Candidaturas; e Representação.

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES		
	INDICADOR:		EO 01 - TAXA DE CONGESTIONAMENTO DE FEITOS JUDICIAIS (1º GRAU)

O índice apresentou considerável piora, relativamente ao primeiro trimestre de 2015, em razão do expressivo número de processos novos, decorrentes do batimento realizado pela Fazenda Nacional, que redundou na interposição, por parte do Ministério Público Eleitoral, de 2.597 ações de representação por doação acima do limite, no período. Produzindo, por decorrência, expressivo impacto negativo, em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente pelo fato do primeiro trimestre de 2014 não ter sofrido influência de processos derivados de processo eleitoral.

Variável	TRIM1	TRIM2	TRIM3	TRIM4
TBaixJud1º	1.147	1.698	-	-
FNJud1º	85	4.161	-	-
FPJud1º	2.188	1.126	3.589	3.589

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES						
		INDICADOR:		EO 02 - TAXA DE CONGESTIONAMENTO DE FEITOS JUDICIAIS (2º GRAU)				
OBJETIVO ESTRATÉGICO		Garantir a agilidade dos feitos eleitorais						
O QUE MEDE		A relação entre os feitos judiciais baixados, novos e pendentes de julgamento, no âmbito do 2º grau de jurisdição.						
COMO MEDIR		Total de feitos judiciais baixados no 2º grau no período base (T _{BaixJud2º}), dividido pelo total de feitos judiciais novos (FN _{Jud2º}) acrescido ao total de feitos judiciais pendentes de julgamento (FP _{Jud2º}), subtraído de 1. TC _{Jud2º} = {1 - [(T _{BaixJud2º} / (FN _{Jud2º} + FP _{Jud2º}))]} x 100				UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual	
						QUANDO MEDIR:	Trimestralmente	
QUEM MEDE		Secretaria Judiciária (SJD)						
QUEM ANALISA		Secretaria Judiciária (SJD)						
META		Reduzir a taxa de congestionamento de feitos judiciais no 2º grau para 15%, até 2015.		POLARIDADE DO INDICADOR		Quanto menor, melhor	FONTE DE DADOS	Relatórios extraídos do SADP
Resultado no período								
Resultado 2015	58,71%							
Metas Anuais								
Meta 2015	15,00%							
Histórico								
2012	38,02%							
2013	68,82%							
2014	52,02%							
			EVOLUÇÃO DO INDICADOR					
			Realizado	Meta				
			1º TRIM/15	85,50%19,50%				
			2º TRIM/15	59,52%18,00%				
			3º TRIM/15	16,50%				
			4º TRIM/15	15,00%				

1) Consideram-se baixados:

- Processos remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes;
- Processos remetidos para instância superior; • Processos arquivados definitivamente; • Processos suspensos/sobrestados; e • Processos apensados, desde que não continuem tramitando.

2) Os processos suspensos/sobrestados quando voltarem a tramitar passarão a ser computados como casos novos.

3) Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista.

4) Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado.

Com relação aos processos de prestação de contas, deve-se observar o aumento da taxa de congestionamento nos anos eleitorais.

5) Não são contabilizados os recursos internos (embargos de declaração, agravos regimentais, pedidos de reconsideração, os recursos contra decisão monocrática de juiz substituto e as correções parciais) e os recursos externos (recursos ordinários, recursos especiais eleitorais e agravo de instrumento).

6) Para todas as variáveis, devem ser consideradas as seguintes classes processuais:

- Ação Cautelar; • Ação de Impugnação de Mandato Eletivo; • Ação de Investigação Judicial Eleitoral;
- Ação Penal Eleitoral; • Ação Rescisória; • Apuração de Eleição; • Conflito de Competência;
- Embargos à Execução; • Exceções; • Habeas Corpus; • Habeas Data; • Mandado de Injunção;
- Mandado de Segurança; • Pedido de Desaforamento; • Petição; • Prestação de Contas;
- Reclamação; • Recurso contra Expedição de Diploma; • Recurso Eleitoral; • Recurso Criminal;
- Recurso em Habeas Corpus; • Recurso em Habeas Data; • Recurso em Mandado de Injunção;
- Recurso em Mandado de Segurança; • Registro de Candidatura; • Representação; • Revisão Criminal; e
- Suspensão de Segurança/Liminar.

1) Consideram-se baixados:

- Processos remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes;
- Processos remetidos para instância superior;
- Processos arquivados definitivamente;
- Processos suspensos/sobrestados; e
- Processos apensados, desde que não continuem tramitando.

2) Os processos suspensos/sobrestados quando voltarem a tramitar passarão a ser computados como casos novos.

3) Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista.

4) Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado.

5) Não são contabilizados os recursos internos (embargos de declaração, agravos regimentais, pedidos de reconsideração, os recursos contra decisão monocrática de juiz substituto e as correções parciais) e os recursos externos (recursos ordinários, recursos especiais eleitorais e agravo de instrumento).

6) Para todas as variáveis, devem ser consideradas as seguintes classes processuais:

- Cancelamento de Inscrição Eleitoral - CIE
- Composição de Mesa Receptora - CMR
- Direitos Políticos - DP
- Duplicidade/Pluralidade de Inscrições (coincidências) - DPI
- Filiação Partidária - FP
- Impugnação à Composição da Junta Eleitoral - ICJE
- Impugnação perante as Juntas Eleitorais - IpJE
- Recurso/Impugnação de Alistamento Eleitoral - RIAE
- Registro de Comitê Financeiro - RCF
- Registro de Debates - RD
- Registro de Pesquisas Eleitorais - RPE
- Regularização de Situação do Eleitor – RSE

O número de processos baixados manteve-se alto durante o segundo trimestre, resultando numa melhora expressiva do indicador, o que possibilitou o alcance da meta estipulada pelo CNJ, já no período em análise. O referido resultado deveu-se às decisões exaradas nos processos de mesário faltado, concretizando-se a previsão anunciada no quarto trimestre de 2014.

Variável	TRIM1	TRIM2
TBaixAdm	2.173	2.535
FNAdm1º	1.718	409
FPAdm1º	3.238	2.783

Variável	TRIM1	TRIM2
TBaixAdm	2.173	2.535
FNAdm1º	1.718	409
FPAdm1º	3.238	2.783

- 1) O prazo de tramitação deve considerar o tempo decorrido entre a data de autuação do processo até o momento da baixa.
- 2) Consideram-se baixados:
- Processos remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes;
 - Processos remetidos para instância superior;
 - Processos arquivados definitivamente;
 - Processos suspensos/sobrestados; e
 - Processos apensados, desde que não continuem tramitando.
- 3) Os processos suspensos/sobrestados quando voltarem a tramitar passarão a ser computados como casos novos.
- 4) Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista.
- 5) Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado.
- 6) Havendo a remessa de um processo de um Juízo Eleitoral de 1º grau para outro, tal processo não será considerado baixado para o Juízo que o remeter, nem como caso novo para o Juízo que o receber. Nessa circunstância, ele só será considerado como baixado no Juízo que o recebeu quando se enquadrar numa das hipóteses da observação acima.
- 7) Com relação aos processos de prestação de contas, deve-se observar o aumento da taxa de congestionamento nos anos eleitorais.
- 8) Não são contabilizados os recursos internos (embargos de declaração e pedidos de reconsideração) e os recursos externos (recurso eleitoral).
- 9) Para todas as variáveis, devem ser consideradas as seguintes classes processuais:
- Ação cautelar; • Ação de Impugnação de Mandato Eletivo; • Ação de Investigação Judicial Eleitoral;
 - Ação Penal; • Apuração de Eleição; • Embargos à Execução; • Exceção; • Habeas Corpus;
 - Habeas Data; • Mandado de Segurança; • Petição de natureza judicial; • Prestação de Contas;
 - Registro de Candidaturas; e • Representação.

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES	
	INDICADOR:	EO 04 - ÍNDICE DE AGILIDADE NO JULGAMENTO DE FEITOS JUDICIAIS (1º GRAU)
A piora no índice deveu-se à maior baixa na quantidade de processos com mais de 1 ano, em detrimento do menor número de processos com menos de 1 ano, verificando-se, ainda, que a maioria dos processos baixados referem-se às ações penais, representações e prestação de contas, que em sua grande maioria ensejam providências em período superior a 1 (um) ano. Esclarece-se que apesar do referido índice ter sofrido sensível piora, ainda assim, o número de processos baixados com menos de 1 ano foi 2.500% (dois mil e quinhentos por cento) superior, em comparação ao mesmo período de análise do ano de 2014.		
Variável	TRIM1	TRIM2
TBaixJud<1ano1	336	292
TBaixJud1º	1147	1698

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	PLANILHA DE INDICADORES							
	INDICADOR:		EO 05 - ÍNDICE DE AGILIDADE NO JULGAMENTO DE FEITOS JUDICIAIS (2º GRAU)					
OBJETIVO ESTRATÉGICO	Garantir a agilidade dos feitos eleitorais							
O QUE MEDE	O percentual de feitos judiciais baixados com prazo de tramitação de até um ano, em relação ao total de feitos judiciais baixados no período base, no âmbito do 2º grau de jurisdição.							
COMO MEDIR	Total de feitos judiciais baixados no 2º grau com prazo de tramitação de até um ano (T _{BaixJud<1ano2º}), dividido pelo total de feitos judiciais baixados no 2º grau no período base (T _{BaixJud2º}). IndAgJud2º = (T _{BaixJud<1ano2º} / T _{BaixJud2º}) x 100				UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual		
					QUANDO MEDIR:	Trimestralmente		
QUEM MEDE	Secretaria Judiciária (SJD)							
QUEM ANALISA	Secretaria Judiciária (SJD)							
META	Alcançar 80% de feitos judiciais baixados com prazo de tramitação de até um ano, em 2º grau, até 2015.		POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Relatórios extraídos do SADP		
Resultado no período						EVOLUÇÃO DO INDICADOR		
Resultado 2015	91,38%					Realizado	Meta	
Metas Anuais						1º TRIM/15	93,66%	80,00%
Meta 2015	80,00%					2º TRIM/15	90,23%	80,00%
						3º TRIM/15		80,00%
Histórico						4º TRIM/15		80,00%
2012	73,50%							
2013	71,55%							
2014	91,62%							

- 1) Apesar da situação inicial ser maior do que a meta prevista, nos anos de 2010 e 2011 a Secretaria Judiciária tinha processos julgados no estoque, o que acarretou a distorção dos dados medidos.
- 2) O prazo de tramitação deve considerar o tempo decorrido entre a data de autuação do processo até o momento da baixa.
- 3) Consideram-se baixados:
- Processos remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes;
 - Processos remetidos para instância superior;
 - Processos arquivados definitivamente;
 - Processos suspensos/sobrestados; e
 - Processos apensados, desde que não continuem tramitando.
- 4) Os processos suspensos/sobrestados quando voltarem a tramitar passarão a ser computados como casos novos.
- 5) Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista.
- 6) Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado.
- 7) Com relação aos processos de prestação de contas, deve-se observar o aumento da taxa de congestionamento nos anos eleitorais.
- 8) Não são contabilizados os recursos internos (embargos de declaração, agravos regimentais, pedidos de reconsideração, os recursos contra decisão monocrática de juiz substituto e as correções parciais) e os recursos externos (recursos ordinários, recursos especiais eleitorais e agravo de instrumento).
- 9) Para todas as variáveis, devem ser consideradas as seguintes classes processuais:
- Ação cautelar; • Ação de Impugnação de Mandato Eletivo; • Ação de Investigação Judicial Eleitoral;
 - Ação Penal Eleitoral; • Ação Rescisória; • Apuração de Eleição; • Conflito de Competência;
 - Exceções; • Embargos à Execução; • Habeas Corpus; • Habeas Data; • Mandado de Injunção;
 - Mandado de Segurança; • Pedido de Desaforamento; • Petição; • Prestação de Contas;
 - Reclamação; • Recurso contra Expedição de Diploma; • Recurso Eleitoral; • Recurso Criminal;
 - Recurso em Habeas Corpus; • Recurso em Habeas Data; • Recurso em Mandado de Injunção;
 - Recurso em Mandado de Segurança; • Registro de Candidatura; • Representação; • Revisão Criminal; e
 - Suspensão de Segurança/Liminar

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES	
	INDICADOR:	EO 05 - ÍNDICE DE AGILIDADE NO JULGAMENTO DE FEITOS JUDICIAIS (2º GRAU)
Análise de Desempenho (2º trimestre): O índice de agilidade do segundo trimestre de 2015 atingiu o valor de 90,23%, superando com largueza a média anual estipulada em 80%. Acredita-se que o alto desempenho deve-se primordialmente à filosofia adotada por esta Secretaria, que tem como primor a celeridade do trâmite processual. Para tanto, mantém um franco diálogo entre todos os atores envolvidos no processo de tramitação dos feitos: servidores da SJD e as demais unidades ligadas diretamente aos trabalhos afetos pela Secretaria Judiciária. O desmedido esforço e comprometimento dos servidores que foram lotados provisoriamente nesta Secretaria para auxiliarem nas atividades relacionadas aos processos de Prestação de Contas igualmente contribuíram muito para tal superação, sobretudo porque, dada a versatilidade de tarefas a serem realizadas, exploraram-se as habilidades e características pessoais de cada um, a fim de que houvesse aumento na produtividade dos trabalhos. Tudo a demonstrar que a colaboração consciente de cada parte sempre redundava em benefício para o todo, neste caso, o Tribunal Regional Eleitoral.		
Variável	TRIM1	TRIM2
TBaixJud<1ano2º	561	1071
TBaixJud2º	599	1187

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	PLANILHA DE INDICADORES								
	INDICADOR:		EO 06 - ÍNDICE DE AGILIDADE NO JULGAMENTO DE FEITOS ADMINISTRATIVOS (1º GRAU)						
OBJETIVO ESTRATÉGICO	Garantir a agilidade dos feitos eleitorais								
O QUE MEDE	O percentual de feitos administrativos baixados com prazo de tramitação de até um ano, em relação ao total de feitos administrativos baixados no período base, no âmbito do 1º grau de jurisdição.								
COMO MEDIR	Total de feitos administrativos baixados no 1º grau com prazo de tramitação de até um ano (TBaixAdm<1ano1º), dividido pelo total de feitos administrativos baixados no 1º grau no período base (TBaixAdm1º). IndAgAdm1º = (TBaixAdm<1ano1º / TBaixAdm1º) x 100				UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual			
					QUANDO MEDIR:	Trimestralmente			
QUEM MEDE	Corregedoria Regional Eleitoral (CRE)								
QUEM ANALISA	Corregedoria Regional Eleitoral (CRE)								
META	Alcançar 80% de feitos administrativos baixados em até um ano, em 1º grau, até 2015.			POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Relatórios extraídos do SADP		
Resultado no período						EVOLUÇÃO DO INDICADOR			
Resultado 2015	91,40%							Realizado	Meta
Metas Anuais						1º TRIM/15		93,74%	80%
Meta 2015	80,00%					2º TRIM/15		89,39%	80%
						3º TRIM/15			80%
						4º TRIM/15			80%
Histórico									
2012	NM								
2013	84,23%								
2014	96,43%								

1) O prazo de tramitação deve considerar o tempo decorrido entre a data de autuação do processo até o momento da baixa.

2) Consideram-se baixados:

- Processos remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes;
- Processos remetidos para instância superior;
- Processos arquivados definitivamente;
- Processos suspensos/sobrestados; e
- Processos apensados, desde que não continuem tramitando.

3) Os processos suspensos/sobrestados quando voltarem a tramitar passarão a ser computados como casos novos.

4) Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista.

5) Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado.

6) Não são contabilizados os recursos internos (embargos de declaração, agravos regimentais, pedidos de reconsideração, os recursos contra decisão monocrática de juiz substituto e as correções parciais) e os recursos externos (recursos ordinários, recursos especiais eleitorais e agravo de instrumento).

7) Para todas as variáveis, devem ser consideradas as seguintes classes processuais:

- Cancelamento de Inscrição Eleitoral - CIE; • Composição de Mesa Receptora - CMR; • Direitos Políticos - DP
- Duplicidade/Pluralidade de Inscrições (coincidências) - DPI; • Filiação Partidária - FP; • Impugnação à Composição da Junta Eleitoral - ICJE; • Impugnação perante as Juntas Eleitorais - IpJE; • Recurso/Impugnação de Alistamento Eleitoral - RIAE; • Registro de Comitê Financeiro - RCF; • Registro de Debates - RD; • Registro de Pesquisas Eleitorais - RPE
- Regularização de Situação do Eleitor – RSE

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES	
	INDICADOR:	EO 06 - ÍNDICE DE AGILIDADE NO JULGAMENTO DE FEITOS ADMINISTRATIVOS (1º GRAU)

Apesar da manutenção de leve viés de baixa, o índice de agilidade continua superior à meta estipulada pelo CNJ, decorrendo daí diminuição expressiva do estoque de processos pendentes, comparativamente ao primeiro trimestre de 2015.

Variável	TRIM1	TRIM2
TBaixAdm<1a	2.037	2.266
TBaixAdm1º	2.173	2.535

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES					
		INDICADOR:		EO 07 - PRESTAÇÕES DE CONTAS JULGADAS NO PRAZO			
OBJETIVO ESTRATÉGICO		Garantir a agilidade dos feitos eleitorais					
O QUE MEDE		O percentual das prestações de contas eleitorais julgadas dentro dos prazos determinados no Calendário Eleitoral.					
COMO MEDIR		Total de prestações de contas julgadas nos prazos determinados no calendário eleitoral (PCprazo), dividido pelo total de prestações de contas (TPC). PCjulg = (PCprazo / TPC) x 100	UNIDADE DE MEDIDA:		Percentual		
			QUANDO MEDIR:		Bianualmente, em agosto dos anos não eleitorais		
QUEM MEDE		Secretaria Judiciária (SJD) – eleições gerais Corregedoria Regional Eleitoral (CRE) – eleições municipais					
QUEM ANALISA		Secretaria Judiciária (SJD) – eleições gerais Corregedoria Regional Eleitoral (CRE) – eleições municipais					
META		Julgar 100% das contas eleitorais relativas às eleições de 2012, dentro do prazo estabelecido no Calendário Eleitoral.	POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Relatórios extraídos do SADP ou outros controles de	
Resultado no período					EVOLUÇÃO DO INDICADOR		
						Realizado	Meta
Resultado 2013	93,40%				2011	100,00%	100,00%
Metas Anuais					2013	93,40%	100,00%
Meta 2013	100,00%						
Histórico							
2011	100,00%						
Entram na contagem do indicador somente os processos referentes às contas eleitorais.							

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES		
	INDICADOR:		EO 07 - PRESTAÇÕES DE CONTAS JULGADAS NO PRAZO

Análise de Desempenho:

Na medição do julgamento de prestações de contas de campanha dentro do prazo, ou seja, até o dia 31 de julho de 2013, pode-se perceber que a meta não foi cumprida. Foi atingido índice de aproximadamente 93% de julgamento. Isto mostra que em 7% dos processos ocorreu algum tipo de atraso que impediu o cumprimento do prazo. Este descumprimento da meta impacta na celeridade dos feitos eleitorais e prejudica o alcance dos objetivos estratégicos do TRE-RJ. Já foram realizadas uma série de medidas por meio de planos de ação para minimizar o atraso de determinados cartórios que estavam em pior situação. A principal fonte de problema detectada é em relação a falta de pessoal para processamento dos feitos e capacitação dos mesmos em análise das prestações. Isto porque muitos cartórios tiveram dificuldade em requisitar pessoal específico para tal análise. É recomendável que sejam estabelecidos convênios com órgãos ou entidades de classe contábeis para que estes profissionais colaborem nos pareceres que, por vezes demoram a ser feitos por servidores da própria Justiça Eleitoral que não tem o devido preparo para analisar as situações. Outra fonte de problema é o grande número de intimações que foram necessárias para chamar ao processo aqueles candidatos que não apresentaram suas contas espontaneamente à Justiça Eleitoral. Nestes casos, o próprio Juiz Eleitoral teria que impulsionar o início do processo e zelar por sua tramitação. A meta, por ser estabelecida pelo Calendário Eleitoral, não pode ser reduzida, contudo, em muitas situações torna-se impraticável atingir a totalidade de julgamentos destes feitos até o dia 31 de julho em decorrência dos problemas anteriormente apresentados.

Variável	2013
PCprazo	21.711
TPC	23.244

Monitoramento de Objetivo Estratégico

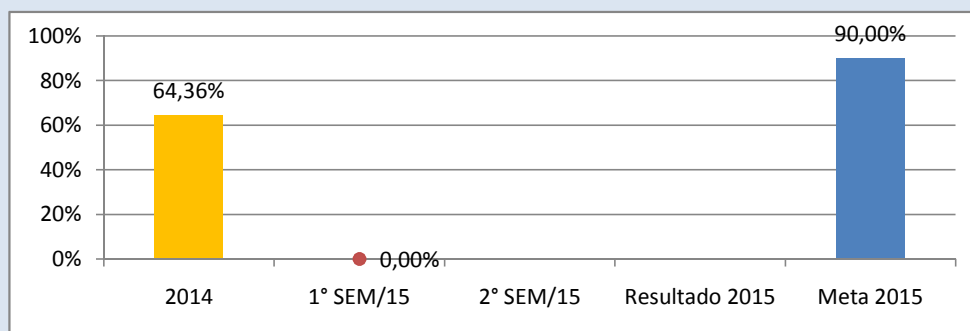
Tema: Eficiência Operacional



Objetivo: Garantir a agilidade dos processos administrativos



EO 08 - Índice de agilidade na tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços



Projetos Estratégicos

	Guia para pedidos de contratação de serviços e aquisições de materiais
	Sistema de Gestão de Compras
	Gestão Documental
	Metodologia de Gestão de Processos do TRE-RJ

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Eficiência Operacional



Objetivo: Garantir a agilidade dos processos administrativos

Análise de Desempenho

A análise do objetivo não foi realizada.

- 1) Para prazo padrão, considerar:
- 120 dias úteis para concurso e concorrências dos tipos empreitada, integral, técnicas ou técnica e preço;
 - 105 dias úteis para demais concorrências e tomadas de preço dos tipos técnica e técnica e preço;
 - 60 dias úteis para demais tomadas de preço;
 - 60 dias úteis para convite e pregão;
 - 15 dias úteis para dispensa, inclusive pelo valor, e inexigibilidade.
- 2) No decorrer do procedimento licitatório, sempre que for impetrado pedido de esclarecimento, recurso, impugnação ou outro ato de natureza similar, acrescer à contagem dos prazos:
- 20 dias úteis para concorrência e concurso;
 - 15 dias úteis para tomada de preço;
 - 10 dias úteis para carta convite e pregão;
 - 5 dias úteis para dispensa e inexigibilidade.
- 3) Será considerada para medição dos prazos a data da protocolização do pedido com o objeto devidamente especificado.
- 4) No caso de licitações por registro de preços, será considerado o tempo entre a protocolização do pedido e a assinatura da Ata de Registro de Preços.
- 5) Para os pedidos de contratação de serviços e aquisição de materiais cujos preços estejam registrados em Ata de Registro de Preços, deverão ser considerados os prazos estabelecidos para dispensa e inexigibilidade.

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES	
	INDICADOR:	EO 08 - ÍNDICE DE AGILIDADE NA TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

Análise de Desempenho (1º Semestre 2015):

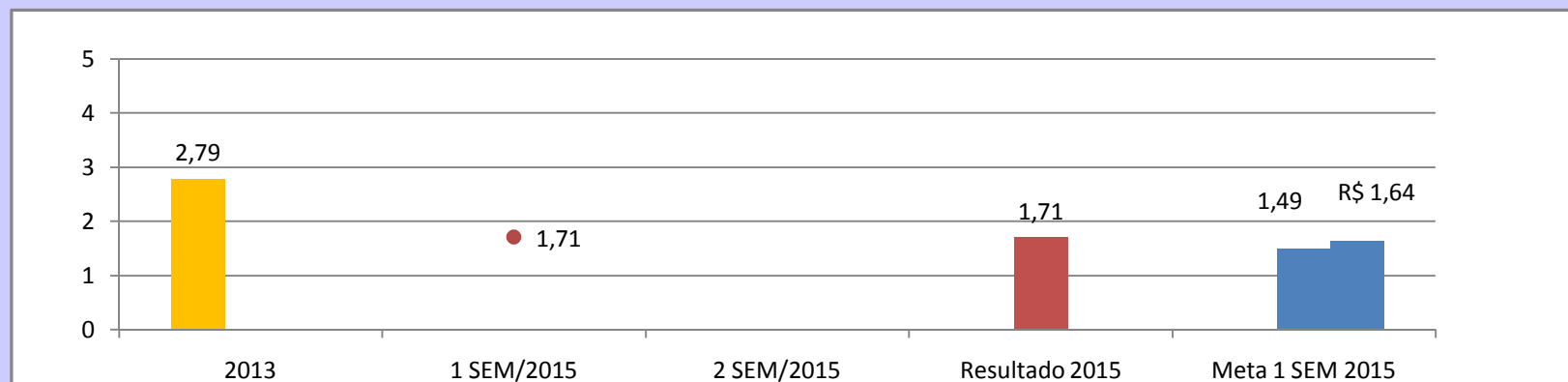
A análise do indicador não foi realizada pela unidade responsável.

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Eficiência Operacional

Objetivo: Buscar a excelência na gestão de custos operacionais

EO 09 - Custo de manutenção da estrutura



Projetos Estratégicos

Racionalização dos custos de manutenção - 2ª fase

Revisão da Agenda Ambiental

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Eficiência Operacional



Objetivo: Buscar a excelência na gestão de custos operacionais

Análise de Desempenho

A análise do objetivo não foi realizada pela unidade responsável.

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	PLANILHA DE INDICADORES									
	INDICADOR:		EO 09 - CUSTO DE MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA							
OBJETIVO ESTRATÉGICO	Buscar a excelência na gestão de custos operacionais									
O QUE MEDE	O custo de manutenção por eleitor do estado.									
COMO MEDIR	Somatórios dos custos de telefonia (CTelef), energia elétrica (CEnElet), água (CÁgua), combustíveis (CComb), serviços de limpeza (CLimp), segurança (CSegur), material de consumo (CMatCons), manutenção predial (CManutPred), locação (CLoc), manutenção de TI (CManutTI), e demais despesas de custeio (CustOutros), dividido pelo total de eleitores do Estado do Rio de Janeiro (TEI) CME = (CTelef + CEnElet + CÁgua + CComb + CLimp + CSegur + CMatCons + CManutPred + CLoc + CManutTI+ CustOutros) / TEI								UNIDADE DE MEDIDA:	Moeda (R\$)
									QUANDO MEDIR:	Semestralmente
QUEM MEDE	Seção de Programação Financeira e Controle de Custos (SEPROG)									
QUEM ANALISA	Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF)									
META	Manter o custo de manutenção por eleitor, com índice de variação de até 5%.						POLARIDADE DO INDICADOR	Pendular	FONTE DE DADOS	SIAFI ou sistema de controle de custos
EVOLUÇÃO DO INDICADOR		1 SEM/2015	2 SEM/2015							
	REALIZADO	R\$ 1,71								
	META	[1,49;1,64]	[3,07;3,40]							
Resultado no período										
Resultado 2015	R\$ 1,71									
Metas Anuais										
Meta 2015	[3,07;3,40]									
Histórico										
2012	R\$ 3,58									
2013	R\$ 2,79									
2014	R\$ 4,14									

Período	Valor (R\$)
2013	2,79
1 SEM/2015	1,71
2 SEM/2015	
Resultado 2015	1,71
Meta 1 SEM 2015	1,49
2014	4,14

- 1) O valor do custo de manutenção do ano anterior (eleitoral ou não eleitoral, conforme o caso) deve ser corrigido pelo valor do IPCA no momento da avaliação do indicador.
- 2) Entende-se por Custo a Despesa Liquidada (referente à execução orçamentária do exercício corrente) mais os Restos a Pagar Liquidados no Exercício menos as Despesas de Exercícios Anteriores. Também estão excluídas dos custos as despesas relativas ao CCJE, já que pertencem a outra Unidade Orçamentária.
- 3) O indicador considera o custo destinado às despesas ordinárias e às despesas de pleitos eleitorais.
- 4) A situação de 2011 resulta do seguinte cálculo: R\$ 29.866.141,39 (custo operacional 2011 - fonte SIAFI em 03/09/2013) / 11.594.628 (nº de eleitores do Estado do Rio de Janeiro - fonte site Internet TSE em 03/09/2013).
- 5) A situação de 2012 resulta do seguinte cálculo: R\$ 42.499.094,62 (custo operacional 2012 - fonte SIAFI em 03/09/2013) / 11.871.528 (nº de eleitores do Estado do Rio de Janeiro - fonte site Internet TSE em 03/09/2013).
- 6) A situação de 2013 resulta do seguinte cálculo: R\$ 33.559.481,83 (custo operacional 2013 - fonte SIAFI em 14/01/2014) / 12.012.454 (nº de eleitores do Estado do Rio de Janeiro - fonte site Internet TSE em 14/01/2014).
- 7) A situação de 2014 resulta do seguinte cálculo: R\$ 50.239.691,31 (custo operacional de 2014 - fonte SIAFI em 08/01/2015) / 12.136.562 (nº de eleitores do Estado do Rio de Janeiro - Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação do TRE-RJ em 08/01/2015).

ANÁLISE DE INDICADORES

Tribunal Regional Eleitoral do
Rio de Janeiro

INDICADOR:

EO 09 - CUSTO DE MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA

Análise de Desempenho (1º Semestre):

As variações percentuais foram calculadas considerando os saldos do 1º semestre de 2013 já corrigidos. A atualização monetária foi feita pelo IPCA, considerando o período de julho de 2013 a junho de 2015. O fator de atualização resultante foi 1,159983 e a fonte da informação é o site do Banco Central do Brasil. A meta para o exercício de 2015 (2º semestre) está atualizado com o fator 1,1297396, relativo ao IPCA acumulado no período de jan/2014 a jun/2015.

De um modo geral, o comportamento dos custos, apenas sob análise financeira, demonstra-se fora da margem estabelecida. Apenas os custos de manutenção com tecnologia da informação, com uma redução de 4,5%, encontra-se dentro da meta. Destacam-se, entre as variações mais extremas, as despesas com materiais de consumo, com uma redução de 59,34% e as despesas com energia elétrica, com um aumento de 41,41%.

Além dos já citados, os custos que registraram aumento foram: locação de imóveis (36,40%), água e esgoto (26,64%), limpeza e conservação (21,97%) e manutenção predial (10,51%), e os que sofreram redução foram: despesas com combustíveis (-23,83%) e despesas com telefonia (-13,50%). Aos custos com segurança não se aplica a presente análise, haja vista que no 1º semestre de 2013 não havia contratos relativos a essa despesa.

Variável	1 SEM/2013	1 SEM/2015	Acréscimo/decréscimo
CTelef	588.828,83	509.314,95	-13,50%
CEnElet	1.035.655,18	1.464.468,54	41,41%
CÁgua	166.998,25	211.479,15	26,64%
CComb	212.462,66	161.842,17	-23,83%
CLimp	2.001.255,45	2.441.029,94	21,97%
CSegur	0,00	689.748,61	
CMatCons	1.255.506,95	510.543,48	-59,34%
CManutPre	2.865.871,07	3.167.184,42	10,51%
CLoc	1.066.366,80	1.454.565,57	36,40%
CManutTI	3.102.610,83	2.968.316,61	-4,33%
CustOutros	6.361.184,51	7.104.878,73	11,69%
TEI	11.873.817	12.072.740	

Perspectiva dos Processos Internos

Tema:

Acesso

Objetivos Estratégicos:

Facilitar o acesso à Justiça Eleitoral

Monitoramento de Objetivo Estratégico

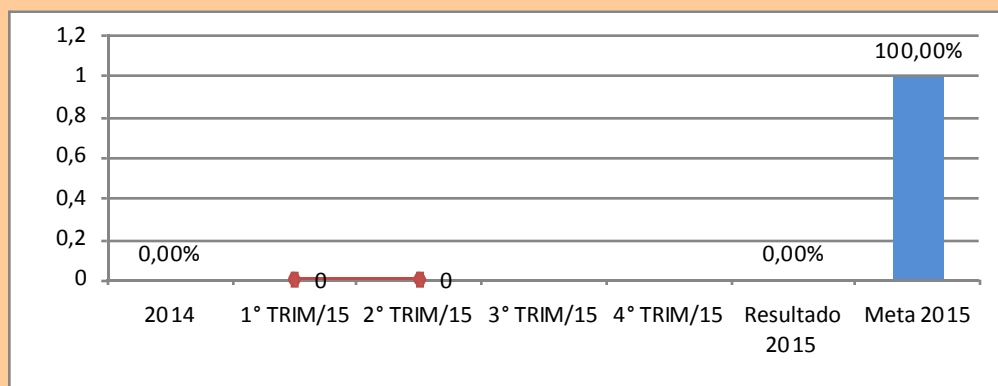
Tema: Acesso



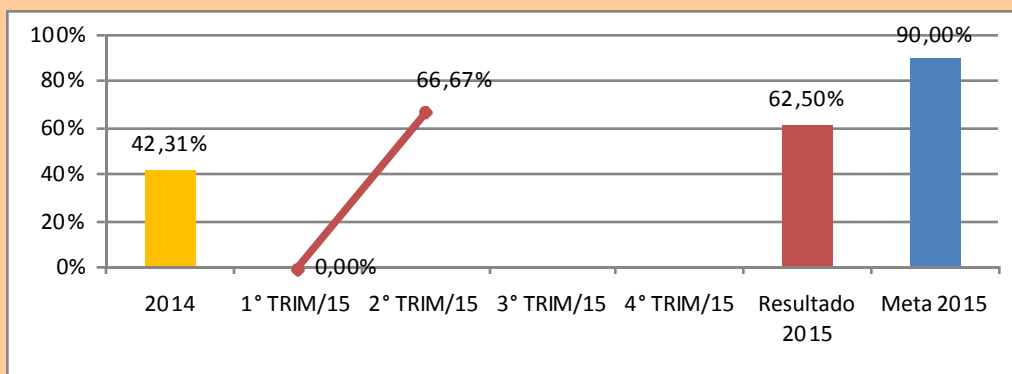
Objetivo: Facilitar o acesso à Justiça Eleitoral



ACE 01 - Índice de acesso à Justiça



ACE 02 - Índice de atendimento às demandas de ações de acesso



Projetos Estratégicos

	Ampliação da Cart a de Serviços do TRE-RJ
	Justiça Eleitoral Itinerante
	Sistematização do Programa TRE vai à Escola
	Programa TRE vai à Escola
	Programa TRE Cidadão

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Acesso



Objetivo: Facilitar o acesso à Justiça Eleitoral

Análise de Desempenho

1 - O resultado do objetivo no primeiro semestre de 2015 permanece insatisfatório, apesar da evolução observada em relação ao indicador "Índice de atendimento às demandas de ações de acesso".

2 – O indicador "Índice de acesso à Justiça", medido pelo atendimento aos municípios não sede de zona eleitoral, como já descrito nas análises anteriores, não avalia o desempenho do Tribunal. Isso porque a condição "não sede de zona eleitoral" não significa que exista carência de atendimento da Justiça Eleitoral.

No que tange ao atendimento às demandas de ações de acesso, observa-se que o resultado do indicador "Índice de atendimento às demandas de ações de acesso" deste 2º trimestre foi bem melhor do que o observado no período anterior. Atribui-se tal melhora às ações que vêm sendo desempenhadas pela EJE para atrair maior número de magistrados para a participação em ações de cidadania promovidas pelo TRE-RJ, bem como para aproximar o Tribunal das instituições de ensino. No segundo trimestre de 2015, de oito ações demandadas para o Projeto TRE vai à Escola, o TRE-RJ atendeu a todas. A EJE realizou, ainda, distribuição de cartilhas na ação global realizada em Belford Roxo no dia 20/06/2015.

Observa-se, contudo, que no período foram solicitadas seis ações da Justiça Eleitoral Itinerante, sendo atendida apenas uma. A impossibilidade de atendimento é atribuída aos esforços que vem sendo dispendidos pelo Tribunal para o cumprimento do cronograma de cadastramento biométrico de eleitores, o que dificulta o atendimento às demandas que são formuladas com uso do modelo itinerante.

3 – O projeto de sistematização da Justiça Eleitoral Itinerante retornou à gerente para novos estudos, em razão da necessidade de reavaliação do indicador. Deve-se ressaltar que permanece em curso plano de ação, que vem sendo acompanhado nas Reuniões de Análise da Estratégia, sob gerência da EJE, visando melhorar o desempenho do indicador ACE 02.

4 – A implementação da Justiça Eleitoral Itinerante poderá auxiliar na resolução dos problemas mais urgentes de acesso à Justiça Eleitoral, uma vez que o projeto pretende traçar parâmetros baseados em estudos de necessidades dos municípios. O que, talvez, também auxilie na divulgação das ações ligadas à EJE e, conseqüentemente, o aumento da demanda.

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES						
		INDICADOR:		ACE 01 - ÍNDICE DE ACESSO À JUSTIÇA				
OBJETIVO ESTRATÉGICO		Facilitar o acesso à Justiça Eleitoral						
O QUE MEDE		O percentual de municípios que não são sede de zona eleitoral, atendidos por meio da justiça itinerante ou de estrutura física temporária.						
COMO MEDIR		Quantitativo de municípios sem sede de zona eleitoral atendidos (por meio da justiça itinerante ou de estrutura física temporária) (QMunAt), dividido pelo total de municípios que não são sede de zona eleitoral (TotMunSemSede), multiplicado por cem. AJ = (QMunAt/TotMunSemSede) x 100				UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual	
						QUANDO MEDIR:	Trimestralmente	
QUEM MEDE		Assessoria Administrativa da Presidência (ASAPPRE)						
QUEM ANALISA		Assessoria Administrativa da Presidência (ASAPPRE)						
META		Aumentar para 100% os municípios atendidos, até 2015.		POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Relação de municípios que não sejam sede de zona eleitoral e controle de postos de atendimento e cronograma de atividades da Justiça Eleitoral Itinerante (levantamento de ações realizadas).	
Resultado no período						EVOLUÇÃO DO INDICADOR		
Resultado 2015	0%						Realizado	Meta
Metas Anuais						1º TRIM/15	0%	40%
Meta 2015						2º TRIM/15	0%	60%
						3º TRIM/15		80%
						4º TRIM/15		100%
Histórico								
2012	0%							
2013	0%							
2014	0%							
1) A situação inicial corresponde a 92 municípios no Estado do RJ e 13 municípios que não dispõem de sede de ZE ou posto de atendimento (Pinheiral, Aperibé, Comendador Levy Gasparian, Varre-Sai, Paty do Alferes, Macuco, São José de Ubá, Cardoso Moreira, Tanguá, Areal, Quatis, Itatiaia, Carapebus). 2) A meta de 2014 corresponde à cumulatividade de atendimentos no biênio 2013/2014. 3) Considerando que a forma de medição do indicador difere da estabelecida no Plano Estratégico da Justiça Eleitoral, o resultado a ser comunicado deve corresponder ao quantitativo de municípios atendidos (aonde a Justiça Eleitoral chega de alguma forma, seja por justiça itinerante ou estrutura física) em relação ao total de municípios do Estado.								

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES	
	INDICADOR:	ACE 01 - ÍNDICE DE ACESSO À JUSTIÇA
Análise de Desempenho (2º trimestre): O cenário em relação a última análise permanece o mesmo. Os municípios não sede de zona eleitoral não vem sendo considerados parâmetros de carência de acesso, sobretudo após a edição da Resolução TSE nº 23422/2014, cujas diretrizes estabelecem inclusive a extinção de alguns zonas eleitorais deste Estado. Dessa forma, o número de Municípios não sede de zona eleitoral tende a registrar aumento no futuro, o que não caracteriza, obviamente, o abandono dessas localidades pela Justiça Eleitoral. O projeto de Sistematização da Justiça Eleitoral Itinerante visa justamente descobrir o parâmetro de carência de acesso à Justiça de um Município. Com esse dado em mão, será possível criar um calendário de ações, que sendo realizado, aumentará consideravelmente o índice de acesso à Justiça Eleitoral.		
Variável	TRIM1	TRIM2
QMunAt	0	0
TotMunSemSede	13	13

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES						
		INDICADOR:		ACE 02 - ÍNDICE DE ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DE AÇÕES DE ACESSO				
OBJETIVO ESTRATÉGICO		Facilitar o acesso à Justiça Eleitoral						
O QUE MEDE		O percentual de solicitações de ações de acesso atendidas.						
COMO MEDIR		Total de solicitações de ações de acesso atendidas no período base (TSolAcAt), dividido pelo total de ações de acesso demandadas para realização no período base (TSolAc), multiplicado por cem. ADAA = (TSolAcAt / TSolAc) x 100 (Indicador cumulativo)				UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual	
						QUANDO MEDIR:	Trimestralmente	
QUEM MEDE		Assessoria Administrativa da Presidência (ASAPRE) e Escola Judiciária Eleitoral (EJE)						
QUEM ANALISA		Assessoria Administrativa da Presidência (ASAPRE) e Escola Judiciária Eleitoral (EJE)						
META		Atender 90% das demandas de ações de acesso, até 2015.		POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Controles sobre as solicitações de ações de acesso.	
Resultado no período							EVOLUÇÃO DO INDICADOR	
Resultado 2015	62,50%							
Metas Anuais								
Meta 2015	90,00%							
Histórico								
2012	NM							
2013	62,50%							
2014	42,31%							
1) São consideradas “ações de acesso” as ações da Justiça Eleitoral Itinerante, dos Programas TRE Cidadão e TRE vai à Escola e do Programa Eleitor do Futuro e outras ações que tenham por objetivo orientar e facilitar o acesso aos serviços prestados pelo TRE-RJ. 2) As solicitações de ações de acesso para atendimento em período base (trimestre) diferente daquele em que foram recebidas pelo TRE deverão ser computadas apenas na medição do período base referente à data para a qual o atendimento está sendo requerido e/ou programado. 3) Devem ser excluídas do indicador as solicitações de acesso não legitimadas em norma ou instrução aplicável às ações de acesso da Justiça Eleitoral fluminense.								

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES			
	INDICADOR:		ACE 02 - ÍNDICE DE ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DE AÇÕES DE ACESSO	

Análise de Desempenho (2º trimestre): Justiça Eleitoral Itinerante: 1 atendimento de 6 solicitações Programa TRE vai à Escola: 8 atendimentos de 8 solicitações Programa Eleitor do Futuro: 0 atendimento de 0 solicitação Programa TRE Cidadão: nao houve solicitação Outras ações: 1 atendimento de 1 solicitação TOTAL: 10 atendimento de 15 solicitações Percebe-se uma evolução do indicador neste trimentre, principalmente em razão da sistemática implantada pela nova Direção da EJE e que teve início no dia 27/04/2015, no município de Belford Roxo. Basicamente, a expedição do Ofício-Circular EJE nº 001/2015, através do qual a Direção da EJE convida os juízes eleitorais a participarem do Programa TRE vai à Escola, bem como a expedição do Ofício EJE nº 17/2015, que solicita ao Secretário Estadual de Educação a parceria necessária para indicação de escolas públicas, resumem a sistemática. Após o recebimento inicial da inscrição de 35 juízes e 81 escolas, foi elaborado um cronograma baseado em regiões geográficas. A partir daí, os juízes voluntários escolhem uma data para uma ou mais escolas e cabe à EJE o contato com ambas as partes para confirmação da ação, além de toda logística necessária (transporte, material e urnas para demonstração), de acordo com o local e o número de alunos. Encontra-se em andamento o plano de ação apresentado por esta Escola e que tem sido acompanhado nas reuniões de análise da estratégia, com o fim de melhorar o desempenho do presente indicador através da elaboração de um plano de comunicação destinado aos magistrados e a proposta de parceria com o DEAPE do Tribunal de Justiça. Com relação ao dado sobre 1 "outra ação", trata-se do envio de 300 cartilhas para a ação global ocorrida em Belford Roxo, em 20/06/2015. A evolução deste indicador contribui para o alcance do objetivo "Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia" e do objetivo "Fomentar o exercício da cidadania". Com relação à ações da Justiça Itinerante, foram registrados 6 solicitações neste trimestre, sendo apenas 1 delas atendida. Ainda que o número de solicitações tenha crescido em relação à última avaliação, o cenário permanece o mesmo. Muito porque o TRE vem dispensando esforços no cumprimento do cronograma do cadastramento biométrico, não havendo espaço para atender outras estratégias ligadas ao modelo itinerante que visem ampliar o acesso à justiça eleitoral.				
Variável	TRIM1	TRIM2	TRIM3	TRIM4
TSolAcAt	0	10		
TSolAc	1	15		

Perspectiva dos Processos Internos

Tema:

Responsabilidade Social e Ambiental

Objetivos Estratégicos:

Promover a responsabilidade ambiental

Fomentar o exercício da cidadania

Monitoramento de Objetivo Estratégico

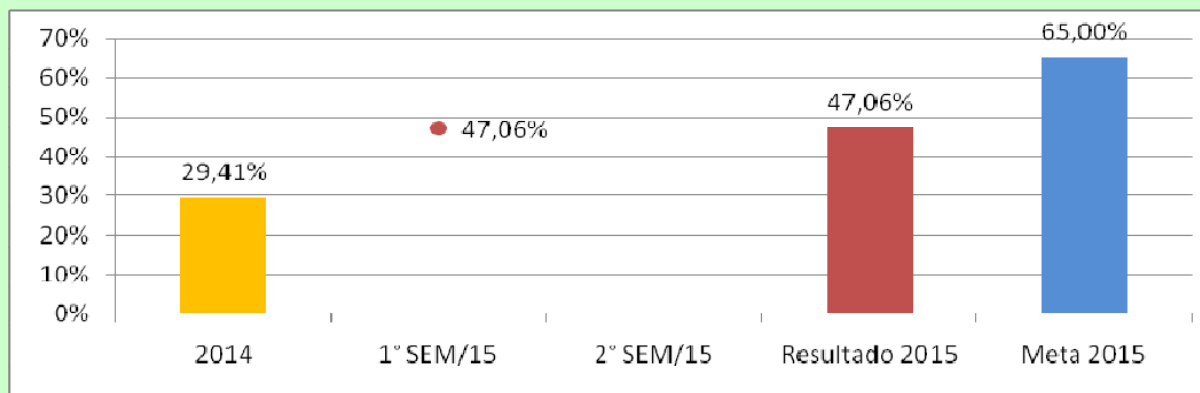
Tema: Responsabilidade Social e Ambiental



Objetivo: Promover a responsabilidade ambiental



RSA 01 - Índice de desempenho ambiental



Projetos Estratégicos

- Revisão da Agenda Ambiental
- Guia de Inclusão de Critérios Sustentáveis Para Contratações

Monitoramento de Objetivo Estratégico

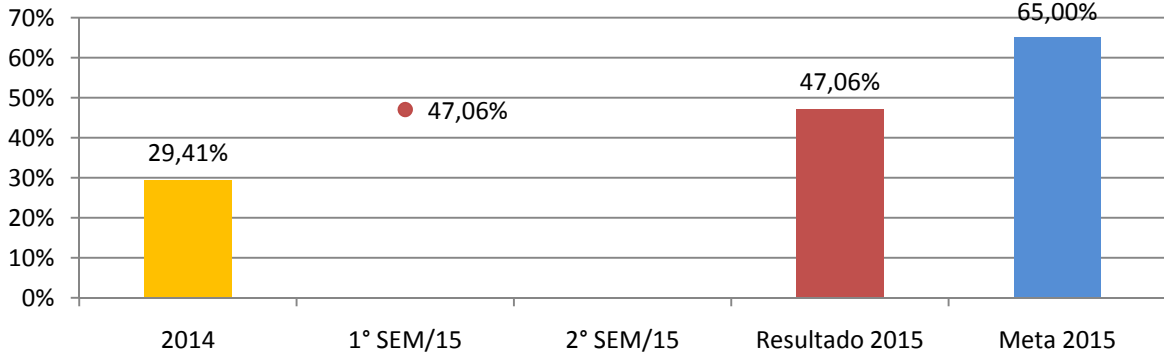
Tema: Responsabilidade Social e Ambiental



Objetivo: Promover a responsabilidade ambiental

Análise de Desempenho

Com um percentual de alcance de 47,06% das metas estabelecidas na Agenda Ambiental do TRE-RJ, quando a expectativa era de alcançar um desempenho satisfatório em 60% destas metas, é perceptível uma melhora no desempenho em relação ao ano de 2014, entretanto fica evidente a necessidade de se empreender mais esforços para que se atinja as metas estabelecidas. Como citado no relatório do ano passado, pode-se atribuir parte da pequena melhora alcançada à implementação de ações de controle sistemático resultantes de planos de ação aprovados em Reunião de Análise da Estratégia, relativas ao consumo de papel, copos descartáveis para água e café (cujos indicadores alcançaram as metas de redução estipuladas para o período), e ainda relativas ao consumo de energia elétrica e de água. Destaca-se que houve um percentual de redução no consumo de energia elétrica, mas o consumo de água teve um incremento. Na execução do controle de consumo foram identificados os cartórios eleitorais que apresentavam consumo superior ao da média geral, com o objetivo de se realizar vistorias para identificar se esse consumo é justificável ou se há desperdícios que possam ser minimizados. Algumas ações foram realizadas, mas outras ainda estão na dependência da aquisição de equipamentos economizadores, individualização de unidades de consumo, providências por parte das concessionárias, de forma que, devidamente encaminhadas, podem exercer influência sobre o resultado no próximo semestre. Importante frisar também o desmembramento da SAD e a respectiva reestruturação da SSG, dando mais agilidade no controle e implementação das ações. Especificamente quanto ao consumo de água foi possível identificar um aumento referente ao imóvel que abriga os cartórios do Jardim Botânico, em função de um vazamento e assim dar o direcionamento adequado à questão. Conforme apontado pela Equipe Ambiental na análise do indicador RSA 01- Índice de desempenho ambiental, espera-se uma melhora significativa no 2º semestre, considerando a publicação do ATO GP nº 224/2015, que instituiu o Guia para inclusão de critérios sustentáveis para contratações do TRE-RJ, e a finalização do processo de aquisição da balança, que permitirá a medição de parte dos resíduos sólidos gerados pelo Tribunal, possibilitando tornar operacional o indicador "Índice de separação de resíduos sólidos".

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	PLANILHA DE INDICADORES											
	INDICADOR:		RSA 01 - ÍNDICE DE DESEMPENHO AMBIENTAL									
OBJETIVO ESTRATÉGICO	Promover a responsabilidade ambiental											
O QUE MEDE	O percentual de metas estabelecidas na Agenda Ambiental com desempenho satisfatório.											
COMO MEDIR	Total de metas estabelecidas na Agenda Ambiental que alcançaram desempenho satisfatório no período (TMetDesSatAA), dividido pelo total de metas estabelecidas na Agenda Ambiental para o período (TMetAA), multiplicado por cem. DA = (TMetDesSatAA / TMetAA) x 100								UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual		
									QUANDO MEDIR:	Semestralmente		
QUEM MEDE	SAD e Equipe Ambiental											
QUEM ANALISA	Equipe Ambiental											
META	Alcançar 65% das metas estabelecidas, até 2014.						POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Relatório de desempenho ambiental		
Resultado no período									EVOLUÇÃO DO INDICADOR			
Resultado 2015	47,06%									Realizado	Meta	
Metas Anuais										1º SEM/15	47,06%	60,00%
Meta 2015	65,00%									2º SEM/15		65,00%
Histórico												
2012	26,67%											
2013	33,33%											
2014	29,41%											
Entende-se por desempenho satisfatório o atingimento mínimo de 90% do resultado estabelecido para a meta.												

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES							
	INDICADOR:	RSA 01 - ÍNDICE DE DESEMPENHO AMBIENTAL						
Análise de Desempenho (1º semestre): o percentual alcançado pelo indicador no primeiro semestre de 2015 foi de 47,06%, ou seja, alcançamos cerca de 78,43% do resultado esperado, que era ter 60% das metas estabelecidas na Agenda Ambiental com desempenho satisfatório. Percebe-se uma melhora no desempenho em relação ao ano de 2014, e como citado no relatório do ano passado, parte desta melhora deve-se aos resultados positivos da implementação de ações de controle sistemático relativas ao consumo de papel e de copos descartáveis para água e café , cujos indicadores alcançaram as metas de redução estipuladas para o período. O consumo de energia foi reduzido em função desta ação, mas o consumo de água teve um incremento, entretanto com o acompanhamento mais regular deste consumo foi possível identificar a causa do referido aumento de consumo de água em uma das unidades do Tribunal, e dar o tratamento adequado à questão. Reitera-se a necessidade de se tornar operacional a medição dos três indicadores que ainda estão sem medição na Agenda Ambiental, o "índice de separação de resíduos sólidos", e os outros dois indicadores referentes a utilização de critérios sustentáveis nos pedidos de compras e contratação de serviços. Espera-se uma melhora mais significativa no desempenho deste indicador no 2º semestre, considerando a publicação do AT GP nº 224/2015,que instituiu o Guia para inclusão de critérios sustentáveis para contratações do TRE-RJ, e a finalização do processo de compra da balança, que permitirá a medição dos resíduos sólidos. Resta pendente ainda a solução para descarte do passivo de lâmpadas do Tribunal.								
<table><tr><td>Variável</td><td>1 SEM/2015</td></tr><tr><td>TMetDesSatAA</td><td>8</td></tr><tr><td>TMetAA</td><td>17</td></tr></table>			Variável	1 SEM/2015	TMetDesSatAA	8	TMetAA	17
Variável	1 SEM/2015							
TMetDesSatAA	8							
TMetAA	17							

Monitoramento de Objetivo Estratégico

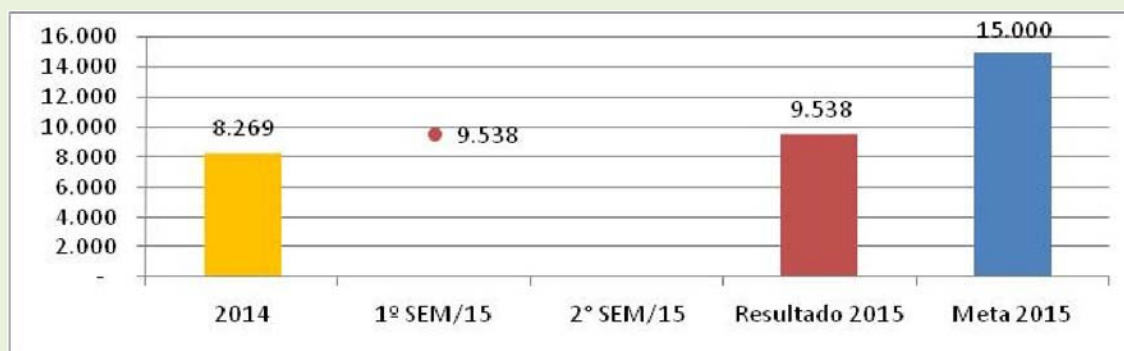
Tema: Responsabilidade Social e Ambiental



Objetivo: Fomentar o exercício da cidadania



RSA 02 - Número de pessoas alcançadas pelos projetos sociais



Projetos Estratégicos

	Programa Eleitor do Futuro 2013-2014
	Programa TRE Vai à Escola
	Sistematização do Programa TRE vai à Escola
	Exposição "Dez Mitos sobre o Sistema Eleitoral Brasileiro"
	Memória Oral

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Responsabilidade Social e Ambiental



Objetivo: Fomentar o exercício da cidadania

Análise de Desempenho

Quanto ao Programa TRE vai à Escola, foram realizadas 8 (oito) ações nos municípios de Belford Roxo, São Fidélis, São Gonçalo, Cabo Frio, Rio das Flores, Magé e Petrópolis. O incremento das ações se deve à parceria entre TRE e SEEDUC, proposta por iniciativa da atual Direção da EJE.

Em comparação com o histórico do objetivo que registrou, em 2014, 1.538 pessoas alcançadas pelos projetos sociais, neste 1º semestre de 2015, só pelo TRE vai à Escola, já foram atendidas 1.269 pessoas. Percebe-se um crescimento no índice. Para o 2º semestre ocorreram novas ações onde preve-se um crescimento de 10% em relação ao 1º semestre. Como observação verificamos ao realizar as ações sociais que algumas escolas ficavam localizadas em área de risco, o que acarretou a solicitação de acompanhamento da ASEGUR para o diretor desta EJE, que se mostrou interessado em participar das palestras, e para os servidores.

Em relação ao Programa Eleitor do Futuro, não foi iniciado contato com a equipe para direcionamento das ações. Além de se encontrar prejudicada a equipe inicial do projeto em razão do distanciamento ocorrido a partir de 2014, entre a EJE e as Zonas Eleitorais e servidores voluntários, (em razão, inclusive, da ausência de normativo que delineie a atuação dos servidores voluntários), as demais atividades da EJE programadas para o ano de 2015 (seminários, revistas, cursos) impactaram as iniciativas relacionadas ao PEF. Espera-se que com a aprovação do produto do projeto "Reconhecimento do Trabalho Voluntário em Ações de Cidadania", seja possível reestruturar as ações que envolvem os servidores, visando à retomada do projeto. Por outro lado, necessita-se de elaboração de cronograma de ações e a prosposta de parceria prevista como atividade no plano de ação em andamento, se aceita, contribuirá diretamente para o êxito das ações.

Com relação ao dado sobre "outras ações", trata-se do envio de 300 cartilhas para a ação global ocorrida em Belfor Roxo, em 20/06/2015.

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro			
			RSA 02 - NÚMERO DE PESSOAS ALCANÇADAS PELOS PROJETOS SOCIAIS

Análise de Desempenho (1º semestre):

Dados:

TRE vai à Escola: 969 pessoas

Programa Eleitor do Futuro: 0 pessoas

Outras ações: 300 pessoas

Em relação ao Programa Eleitor do Futuro, não foi iniciado contato com a equipe para direcionamento das ações. Além de se encontrar prejudicada a equipe inicial do projeto em razão do distanciamento ocorrido a partir de 2014, entre a EJE e as Zonas Eleitorais e servidores voluntários, (em razão, inclusive, da ausência de normativo que delineie a atuação dos servidores voluntários), as demais atividades da EJE programadas para o ano de 2015 (seminários, revistas, cursos) impactaram as iniciativas relacionadas ao PEF. Espera-se que com a aprovação do produto do projeto "Reconhecimento do Trabalho Voluntário em Ações de Cidadania", seja possível reestruturar as ações que envolvem os servidores, visando à retomada do projeto. Por outro lado, necessita-se de elaboração de cronograma de ações e a prosposta de parceria prevista como atividade no plano de ação em andamento, se aceita, contribuirá diretamente para o êxito das ações.

Foram realizadas 8 (oito) ações do Programa TRE vai à Escola nos municípios de Belford Roxo, São Fidélis, São Gonçalo, Cabo Frio, Rio das Flores, Magé e Petrópolis. O incremento das ações se deve à parceria entre TRE e SEEDUC, proposta por iniciativa da atual Direção da EJE.

Com relação ao dado sobre "outras ações", trata-se do envio de 300 cartilhas para a ação global ocorrida em Belfor Roxo, em 20/06/2015.

Variável	1 SEM/2015	2 SEM/2015
TRE vai à escola	969	
Eleitor do Futuro	0	
Outras ações	300	
Total	1.269	0

Perspectiva dos Processos Internos

Tema:

Atuação Institucional

Objetivos Estratégicos:

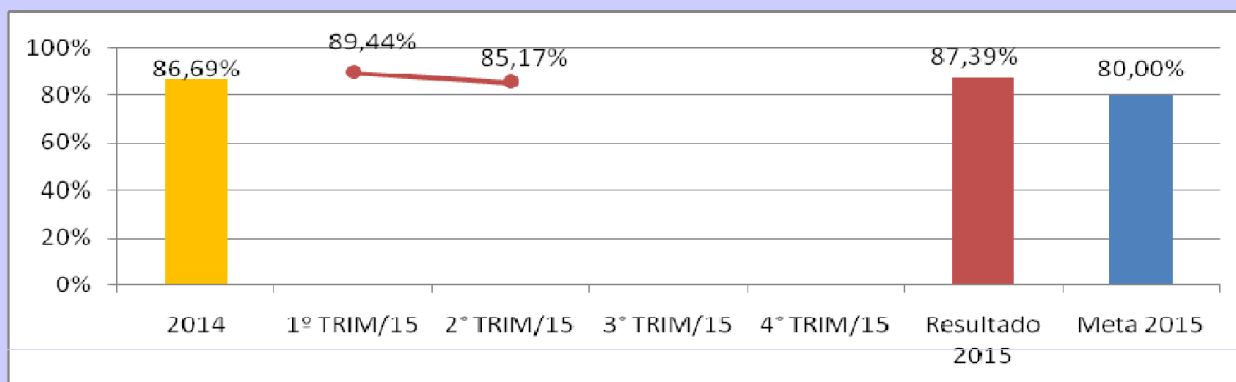
Aprimorar a comunicação com os públicos externos

Fortalecer e harmonizar as relações com outras instituições

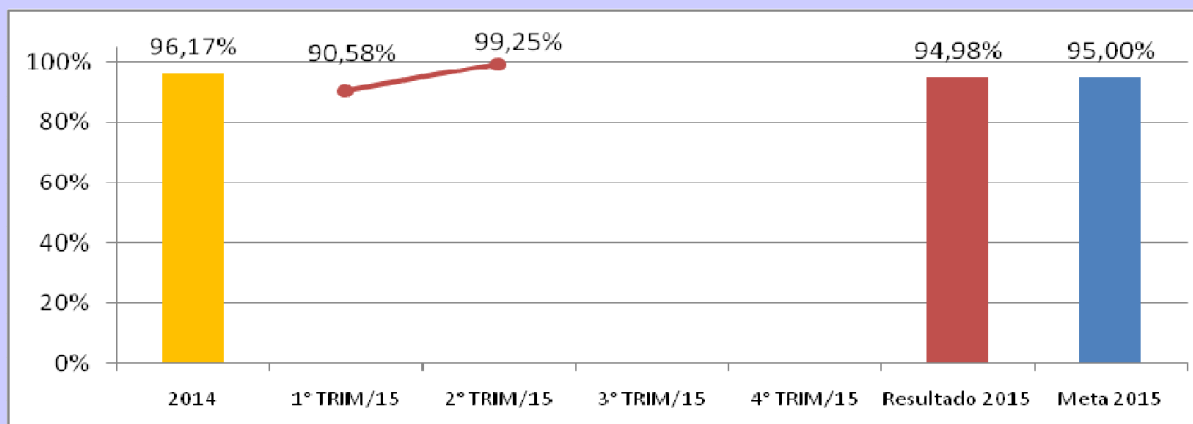
Tema: Atuação Institucional

Objetivo Aprimorar a comunicação com os públicos externos

AI 01 - Índice de satisfação dos usuários da internet



AI 02 - Índice de inserções positivas na mídia



Monitoramento de Objetivo Estratégico

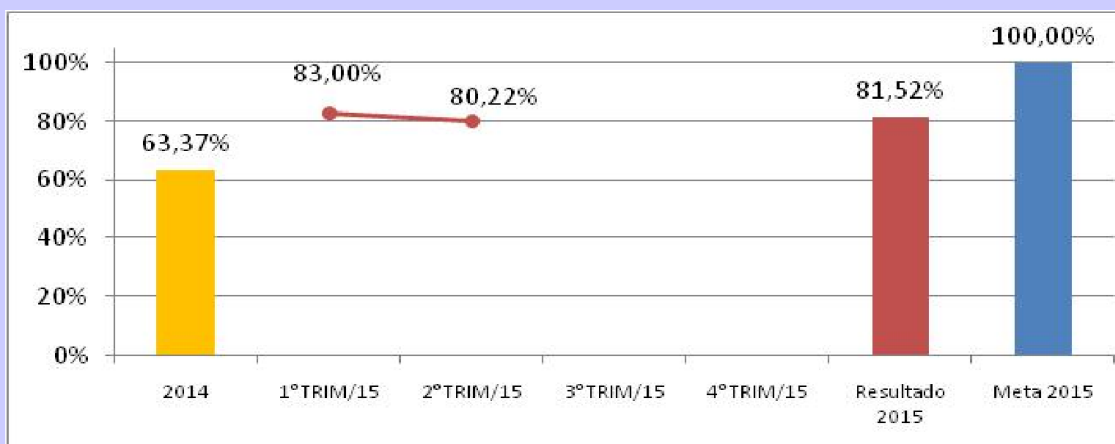
Tema: Atuação Institucional



Objetivo Aprimorar a comunicação com os públicos externos



AI 03 - Percentual de disponibilização na internet da íntegra das sentenças proferidas (1º grau)



Projetos Estratégicos

	Desenvolvimento e implementação da Política de Comunicação do TRE-RJ
	Plano Diretor de Comunicação do TRE-RJ
	Comitê Gestor do Portal
	TV Corporativa

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Atuação Institucional



Objetivo Aprimorar a comunicação com os públicos externos

Análise de Desempenho

Análise – Objetivo Estratégico “Aprimorar a comunicação com os públicos externos” – 2º trimestre - 2015

No 2º trimestre de 2015, o objetivo estratégico “Aprimorar a Comunicação com os Públicos Externos” apresentou um desempenho superior ao do trimestre anterior. As metas foram alcançadas em dois dos três indicadores que integram o objetivo – no anterior, isso havia ocorrido em relação a apenas um deles.

No “Índice de satisfação dos usuários da internet”, a meta de 77,50% foi superada, embora tenha sido verificada uma pequena queda em relação ao trimestre anterior (de 89,44% para 85,17%). Isso foi creditado a uma instabilidade nos serviços fornecidos pelo TSE no mês de junho, o que deve ser minimizado por uma série de medidas já em implementação pelo TRE-RJ.

No que se refere ao “Índice de inserções positivas na mídia”, verificou-se um aumento de 90,58%, no primeiro trimestre, para 99,25% - acima, portanto, da meta de 95%. Registrou-se um total de 536 matérias com citações ao TRE-RJ, das quais 69% foram resultado da ação direta da Assessoria de Comunicação Social (Ascom), sendo o restante reflexo de mídia espontânea. Os assuntos mais citados no período foram “Biometria”, com 129 matérias, “Decisões de Instância Superior” (93), “Eleição Suplementar” (61), “Serviços” (46) “Decisões de 2ª Instância” (27) e “Ações Sociais” (22).

Já o indicador “Disponibilização de sentenças na internet pelas zonas eleitorais” passou de 83% para 80,22% neste trimestre, ainda abaixo, portanto, da meta prevista para o período, de 95%. Cumpre salientar, no entanto, que nos dois primeiros meses do trimestre o referido indicador vinha apresentando melhora significativa, com 91% em maio. Os resultados foram consideravelmente prejudicados, no entanto, por uma queda brusca de desempenho em junho (65%), a qual se deve, provavelmente, à greve dos servidores.

Há quatro projetos estratégicos vinculados ao objetivo.

Dois deles - a Política de Comunicação e o Plano Diretor de Comunicação - estão suspensos, tendo em vista que o primeiro é pressuposto para a elaboração do segundo e depende, para a sua execução, da capacitação dos servidores, o que ainda não foi realizado. Com relação à Política de Comunicação, no documento são descritas as diretrizes que normatizam e orientam as ações de comunicação social voltadas para o desenvolvimento e melhoria dos processos de comunicação externa, o que fortaleceria o objetivo estratégico.

O projeto Comitê Gestor do Portal foi recentemente aprovado pela Presidência e deve ter impactos positivos para o objetivo, uma vez que envolve a criação de uma comissão que, entre outras tarefas, zelará pela atualização das informações no site, o que contribuirá para uma maior fidelidade dos dados disponíveis.

Já o projeto TV Corporativa, que aguarda a revisão do portfólio, também contribuirá para o objetivo ao prever um novo canal de comunicação nas centrais de atendimento ao eleitor (CAEs), locais onde há uma maior circulação de pessoas.

Vale ressaltar que não foram identificados riscos potenciais que precisem ser tratados para assegurar o alcance do objetivo.

ANÁLISE DE INDICADORES

Tribunal Regional
Eleitoral do Rio de Janeiro

INDICADOR:

AI 01 - ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS DA INTERNET

Análise de Desempenho (2º trimestre):

O resultado de 85,17% de usuários satisfeitos foi uma surpresa apesar de ainda estar acima da meta do período, pois até meados do mês de junho a pesquisa apontava para um índice de 90% de satisfação.

Como a facilidade de encontrar o conteúdo continuou na faixa dos 90% podemos concluir que a causa da queda de desempenho não foi a usabilidade do site.

Analisando as respostas dos usuários podemos perceber uma instabilidade nos serviços disponibilizados pelo TSE (certidões, local de votação, número do título, acompanhamento processual) a partir do dia 12/06, dificultando assim a obtenção das informações pelo site, o que refletiu na queda do índice do trimestre em comparação com o último.

O percentual de reclamações sobre esses serviços chegou a mais de 75% do total de queixas dos usuários, infelizmente esse tipo de problema causa um impacto grande em nosso índice.

A boa notícia é que várias iniciativas estão em andamento no TRE-RJ com o objetivo de melhorar a experiência dos usuários na Internet, são elas:

- O cronograma de implementação de consulta em banco próprio sobre resultado de eleições foi alterado e agora a previsão é para novembro.
- Há um estudo sendo feito por uma comissão de avaliação dos canais de comunicação que prevê melhorias no Fale Conosco da Internet que tem o objetivo otimizar e ampliar esse canal.
- O Comitê Gestor dos Portais de Intranet e Internet foi homologado e em breve os trabalhos de organização, definição de papéis, responsabilidades e estruturação do site serão iniciados.

Graças a essas iniciativas, a expectativa é de conseguirmos ultrapassar o índice de 90% de satisfação até o final do ano.

Variável	TRIM1	TRIM2	TRIM3	TRIM4
TUSat	381	333	0	0
TUResp	426	391	0	0

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	PLANILHA DE INDICADORES								
	INDICADOR:		AI 02 - ÍNDICE DE INSERÇÕES POSITIVAS NA MÍDIA						
OBJETIVO ESTRATÉGICO	Aprimorar a comunicação com os públicos externos								
O QUE MEDE	O percentual de matérias institucionais positivas veiculadas na mídia.								
COMO MEDIR	Total de matérias positivas veiculadas na mídia sobre o TRE-RJ (TMatPos), dividido pelo total de matérias veiculadas na mídia sobre o TRE-RJ (TMat), multiplicado por cem. IPM = (TMatPos / TMat) x 100				UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual			
					QUANDO MEDIR:	Mensalmente			
QUEM MEDE	Assessoria de Comunicação Social (ASCOM)								
QUEM ANALISA	Assessoria de Comunicação Social (ASCOM)								
META	Manter em 95% o índice de inserções positivas na mídia, anualmente.			POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Relatório de controle de matérias institucionais		
EVOLUÇÃO DO INDICADOR									
Resultado no período						EVOLUÇÃO DO INDICADOR			
Resultado 2015	94,98%						Realizado	Meta	
Metas Anuais									
Meta 2015	95,00%								
Histórico									
2012	97,71%								
2013	94,89%								
2014	96,17%								
1) A exposição na mídia é considerada potencialmente positiva, assim, matérias positivas incluem matérias neutras sobre o TRE-RJ. 2) O indicador avalia as inserções na mídia impressa, radiofônica, televisiva e digital.									

ANÁLISE DE INDICADORES

Tribunal Regional Eleitoral
do Rio de Janeiro

INDICADOR:

AI 02 - ÍNDICE DE INSERÇÕES POSITIVAS NA MÍDIA

Análise do indicador Índice de Inserção Positiva na Mídia – 2º trimestre 2015

No segundo trimestre de 2015, registrou-se um total de 536 matérias com citações ao TRE-RJ. A internet foi o meio que mais divulgou notícias do tribunal, representando 80,5% (431) do total, seguida de veículos impressos, com 12,5% (67), TV, com 3,8% (21), e rádio, com 3,2% (17). Os assuntos mais citados no período foram “Biometria”, com 129 matérias, “Decisões de Instância Superior” (93), “Eleição Suplementar” (61), “Serviços” (46) “Decisões de 2ª Instância” (27) e “Ações Sociais” (22).

No que se refere ao tema “Biometria”, é interessante observar que houve uma queda nos números de abril (83) em relação a maio (38). Isso ocorreu porque o lançamento de uma nova ação (no caso, o recadastramento biométrico) normalmente desperta um maior interesse da mídia, que tende a dar menos espaço para o assunto com o passar do tempo, por considerá-lo “velho”. Ainda assim, vale frisar que, no mês seguinte, o tema foi o segundo mais citado nas matérias sobre o tribunal. No mês de junho, a queda foi de fato significativa (8 matérias), o que se deve à greve das zonas eleitorais, que restringiram o atendimento ao público apenas aos casos considerados “emergenciais”.

O elevado número de notícias referentes ao assunto “Eleição Suplementar”, em especial no mês de maio (49), se deve ao novo pleito realizado no município de Natividade, sobre o qual esta Assessoria de Comunicação elaborou diversas notas informativas, enviadas para um “mailing” com veículos da imprensa local.

Quanto ao assunto “Serviços”, a expressiva quantidade de matérias verificadas nos meses de abril e maio é resultado, em grande medida, do esforço de divulgação do prazo-limite para os eleitores que faltaram aos últimos três turnos regularizar sua situação e evitar o cancelamento do título. Importante ressaltar, ainda, a presença de 22 matérias sobre “Ações Sociais”, o que foi possível devido à retomada, no final de abril, das atividades do programa “TRE Vai à Escola”.

A maior parte das notícias foi publicada em veículos do interior (74%). Entre os veículos com abrangência nacional ou estadual, destacaram-se o site “G1”, com 24, e os jornais “O Dia” (32), “O Globo” (14) e “O Fluminense” (12). Do total de 21 reportagens de TV registradas, 12 foram da TV Globo ou de suas afiliadas locais.

Cabe destacar que 69% do total das matérias que repercutiram na mídia deveram-se à ação direta desta Assessoria de Comunicação, por meio de releases enviados aos jornalistas e notícias publicadas no site do Tribunal, no Facebook e no Twitter. Nesse sentido, o fato de o tema “Biometria” ter alcançado o primeiro lugar entre os assuntos com maior índice de veiculação na mídia é reflexo desse trabalho. Neste segundo trimestre, o índice de inserção positiva na mídia foi de 99% – acima, portanto, da meta de 95% estabelecida pelo CNJ para o setor de comunicação dos órgãos do Poder Judiciário.

Variável	jan/15	fev/15	mar/15	abr/15	mai/15	jun/15	jul/15
TMatPos	57	84	330	246	196	90	0
TMat	59	126	335	247	198	91	0
IPM	96,61%	66,67%	98,51%	99,60%	98,99%	98,90%	#DIV/0!

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES					
	INDICADOR:		AI 03 - DISPONIBILIZAÇÃO DE SENTENÇAS NA INTERNET PELAS ZONAS ELEITORAIS			

Nos dois primeiros meses do 2º trimestre de 2015, o desempenho do indicador AI03 manteve-se elevado, atingindo 91% em maio de 2015, provavelmente refletindo o plano de ação implementado por esta CRE desde o 4º trimestre de 2014.

Em junho de 2015 houve queda (65%) que pode ser justificada como um efeito da greve da categoria deflagrada em 10 de junho. Dessa forma, por se tratar de queda decorrida de uma situação específica, esta seção não considera necessária a elaboração de um novo plano de ação.

Variável	jan/15	fev/15	mar/15	abr/15	mai/15	jun/15
TotSentS						
ADPDisp	100	93	139	122	131	112
TotSentSA	114	110	176	141	143	171

Monitoramento de Objetivo Estratégico

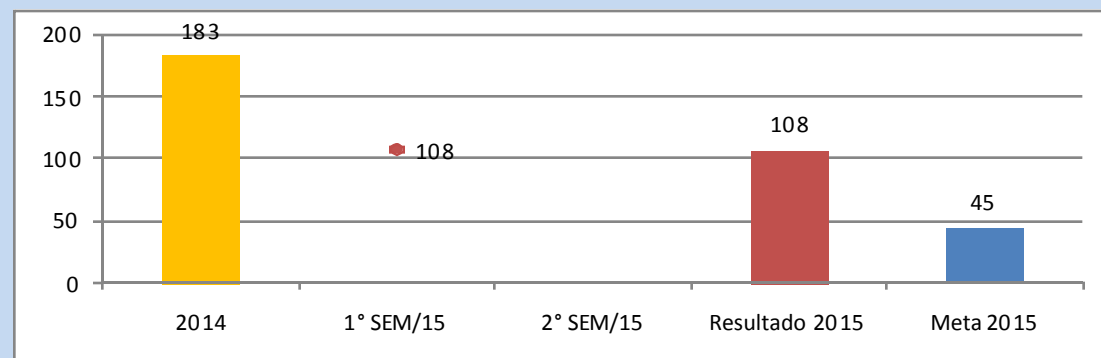
Tema: Atuação Institucional



Objetivo: Fortalecer e harmonizar as relações com outras instituições



AI 04 - Número de parcerias estratégicas



Projetos Estratégicos

	Sistematização do controle de parcerias
	Banco de Boas Práticas

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Atuação Institucional



Objetivo: Fortalecer e harmonizar as relações com outras instituições

Análise de Desempenho

Apesar do resultado satisfatório do único indicador vinculado ao objetivo, evidencia-se a necessidade de aprimoramento dos controles dos instrumentos formais no âmbito do TRE-RJ, o que se espera alcançar com a implementação do projeto estratégico que objetiva a sistematização do controle de parcerias. A simples contabilização, no entanto, não se mostra suficiente para aferir se o objetivo está sendo alcançado, uma vez que finalisticamente o que se pretende é maior eficiência e melhoria contínua dos produtos e serviços oferecidos à Sociedade. Ou seja, a condição ideal para aferição do objetivo seria a mensuração da efetividade das parcerias celebradas.

Sob tal aspecto, talvez o indicador associado ao objetivo não seja suficiente para avaliar o alcance do desafio embutido no objetivo estratégico em questão.

A quantificação das parcerias firmadas objetiva avaliar o empenho do TRE-RJ em fortalecer as relações com outras instituições, conforme consta do Plano Estratégico deste Tribunal. Extrai-se, portanto, ainda, a necessidade de uma atitude proativa por parte do Tribunal para que haja estreitamento e maior integração com outros órgãos públicos e entidades privadas. Nesse viés, o projeto "Banco de Boas Práticas" guarda potencial para ampliar tais relações.

Assim, é necessário reavaliar o indicador que está associado ao objetivo, na medida em que sob a atual forma de medição não é possível aferir se o objetivo está sendo alcançado, já que não retrata as parcerias celebradas implicam na maior eficiência dos processos do tribunal, ou a melhoria contínua dos produtos e serviços oferecidos à Sociedade. O atual indicador também não demonstra o quanto o TRE-RJ é demandado como órgão parceiro.

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES		
	INDICADOR:		AI 04 - NÚMERO DE PARCERIAS ESTRATÉGICAS
Análise de Desempenho (1º Semestre/2015): O indicador apresentou resultado bastante acima do estimado. Ao final do primeiro semestre de 2015 foram identificadas 108 parcerias celebradas. Este total refere-se a parcerias celebradas no primeiro semestre de 2015 ou que, celebradas em outros exercício, permaneciam vigentes até o final de junho de 2015. Verifica-se que as parcerias estão relacionadas a objetivos diversos, sendo a grande maioria relacionada à garantia da infraestrutura adequada ao funcionamento do TRE RJ, concernentes a cessão de imóveis para abrigar as instalações da Justiça Eleitoral fluminense. Não obstante o resultado alcançado, reitera-se o que já fora expresso nos relatórios anteriores acerca da grande dificuldade na medição do indicador, já que não há unidade no âmbito do TRE-RJ com atribuição de controle dos instrumentos de parceria celebrados pelo Tribunal, o que aumenta consideravelmente a margem de erro na apuração dos dados. A consolidação das informações torna-se extremamente frágil. A lacuna de um processo regular para controle de parcerias deu ensejo à inclusão no Plano Estratégico revisado em dezembro de 2012 do projeto "Sistematização do Controle de Parcerias", que tem por objetivo garantir melhor controle e padronização dos instrumentos de parceria, além de definir papéis e responsabilidades. O mencionado projeto apresenta atraso e deverá ser repriorizado em reunião específica para tratar do portfólio estratégico do TRE-RJ. O processo de medição consiste no encaminhamento de mensagem eletrônica pela Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão às diversas unidades da Sede, acompanhada de planilha para preenchimento com informações relativas às parcerias celebradas, motivadas ou sob monitoramento das unidades. Manifestaram-se as seguintes unidades: Assessoria da Presidência, Corregedoria Regional Eleitoral, Secretaria de Gestão de Pessoas, Secretaria de Administração (sobre os imóveis cedidos), Escola Judiciária Eleitoral e Assessoria de Comunicação Social. Em complementação, foram elencadas informações extraídas de pasta de cópias da Assessoria Administrativa da Diretoria-Geral. A importância de parcerias estratégicas tem se evidenciado inclusive nos direcionamentos apresentados pelo Tribunal de Contas da União, que solicita informações para composição dos relatórios de gestão. Por certo, as parcerias são absolutamente relevantes para o aprimoramento da gestão pública e para a otimização de recursos, na medida em que possibilitam, além da maior integração entre as instituições, o compartilhamento de experiências, conhecimento, práticas e soluções jurídicas, tecnológicas e administrativas, conforme se extrai da própria descrição do objetivo estratégico ao qual está vinculado o indicador em questão. Assim, a celebração de parcerias consiste em um meio bastante eficiente a ser explorado para o alcance dos objetivos estratégicos do Tribunal, devendo, portanto, sujeitar-se a um processo de controle contínuo, a fim de que não apenas se contabilize o total de parcerias, mas também a efetividade de seus objetos para o alcance dos objetivos estratégicos do TRE-RJ.			

ANÁLISE DE INDICADORES

Tribunal Regional
Eleitoral do Rio de Janeiro

INDICADOR:

AI 04 - NÚMERO DE PARCERIAS ESTRATÉGICAS

1. Convênio nº 001/2014 celebrado entre o TRE-RJ e a SABEMI SEGURADORA S/A, em 02/06/2014 (Processo nº 182.381/2013), objetivando a concessão de planos de seguros e de previdência privada, bem como de assistência financeira mediante consignação em folha de pagamento, com vigência de 2 (dois) anos a contar de 02/06/2014. Objetivo estratégico relacionado: Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia.

2. Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o TRE-RJ e a sua Escola Judiciária Eleitoral e o TRF-2ª Região e a sua Escola da Magistratura Regional Federal da 2ª Região - EMARF, celebrado em 02/05/2014, com vigência de 2 (dois) anos a contar da data de sua assinatura, objetivando a cooperação acadêmica e técnica mútua dos participantes, com a finalidade de integração institucional, com ênfase na pesquisa jurídica e realização de atividades acadêmicas, notadamente fóruns, eventos, conferências, seminários, encontros, debates e palestras. Objetivo estratégico relacionado: Desenvolver competências necessárias às atividades institucionais.

3. Acordo de Cooperação Técnica entre o TRE-RJ e o Tribunal de Contas da União (TCU), firmado sob o processo TCU nº 021.478/2013-9 (Protocolo TRE-RJ nº 119.551/2013), com vigência de 24 (vinte e quatro) meses a contar de 25/09/2013, visando promover intercâmbio de informações e cooperação técnico-científica para a capacitação de recursos humanos - Objetivo estratégico relacionado: Desenvolver competências necessárias às atividades institucionais.

4. Convênio celebrado entre o TRE-RJ e o SESI/RJ com a finalidade de disponibilizar aos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal do TRE-RJ, bem como aos dependentes e pensionistas civis, os serviços prestados pelo SESI/RJ nas áreas de saúde, educação e lazer, com vigência de 02/07/2012 a 02/07/2017 - Objetivo estratégico relacionado: Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia.

5. Termo de Cooperação Institucional firmado entre a EJE/TRE-RJ e a EMERJ, abrangendo o período de 18/07/2013 a 17/07/2015, visando à cooperação acadêmica e técnica mútua dos participantes, almejando integração institucional, com ênfase na pesquisa jurídica e na realização de atividades acadêmicas, notadamente fóruns, eventos, conferências, seminários, encontros, debates e palestras. Objetivo estratégico relacionado: Fortalecer e harmonizar as relações com outras instituições.

6. 1º Termo Aditivo ao Termo nº 003/224/2011 de Acordo de Cooperação Técnica celebrado com o TJ-RJ visando ao aprimoramento nas áreas de infraestrutura, logística e gestão de segurança institucional, com apoio de material, pessoal e implementação de medidas de capacitação e reciclagem que assegurem tais medidas, a ser prestado pelo TJ-RJ ao TRE-RJ pelo período de 24 (vinte e quatro) meses a contar de 03/02/2013 - Objetivo estratégico relacionado: Garantir infraestrutura adequada ao funcionamento do TRE-RJ.

7. Termo de Cooperação Técnica e Parceria nº 01/2012, com vigência por prazo indeterminado, celebrado entre o TRE-RJ e a ABATERJ (Associação Beneficente de Amigos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro) que tem por objeto assegurar a observância da Política Nacional de Resíduos Sólidos na forma da logística reversa. Objetivo estratégico relacionado: Promover a responsabilidade ambiental.

8. Adesão ao Convênio de Cooperação Institucional celebrado entre o CNJ e o Banco Central do Brasil para fins de utilização do mecanismo de consulta ao Cadastro Nacional de Clientes do Sistema Financeiro Nacional - CCS, por prazo indeterminado: Objetivo estratégico relacionado: Garantir agilidade dos feitos eleitorais.

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES		
	INDICADOR:		AI 04 - NÚMERO DE PARCERIAS ESTRATÉGICAS
9. Termo de Convênio entre a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - JUCERJA e o TRE-RJ visando à disponibilização ao TRE-RJ de consulta ao cadastro de empresas e de visualização de documentos digitalizados, com vigência de 04/04/2012 até 04/04/2017. Objetivo estratégico relacionado: Garantir agilidade dos feitos eleitorais. 10. 2º Termo Aditivo ao Protocolo de Cooperação celebrado com o TSE para funcionamento do Centro Cultural da Justiça Eleitoral, que permite a utilização de 225m² do CCJE pelo TRE-RJ e prorroga a vigência para 06 de março de 2019. As despesas que excederem à média dos valores aferidos nos meses de fevereiro a abril/2013, ficarão à custa do TRE-RJ - Objetivo(s) estratégico(s) relacionado(s): Garantir a infraestrutura adequada ao funcionamento do TRE-RJ. 11. Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação Técnica celebrado entre o TRE-RJ e a Universidade Veiga de Almeida (Termo nº 001/2007) visando a concessão de descontos nos cursos oferecidos pela instituição de ensino, com vigência indeterminada - Objetivo(s) estratégico(s) relacionado(s): Desenvolver competências necessárias às atividades institucionais. 12. Convênio de Cooperação entre o TJ-RJ e o TRE-RJ para a integração tecnológica das informações provenientes dos bancos de dados do TJ-RJ e do TRE-RJ, no sentido de facilitar sua disponibilização, exclusivamente vinculada às atividades funcionais visando a localização de pessoas, comunicações de óbitos e do trânsito em julgado de condenações criminais, de incapacidade civil absoluta (interdição) e de improbidade administrativa, com vigência por prazo indeterminado – Termo nº 003/411/2012 – Objetivo(s) estratégico(s) relacionado(s): Garantir agilidade dos feitos eleitorais; Aprimorar o processo eleitoral. 13. Termo de Convênio nº 003/521/2014 celebrado entre TJ-RJ e o TRE-RJ, objetivando estabelecer programa de cooperação educacional, técnica e científica entre o TRE-RJ e o TJ-RJ para que os servidores dos convenientes participem de cursos, palestras e ações de capacitação realizadas pelo outro com vigência de 24 (vinte e quatro) meses a contar de 02/09/2014. Objetivo(s) estratégico(s) relacionado(s): Desenvolver competências necessárias às atividades institucionais; Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia. 14. Instrumento de convênio para disponibilização de oficiais de justiça do TJ-RJ para auxiliar nos trabalhos desenvolvidos junto ao TRE-RJ sem prejuízo de suas funções no órgão de origem, em atividade de citação, intimação, notificação e fiscalização. Vigência de 2 anos prorrogáveis por igual período a contar de 09/09/2014. Objetivo estratégico relacionado: Garantir a agilidade dos feitos eleitorais. 15. Termo de Cooperação Técnica entre o Governo do Estado e o TRE-RJ celebrado em 15/01/13 com prazo indeterminado (Protocolo n.º 7.955/2013), objetivando o intercâmbio de informações relacionadas à área de identificação civil, incluindo dados biográficos e biométricos de interesse específico. 16. Termo de Cooperação técnica e parceria entre o TRE-RJ e a PUC-RIO visando estabelecer um programa de cooperação, intercâmbio científico e tecnológico. Prazo indeterminado, início 22/10/2013. 17. Termo de Parceria nº 01/15, assinado em 28/05/2015, pelo prazo de 1 (um) ano, com a Verbo Educacional Ltda., objetivando a concessão de descontos na área de educação. Objetivo(s) estratégico(s) relacionado(s): Desenvolver competências necessárias às atividades institucionais; Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia.			

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES		
	INDICADOR:		AI 04 - NÚMERO DE PARCERIAS ESTRATÉGICAS
18. Convênio nº 002/2014, celebrado com o Banco Santander S.A. (Prot. nº 14.162/2014), objetivando a concessão de empréstimos aos servidores ativos, inativos e pensionistas deste Tribunal. 19. Termo Aditivo ao convênio celebrando em 22/02/2000 com a Caixa Econômica Federal (Prot. nº 63.144/2011), objetivando a concessão de empréstimos aos servidores ativos, inativos e pensionistas deste Tribunal. 20. Convênio nº 01/2011, celebrado com o Banco do Brasil S.A. (Prot. nº 54.498/2008), objetivando proceder ao cadastramento de servidores no PASEP. 21. Convênio celebrado com o Banco do Brasil S.A. (Prot. nº 26.073/2004), objetivando a concessão de empréstimos aos servidores ativos, inativos e pensionistas deste Tribunal. 22. Convênio celebrado com o Banco Sudameris (Prot. nº 18.097/1999), objetivando a concessão de empréstimos e financiamentos aos servidores ativos, inativos e pensionistas deste Tribunal. 23. Convênio celebrado com o Banco Alfa S.A. (Prot. nº 16.842/2002), objetivando a concessão de empréstimos e financiamentos aos servidores ativos, inativos e pensionistas deste Tribunal. 24. Convênio nº 03/2015, celebrado com Comprev Previdência S.A. (Prot. nº 224.130/2014), celebrado com Comprev Previdência S.A., objetivando a concessão de planos de previdência privada e assistência financeira aos servidores ativos, inativos e pensionistas deste Tribunal. 25. Convênio nº 02/2015, celebrado com a ANAJUS (Prot. nº 148.389/2014), objetivando desconto de valores relativos às prestações mensais mediante consignação em folha de pagamento aos servidores ativos, inativos e pensionistas deste Tribunal. 26. 13 (treze) cessões de imóveis do Estado do Rio de Janeiro. 27. 26 (vinte e seis) cessões de imóveis de Prefeituras Municipais. 28. 36 (trinta e seis) cessões de imóveis do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. 29. 05 (cinco) cessões de imóveis de órgãos federais. 30. 01 (uma) cessão de imóvel pela Companhia Municipal de Desenvolvimento de Petrópolis - COMDEP. 31. 01 (uma) cessão de imóvel pela Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes. 32. 01 (uma) cessão de imóvel pela extinta CTC.			

Perspectiva dos Processos Internos

Tema:

Alinhamento Estratégico

Objetivos Estratégicos:

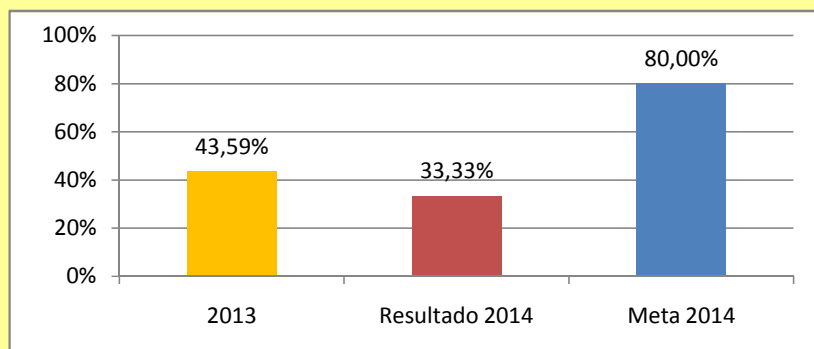
Desenvolver a gestão orientada a resultados

Monitoramento de Objetivo Estratégico

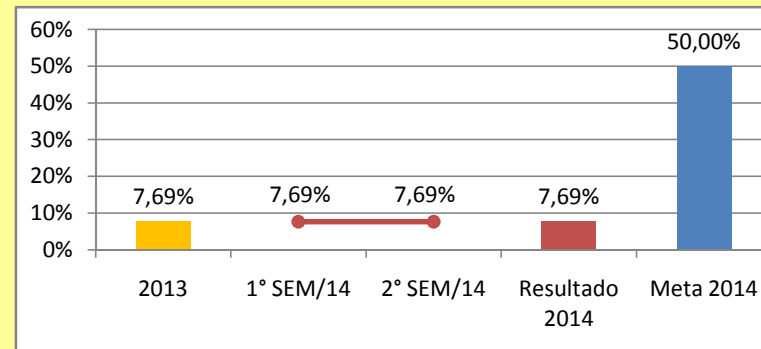
Tema: Alinhamento Estratégico

Objetivo: Desenvolver a gestão orientada a resultados

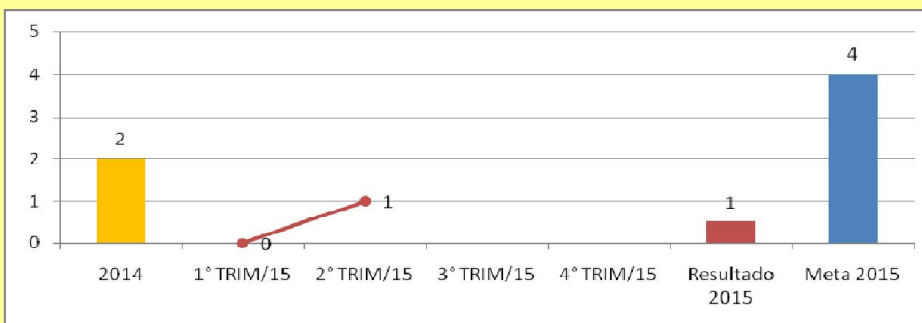
AE 01 - Índice de alcance das metas estratégicas



AE 02 - Índice de desdobramento da estratégia



AE 03 - Número de Reuniões de Análise da Estratégia



Projetos Estratégicos

- Desdobramento da Estratégia nas Unidades do TRE-RJ
- Sistema de Gestão da Estratégia
- Metodologia de Gestão de Processos do TRE-RJ

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Alinhamento Estratégico



Objetivo: Desenvolver a gestão orientada a resultados

Análise de desempenho (1º trimestre - 2015):

O desempenho do objetivo não sofreu evolução, apresentando resultado insatisfatório em decorrência do desempenho dos três indicadores associados. Somente o indicador "AE 03 - Número de Reuniões de Análise da Estratégia" tem medição trimestral e seu desempenho não alcançou a meta prevista de uma reunião no período. Os demais foram mensurados no início do exercício de 2015 devido às periodicidades, anual ou semestral.

Das iniciativas vinculadas ao objetivo, o projeto "Desdobramento da Estratégia nas Unidades do TRE-RJ" está em andamento, porém com significativo atraso. O projeto "Sistema de Gestão da Estratégia" também está em andamento, em fase de operação assistida, em que as diversas unidades usuárias da ferramenta são orientadas sobre sua utilização. O projeto "Metodologia de Gestão de Processos do TRE-RJ" foi concluído em abril de 2015, razão pela qual sua sinalização permanece "vermelha", uma vez que corresponde ao status ao final do primeiro trimestre de 2015.

Dentre as possíveis fontes de problemas que possam estar impactando no desempenho do objetivo, destaca-se a falta de sistematização das Reuniões de Análise da Estratégia. Tais reuniões são o fórum ideal para avaliação dos fatores que estão impactando no desempenho dos indicadores e identificação das medidas a serem adotadas para garantir o alcance da estratégia institucional. Sob tal aspecto, o alcance de metas também fica prejudicado.

No entanto, não se pode perder de vista que o envolvimento de todo o corpo gerencial com a estratégia é o principal fator para o sucesso de uma gestão orientada a resultados. Nesse sentido, é necessário que os respectivos responsáveis apropriem-se de forma mais efetiva do desempenho de indicadores e objetivos. Além disso, com a geração de planos de ação para melhoria do desempenho, também se faz necessário aprimorar o processo de monitoramento e controle de tais planos. A ASPLAN está criando sistemática de controle para acompanhar o desenvolvimento dos planos de ação pelos respectivos responsáveis.

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES				
		INDICADOR:		AE 01 -ÍNDICE DE ALCANCE DAS METAS ESTRATÉGICAS		
OBJETIVO ESTRATÉGICO		Desenvolver a gestão orientada a resultados				
O QUE MEDE		O percentual de metas estabelecidas no Plano Estratégico com desempenho satisfatório.				
COMO MEDIR		Total de metas do Plano Estratégico com desempenho satisfatório (TMetPlanEstDesSat), dividido pelo total de metas do Plano Estratégico (TMetPlanEst), multiplicado por cem. AME = (TMetPlanEstDesSat/TMetPlanEst) x 100	UNIDADE DE MEDIDA:		Percentual	
			QUANDO MEDIR:		Anualmente, em janeiro.	
QUEM MEDE		Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão (ASPLAN)				
QUEM ANALISA		Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão (ASPLAN)				
META		Alcançar 80% das metas estabelecidas, até 2014.	POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Relatório de Análise da Estratégia
Resultado no período					EVOLUÇÃO DO INDICADOR	
Resultado 2014					33,33%	
Metas Anuais						
Meta 2014					80,00%	
Histórico						
2011					45,15%	
2012					33,33%	
2013					43,59%	
1) Este indicador não será computado no cálculo da meta. 2) Entende-se por desempenho satisfatório o atingimento mínimo de 90% do resultado estabelecido para a meta. 3) Os índices apurados em 2010 e 2011 refletem o resultado de metas atingidas, e não o resultado de metas com desempenho satisfatório.						

ANÁLISE DE INDICADORES

INDICADOR:

AE 01 -ÍNDICE DE ALCANCE DAS METAS ESTRATÉGICAS

O resultado do indicador demonstra o não atingimento da meta estabelecida para o ano de 2014. O resultado de 33,33% está bastante aquém da meta de 80% estabelecida e denota, ainda, a piora de desempenho em relação ao exercício de 2013, qual seja, 43,59%.

No que se refere à evolução de desempenho das metas estratégicas ao longo do ano de 2014, extrai-se que não houve qualquer alteração significativa, já que a média geral de metas consideradas satisfatórias ao longo do ano foi de 33,97% (41,03%, no primeiro trimestre; 30,77%, no segundo trimestre; 30,77%, no terceiro trimestre; 33,33%, no quarto trimestre).

Assim, dos 39 (trinta e nove) indicadores que integram o plano estratégico (o indicador "Índice de alcance de metas estratégicas" não é computado neste cálculo), observa-se:

13 (treze) indicadores tiveram desempenho dentro do limite desejável ao final de 2014 (sinalização "verde"), isto é, suas metas foram atingidas ou apresentaram desempenho dentro do limite de comportamento desejável, o que corresponde a 33,33% dos 39 indicadores. Esse resultado demonstra a piora em relação ao final do exercício de 2013, quando 17 indicadores (43,59%) apresentaram desempenho satisfatório;

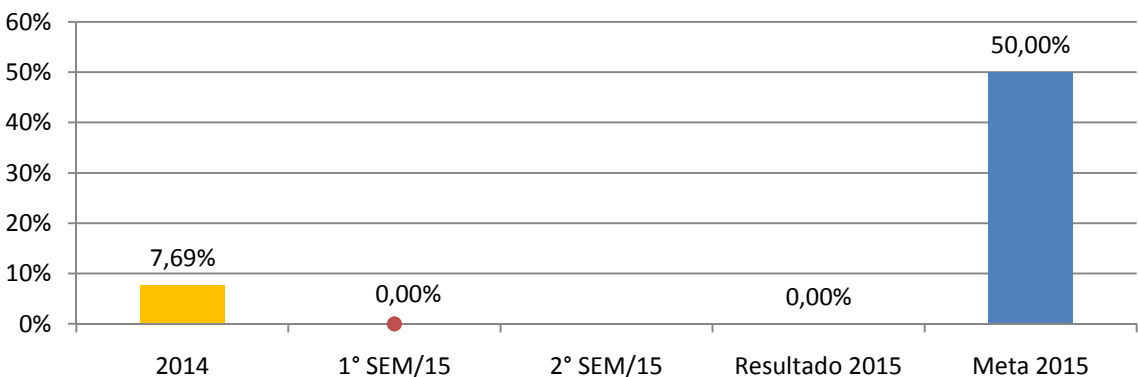
20 (vinte) indicadores apresentaram desempenho insatisfatório (sinalização "vermelha"), o que corresponde a 51,28% dos 39 indicadores. Esse resultado também representa piora de desempenho em relação ao final do exercício de 2013, quando 16 indicadores (41,03%) receberam a sinalização vermelha;

2 (dois) indicadores demandam atenção (sinalização "amarela"), o que corresponde a 5,13% dos 39 indicadores. Tal resultado, espelhando os anteriores, também foi pior do que o alcançado ao final de 2013, quando apenas 1 indicador (2,56%) demandava atenção.

4 (quatro) indicadores encontram-se indisponíveis por demandarem a conclusão de projetos estratégicos para viabilizar sua medição.

Nesse contexto, deve-se destacar a importância de realização sistemática das Reuniões de Análise da Estratégia, por se tratar do fórum ideal para avaliação dos fatores que estão impactando no desempenho dos indicadores e identificação das medidas a serem adotadas para garantir a alcance da estratégia institucional.

Variável	2014
TMetPlanEstDesSat	13
TMetPlanEst	39

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES					
		INDICADOR:		AE 02 - ÍNDICE DE DESDOBRAMENTO DA ESTRATÉGIA			
Análise de desempenho (1º		Desenvolver a gestão orientada a resultados					
O QUE MEDE		O número de unidades da Sede do TRE-RJ com a estratégia desdobrada em relação ao número total de unidades da Sede do TRE-RJ.					
COMO MEDIR		Total de unidades da Sede do TRE-RJ com a estratégia desdobrada (TUniSedDesd), dividido pelo Total de unidades da Sede do TRE-RJ (TUniSed), multiplicado por cem. DE=(TUniSedDesd)/(TUniSed) x 100	UNIDADE DE MEDIDA:		Percentual		
			QUANDO MEDIR:		Semestralmente		
QUEM MEDE		Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão (ASPLAN)					
QUEM ANALISA		Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão (ASPLAN)					
META		Desdobrar a estratégia para 50% das unidades da Sede do TRE-RJ, até 2015.	POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Relatório de controle de unidades desdobradas	
Resultado no período					EVOLUÇÃO DO INDICADOR		
Resultado 2015	0,00%					Realizado	Meta
Metas Anuais					1º SEM/15	0,00%	40,00%
Meta 2015	50,00%				2º SEM/15		50,00%
Histórico							
2012	0,00%						
2013	7,69%						
2014	7,69%						
Serão consideradas as seguintes unidades para o cálculo do indicador: Presidência, Vice-Presidência, Corregedoria Regional Eleitoral, Gabinete dos Juízes Membros, Escola Judiciária Eleitoral, Assessoria de Comunicação Social, Diretoria-Geral, Secretaria de Orçamento e Finanças, Secretaria Judiciária, Secretaria de Tecnologia da Informação, Secretaria de Administração, Secretaria de Gestão de Pessoas e Secretaria de Controle Interno e Auditoria.							

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES		
	INDICADOR:		AE 02 - ÍNDICE DE DESDOBRAMENTO DA ESTRATÉGIA
Análise de desempenho (1º semestre/2015) O indicador não alcançou o desempenho estimado para o primeiro semestre de 2015, isto é, 50% de unidades desdobradas, o que corresponde a 6 (seis) unidades. Importante salientar que a vigência do Plano Estratégico do TRE-RJ foi prorrogada para dezembro de 2015, por meio da Resolução TRE-RJ nº 918/2015, não sendo extensivo ao único plano até então desdobrado, da Secretaria de Tecnologia da Informação, cuja vigência expirou ao final de 2014. Assim, o desempenho do indicador neste período foi inferior àquele apresentado ao final do exercício anterior. O desempenho do indicador está intrinsecamente relacionado ao desempenho do projeto "Desdobramento da Estratégia", consignado no Plano Estratégico. Referido projeto foi iniciado no primeiro semestre de 2013 e tem como produto final a elaboração de mapas estratégicos ou painéis de contribuição para seis unidades da Sede do Tribunal até o final do exercício de 2014 (considerando a prorrogação do Plano Estratégico, até o final de 2015). Conforme informado nos últimos relatórios, duas unidades estão sendo desdobradas, a saber: Secretaria de Administração e Secretaria de Gestão de Pessoas. O prazo de conclusão do projeto está bastante atrasado, mesmo em relação as duas mencionadas unidades. Considerando a necessidade de revisão do Plano Estratégico até dezembro de 2015, a meta conforme atualmente configurada não será cumprida, uma vez que o desdobramento para o nível tático dependerá do alinhamento ao plano revisado. No que se refere aos trabalhos já iniciados na SAD e da SGP, será necessário efetuar ajustes ao material até então gerado tão logo aprovado o novo plano, como forma de garantir o devido alinhamento. Reitera-se o impacto positivo do desdobramento da estratégia, não apenas sobre o objetivo a ele vinculado, mas também sobre todos os demais objetivos a serem consignados na estratégia do TRE-RJ, na medida em que as unidades passam a ter seus próprios mapas estratégicos ou painéis de contribuição alinhados à estratégia organizacional, oportunizando a sinergia de esforços, a otimização de recursos, o acompanhamento do desempenho das unidades de forma objetiva, a melhoria do processo de tomada de decisões estratégicas e, conseqüentemente, a concretização da estratégia.			
Variável	1 SEM/2015	2 SEM/2015	
TUniSedDesd	0		
TUniSed	13		

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES						
		INDICADOR:		AE 03 - NÚMERO DE REUNIÕES DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA				
OBJETIVO ESTRATÉGICO		Desenvolver a gestão orientada a resultados						
O QUE MEDE		O número de Reuniões de Análise da Estratégia (RAE) realizadas.						
COMO MEDIR		Somatório de Reuniões de Análise da Estratégia realizadas NR = Σ Era no período				UNIDADE DE MEDIDA:	Numeral	
						QUANDO MEDIR:	Trimestralmente	
QUEM MEDE		Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão (ASPLAN)						
QUEM ANALISA		Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão (ASPLAN)						
META		Realizar 4 reuniões, anualmente.		POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Cronograma e Atas de Reunião de Análise da Estratégia	
Resultado no período						EVOLUÇÃO DO INDICADOR		
Resultado 2015	1						Realizado	Meta
Metas Anuais						1º TRIM/15	0	1
Meta 2015						2º TRIM/15	1	2
						3º TRIM/15		3
Histórico						4º TRIM/15		4
2013	1							
2014	2							
As Reuniões de Análise da Estratégia deverão ser realizadas trimestralmente, em observância ao art. 5º da Resolução CNJ º 70/2009.								

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES			
	INDICADOR:		AE 03 - NÚMERO DE REUNIÕES DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA	
Análise de desempenho (2º trimestre - 2015)				
Em que pese o fato de ter sido realizada uma Reunião de Análise da Estratégia no segundo trimestre de 2015, no dia 28 de maio, com pauta relativa ao desempenho global de 2014, a meta acumulada não foi atingida, uma vez que até o final de junho deveriam ter sido realizadas duas reuniões, sendo a primeira em fevereiro e a segunda em maio, conforme disciplina o Ato GP nº 391/2012, a saber: "As Reuniões de Análise da Estratégia deverão ser realizadas trimestralmente, nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro". Atribui-se o desempenho insatisfatório à demora do processo de elaboração e aprovação do Relatório de Análise da Estratégia referente ao exercício de 2014 (Prot. nº 25.933/2015), cuja aprovação ocorreu ao final do mês de abril, sendo divulgado somente no início de maio de 2015. Estima-se que a implantação do projeto "Sistema de Gestão da Estratégia" (GERIR), em fase de desenvolvimento, otimizará o tempo de tramitação daquele processo. Devido à complexidade do sistema, o prazo inicialmente estimado para conclusão do projeto não foi alcançado. Ainda com foco no melhoria do desempenho do indicador, na reunião realizada em 28/05/2015 a Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão apresentou o cronograma de atividades para realização das RAEs, aprovado na ocasião pelo Comitê Gestor da Estratégia e disponibilizado no Portal da Estratégia. Tal medida corresponde a uma das atividades elencadas no plano de ação que tem por finalidade otimizar o desempenho do indicador e, via de consequência, do objetivo "Desenvolver a gestão orientada a resultados". Visando garantir que não haja atrasos nas respostas aos eventuais desvios observados no curso da execução da estratégia, razão principal do monitoramento do indicador, no dia 29 de junho o Diretor-Geral determinou a convocação de RAE, a ser realizada no dia 9 de julho, tendo como pauta o Relatório de Análise da Estratégia correspondente ao primeiro trimestre de 2015. Para que o indicador alcance resultado satisfatório no próximo período de medição (terceiro trimestre de 2015), faz-se necessária a observância ao calendário aprovado na RAE de 28 de maio, com a realização da reunião relativa ao desempenho do segundo trimestre de 2015 até o final de agosto de 2015. Conforme manifesto nos relatórios anteriores, destaca-se a importância das Reuniões de Análise da Estratégia por constituírem-se no fórum ideal para o diálogo estratégico, onde são avaliados objetivos, indicadores, metas e iniciativas estabelecidos pela estratégia institucional e o desempenho organizacional sistemicamente, orientando a tomada de decisões de forma objetiva e com foco em resultados. Sob tal aspecto, a não realização dessas reuniões constitui-se em risco ao processo de gestão estratégica, uma vez que eventuais desvios poderão não ser corrigidos no tempo necessário para obtenção dos resultados almejados pelo TRE-RJ. Ademais, o resultado do indicador pode servir como um termômetro sobre o amadurecimento institucional em relação ao processo de gestão estratégica.				
Variável	1 TRI	2 TRI	3 TRI	4 TRI
Análise de	0	1		

Tema:

Gestão de Pessoas

Objetivos Estratégicos:

Desenvolver competências necessárias às atividades institucionais

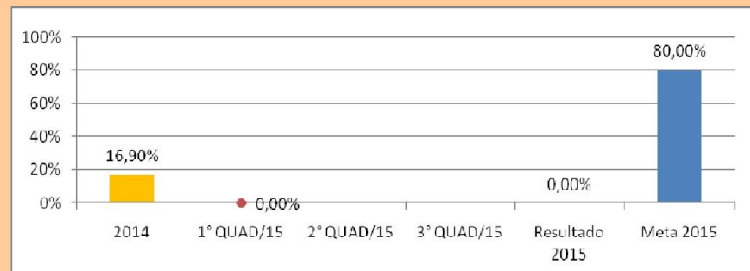
Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia

Monitoramento de Objetivo Estratégico

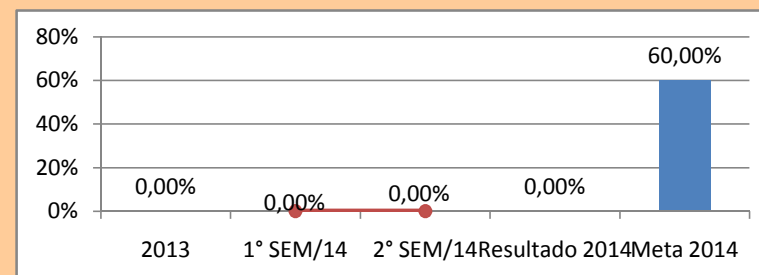
Tema: Gestão de Pessoas

Objetivo: Desenvolver competências necessárias às atividades institucionais

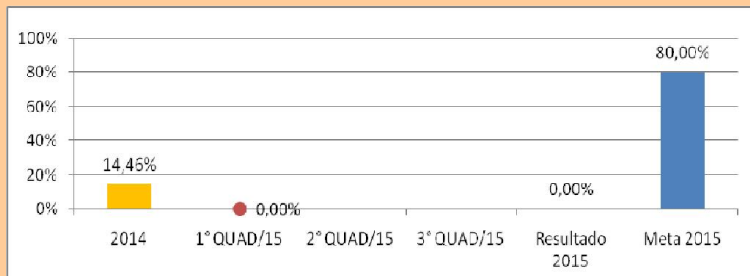
GP 01 - Índice de aderência ao PAC



GP 03 - Índice de adequação às competências organizacionais



GP 02 - Índice de execução do PAC



Projetos Estratégicos

- Gestão por Competências
- Educação a Distância - EAD

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Gestão de Pessoas



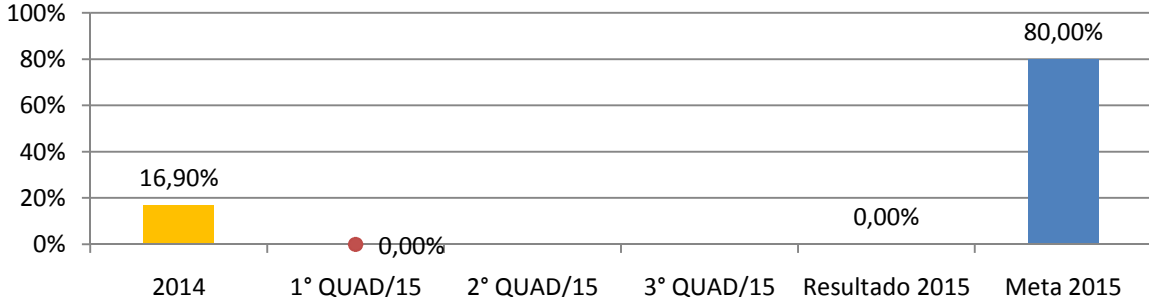
Objetivo: Desenvolver competências necessárias às atividades institucionais

Análise de desempenho

(1º semestre - 2015)

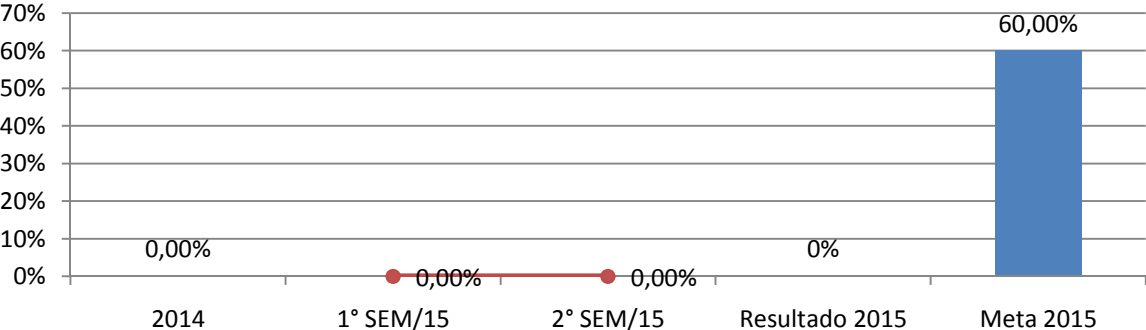
Considerando que o PAC está em fase de elaboração (após o LNT os treinamentos demandados estão sendo orçados), os indicadores relativos ao PAC restaram prejudicados. As ações realizadas no primeiro semestre serão incluídas no PAC. Contudo, a análise do objetivo Desenvolver Competências fica prejudicada, pois não temos como prever o total de treinamentos que o integrarão. Sobre a ótica da Gestão por Competências, após a realização do mapeamento das competências (técnicas, comportamentais e de responsabilidades) verificamos que em razão da metodologia utilizada neste Regional, não será possível a utilização deste indicador da forma em que se encontra.

O consultor Renan Sinachi, da Leme Consultoria, sugeriu que o indicador fosse construído a partir das competências comportamentais, tendo em vista que das competências mapeadas, somente as "comportamentais" são comuns aos servidores. Assim, o "como medir" seria a "aderência das competências que o servidor tem, em comparação com o que é esperado para a função do servidor", sendo o resultado do indicador a média das competências comportamentais de todos os servidores. Oportunamente, esta Secretaria apresentará proposta do novo indicador.

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES					
		INDICADOR:		GP 01 - ÍNDICE DE ADERÊNCIA AO PAC			
OBJETIVO ESTRATÉGICO		Desenvolver competências necessárias às atividades institucionais					
O QUE MEDE		O percentual de cursos previstos no Plano Anual de Capacitação (PAC) em relação ao total de cursos ministrados.					
COMO MEDIR	Total de treinamentos do PAC realizados (TTreiPacReal), dividido pelo total de treinamentos promovidos pelo tribunal (TTreiProm), multiplicado por cem. APAC=(TTreiPacReal / TTreiProm)x100			UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual		
				QUANDO MEDIR:	Quadrimestralmente		
QUEM MEDE		Seção de Capacitação (SECCAP)					
QUEM ANALISA		Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento (COEDE)					
META		Alcançar 80% de aderência ao PAC, anualmente.	POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Módulo de capacitação do SGRH e PAC	
Resultado no período					EVOLUÇÃO DO INDICADOR		
Resultado 2015	0,00%					Realizado	Meta
Metas Anuais					1º QUAD/15	0,00%	80,00%
Meta 2015					2º QUAD/15		80,00%
					3º QUAD/15		80,00%
Histórico							
2012	NM						
2013	29,41%						
2014	16,90%						
Entende-se por Total de Treinamentos Promovidos (TTProm) o Total de Treinamentos do PAC Realizados, acrescido de outros treinamentos realizados e não previstos no PAC.							

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES		
	INDICADOR:		GP 01 - ÍNDICE DE ADERÊNCIA AO PAC
Análise de Desempenho (1 quadrimestre/2015): Não é possível, no momento, analisar o índice de aderência do PAC tendo em vista que o mesmo está em fase de elaboração. Foram realizada várias ações de capacitação, no 1º quadrimestre, que deverão ser incluídas no PAC, porém a análise fica prejudicada pois não temos como prever o total de treinamentos que o integrarão.			
Variável	1 QUA/2015		
TTreiPacR	0		
TTreiProm	0		

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES		
	INDICADOR:		GP 02 -ÍNDICE DE EXECUÇÃO DO PAC
Análise de Desempenho (1º Quadrimestre): Não é possível, no momento, analisar o índice de execução do PAC tendo em vista que o mesmo está em fase de elaboração. Foram realizada várias ações de capacitação, no 1º quadrimestre, que deverão ser incluídas no PAC, porém a análise fica prejudicada pois não temos como prever o total de treinamentos que o integrarão.			
	1 QUA/2015		
TTreiPacR			0
TTreiPrevF			0

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES					
		INDICADOR:		GP 03 - ÍNDICE DE ADEQUAÇÃO ÀS COMPETÊNCIAS ORGANIZACIONAIS			
OBJETIVO ESTRATÉGICO		Desenvolver competências necessárias às atividades institucionais					
O QUE MEDE		A relação entre as competências organizacionais necessárias e as competências apresentadas pelos servidores, de acordo com suas respectivas áreas de trabalho.					
COMO MEDIR		Total de competências apresentadas pelos servidores (TCompServ), dividido pelo total de competências necessárias (TCompNec), multiplicado por cem. ACO=(TCompServ/TCompNec)x100	UNIDADE DE MEDIDA:		Percentual		
			QUANDO MEDIR:		Semestralmente		
QUEM MEDE		Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento (COEDE)					
QUEM ANALISA		Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP)					
META		Alcançar 60% de índice de adequação às competências organizacionais necessárias, em 2015.	POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Relatórios de avaliação de competência	
Resultado no período					EVOLUÇÃO DO INDICADOR		
Resultado 2015	NM					Realizado	Meta
Metas Anuais							
Meta 2015	60,00%						
Histórico							
2012	NM						
2013	NM						
2014	NM						
1) Considerando que as competências organizacionais são diferentes em cada assessoria, secretaria, coordenadoria, seção ou cartório eleitoral que compõe os tribunais eleitorais, deve-se efetuar o cálculo em cada uma das áreas e fazer a média aritmética a fim de calcular o índice do Tribunal.							
2) Caso o processo de mapeamento das competências organizacionais ainda não esteja completo, deverão ser informadas quais áreas foram consideradas para a composição do cálculo.							

ANÁLISE DE INDICADORES

Tribunal Regional Eleitoral do
Rio de Janeiro

INDICADOR:

GP 03 - ÍNDICE DE ADEQUAÇÃO ÀS COMPETÊNCIAS ORGANIZACIONAIS

Após a realização do mapeamentos das competências (técnicas, comportamentais e de responsabilidades) verificamos que em razão da metodologia utilizada neste Regional, não será possível a utilização deste indicador, da forma em que se encontra..

O consultor Renan Sinachi, da Leme Consultoria, sugeriu que o indicador fosse construído a partir das competências comportamentais, tendo em vista que das competências mapeadas, somente as "comportamentais" são comuns aos servidores. Assim, o "como medir" seria a "aderência das competências que o servidor tem, em comparação com o que é esperado para a função do servidor", sendo o resultado do indicador a média das competências comportamentais de todos os servidores. Oportunamente, a SGP apresentará proposta do novo indicador.

Variável	1 SEM/2015	2 SEM/2015
TCompSer	NM	0
TCompNec	NM	0

Tema:

Infraestrutura e Tecnologia

Objetivos Estratégicos:

Garantir a infraestrutura adequada ao funcionamento do TRE-RJ

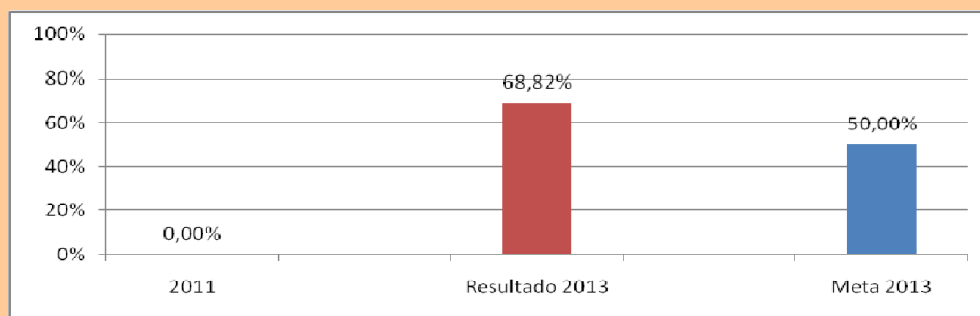
Garantir a infraestrutura adequada de TIC

Monitoramento de Objetivo Estratégico

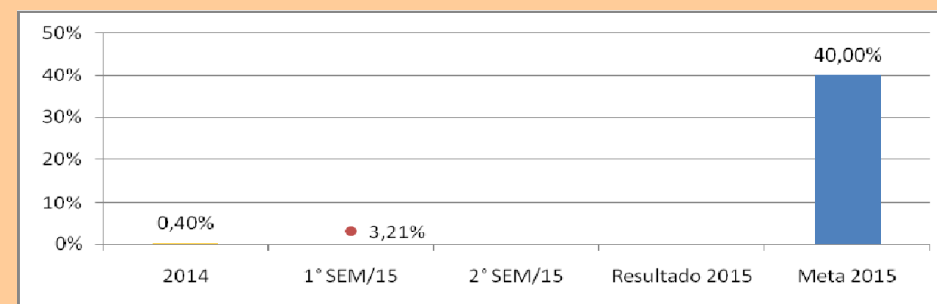
Tema: Gestão de Pessoas

Objetivo: Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia

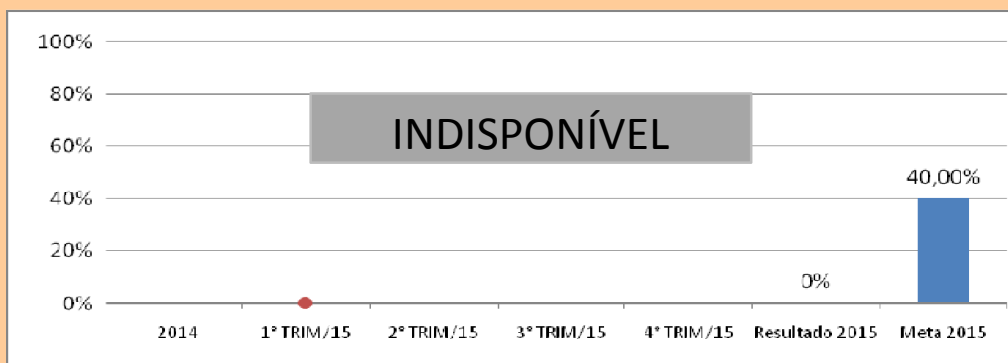
GP 04 - Clima organizacional



GP 06 - Índice de participação de magistrados



GP 05 - Índice de Cartórios Eleitorais participantes no Espaço Colaborativo



Projetos Estratégicos

- Gestão do Clima Organizacional
- Programa Qualidade de Vida no Trabalho - QVT
- Banco de Boas Práticas
- Espaço Colaborativo
- Programa TRE vai à Escola
- Sistematização do Programa TRE vai à Escola
- Reconhecimento do trabalho voluntário em ações de cidadania

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Gestão de Pessoas



Objetivo: Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia

Análise de desempenho

2º trimestre de 2015:

O resultado do objetivo mostra-se insatisfatório em razão do desempenho dos indicadores "GP 05 - Índice de Cartórios Eleitorais participantes no Espaço Colaborativo" e "GP 06 - Índice de participação de magistrados". A pesquisa de clima, realizada em 2013, que subsidia o resultado do indicador "GP 04 - Clima Organizacional", alcançou satisfatoriamente a meta estabelecida.

Saliente-se que, apesar do resultado da pesquisa de clima organizacional ter se mostrado satisfatório, foi aprovado o desenvolvimento de plano de ação visando à implementação de medidas para garantir a efetiva gestão do clima organizacional e a melhoria do desempenho das dimensões que apresentaram menor satisfação na pesquisa aplicada em 2013. Referido plano de ação não chegou a ser apresentado na RAE de 28/11/2014. Tendo em vista o lapso temporal transcorrido após a apresentação dos dados aos servidores e visando suprir a lacuna do plano de ação, a Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento encaminhou aos atuais gestores o relatório conclusivo da pesquisa e solicitou que as unidades cujos resultados mostraram-se insatisfatórios encaminhassem as ações porventura realizadas correlacionadas ao resultado constatado, bem como solicitou a apresentação de ações que possam melhorar tais fatores críticos. No momento, a Coordenadoria encontra-se consolidando os dados para apresentação superior visando à divulgação aos servidores, para só então iniciar os trabalhos relativos à aplicação de nova pesquisa de clima. Contudo, para dar cumprimento ao disposto no ATO 197/13, que implica na aplicação de nova pesquisa em 2015, cumpre analisar os riscos que envolvem as etapas relativas a nova pesquisa: a gestão do clima organizacional passou a ser atribuição da Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento após a dissolução da comissão de implementação, demandando, tal atribuição, de mais esforços da equipe que já é exígua, além da necessidade de capacitação específica para aplicação da pesquisa. Assim, a solução ideal para minimizar os riscos apontados seria a contratação de uma consultoria envolvendo treinamento, aplicação e análise dos resultados da pesquisa.

No que se refere ao indicador "GP 05 - Índice de Cartórios Eleitorais participantes no Espaço Colaborativo", considerando o lapso temporal desde os estudos e planejamento realizados para a concepção do canal de comunicação e, ainda, a iminência de reformulação do planejamento estratégico deste Tribunal, sugere-se que a manutenção do indicador para aferição do desempenho do objetivo em questão seja reavaliada. Nesse viés, ao se analisar o resultado da pesquisa de clima divulgado em abril de 2014, verifica-se que diversos itens relacionados à comunicação interna obtiveram uma avaliação final insatisfatória, como, por exemplo, "clareza dos objetivos estratégicos", "comunicação" e "integração entre as unidades", o que aponta para a importância de tornar mais efetivos os canais de comunicação interna utilizados no Tribunal. Nesse contexto, considerando que o indicador GP 05 está atrelado exclusivamente a um único canal de comunicação interna (Espaço Colaborativo), sugere-se avaliar a suficiência do indicador para aferir a motivação e o comprometimento dos servidores com a execução da estratégia, assim como a pertinência de continuidade do projeto "Espaço Colaborativo".

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Gestão de Pessoas



Objetivo: Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia

Análise de desempenho

Quanto ao indicador "GP 06 - Índice de participação de magistrados", iniciativas vêm sendo desenvolvidas no âmbito da EJE visando sensibilizar os magistrados para participarem de ações de cidadania. Os resultados têm se mostrados positivos, observando-se um aumento de 12 para 35 magistrados voluntários. Ademais, encontra-se em curso plano de ação que tem por objetivo, além de incentivar a participação voluntária de servidores e magistrados nas iniciativas voltadas ao fomento do exercício da cidadania, o incremento da divulgação de tais iniciativas para o público externo. Deve-se lembrar, contudo, que, conforme consta da ata da RAE realizada em 28/11/2014, faz-se necessária a revisão da ficha do indicador, a fim de que se quantifique a adesão dos magistrados ao banco de magistrados voluntários e não a quantificação de ações de cidadania das quais participaram, na medida em que na forma de medição atual existe grande influência de variáveis externas no resultado do indicador, como por exemplo, a aceitação da divulgação externa e a capacidade de atendimento à demanda externa. Promovida a revisão, será possível avaliar de forma mais efetiva a motivação e o comprometimento de magistrados.

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES		
	INDICADOR:		GP 04 - CLIMA ORGANIZACIONAL
O Clima Organizacional tem medição bianual, em anos não eleitorais. Uma nova pesquisa de Clima Organizacional será realizada em 2015. No entanto, apesar de ter sido solicitado ao TSE o valor de R\$ 27.000,00, na proposta orçamentária para 2015 para contratação de empresa para realização de Pesquisa Organizacional no TRE-RJ, em 2015, este montante não foi aprovado, não havendo, portanto, orçamento disponível para tal finalidade. Porém, do orçamento disponível da COEDE para 2015, ou outra unidade deste Regional, poderá ser estudada a transferência de valores entre rubricas a fim de permitir a contratação de empresa para o citado fim, caso a administração superior entenda que sua realização seja prioritária. Assim, uma das dificuldades que podem impactar na não aplicação da Pesquisa Organizacional e, conseqüentemente, no correspondente indicador de desempenho, em 2015, refere-se a questão orçamentária para contratação de empresa, que se faz necessária, tendo em vista a falta de maturidade da equipe para realizar as análises qualitativa e quantitativa dos resultados.			

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	PLANILHA DE INDICADORES								
	INDICADOR:		GP 06 - ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DOS MAGISTRADOS						
OBJETIVO ESTRATÉGICO	Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia								
O QUE MEDE	O percentual de participação dos magistrados em ações alinhadas à estratégia.								
COMO MEDIR	Total de magistrados que participaram em ações orientadas para a execução da estratégia (TMagAçãoExecEst), dividido pelo total de magistrados (TMag), multiplicado por cem. IPM = (TMagAçãoExecEst/TMag)x100				UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual			
					QUANDO MEDIR:	Semestralmente			
QUEM MEDE	Escola Judiciária Eleitoral (EJE)								
QUEM ANALISA	Escola Judiciária Eleitoral (EJE)								
META	Alcançar 40% de participação, até 2015.			POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Relatórios das ações e controle de magistrados da SGP		
Resultado no período						EVOLUÇÃO DO INDICADOR			
Resultado 2015	3,21%							Realizado	Meta
Metas Anuais						1º SEM/15		3,21%	32,50%
Meta 2015	40,00%					2º SEM/15			40,00%
Histórico									
2012	8,03%								
2013	2,81%								
2014	0,40%								
1) Para cálculo do indicador serão consideradas as ações estratégicas cuja participação dos magistrados seja de caráter voluntário. 2) Deverá ser considerado um magistrado por cartório eleitoral para o cômputo do “total de magistrados”.									

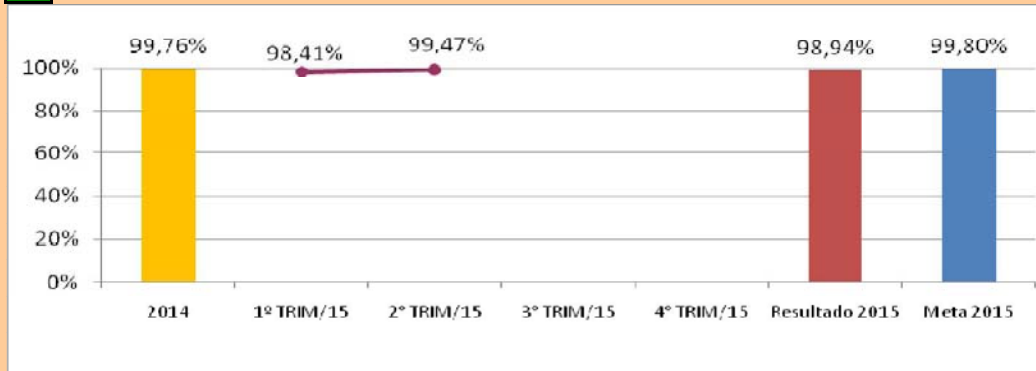
Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES	
	INDICADOR:	GP 06 - ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DOS MAGISTRADOS
Análise de Desempenho (1º semestre) Banco de voluntários no 1º sem 2015: 35 magistrados. Número de magistrados atuantes no 1º sem/2015: 8 A nova Direção da EJE, cujo mandato teve início em 02/03/2015, lançou um convite a todos os magistrados fluminenses para atuarem nos projetos de cidadania da Escola Judiciária Eleitoral. Releva-se transcrever nesta ficha o teor do Ofício-Circular EJE nº 001/2015: "A Direção da Escola Judiciária Eleitoral (EJE-RJ), atendendo à diretriz da Presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ), apoia e incentiva o Projeto "TRE vai à Escola", que é uma campanha em prol da participação política do jovem em um ambiente democrático. A realização do Projeto depende da contribuição dos juízes eleitorais, titulares e substitutos, que, portanto, são aqui concitados a contatarem a EJE-RJ, por email (eje@tre-rj.jus.br) ou telefone (21 3513-8228/8219) para manifestarem seu interesse e informarem as datas disponíveis neste primeiro semestre para levarem o Projeto às escolas públicas situadas na circunscrição da respectiva Zona Eleitoral. Uma vez agendada a visita à escola, a EJE-RJ se fará presente para prestar o suporte necessário ao juiz, inclusive disponibilizando slides para a apresentação e materiais didáticos e de apoio. Igualmente será oferecido ao magistrado palestrante transporte para o local da apresentação. Solicitamos que V. Exa. manifeste seu interesse até o próximo dia 10 de abril, para fim de elaboração do cronograma de ação. Destaca-se que não é uma atividade obrigatória para o juiz eleitoral, mas que sua participação é extremamente importante para que a Justiça Eleitoral se aproxime do cidadão, bem como para que o TRE-RJ e a EJE-RJ atinjam seus objetivos estratégicos. Assim, apesar dos afazeres profissionais do magistrado, pede-se que cada juiz eleitoral tente agendar ao menos uma palestra, pois, dessa forma, como são 249 Zonas Eleitorais, teremos a perspectiva de atender igual número de escolas públicas." Tal iniciativa contribuiu diretamente para a evolução do indicador que subiu de 12 para 35 juízes voluntários. Durante todo o ano serão realizadas ações educativas com base na listagem de escolas indicadas pela Secretaria Estadual de Educação, que foi instada a se manifestar acerca da parceria em prol da educação para a cidadania. 04 (quatro), dentre os juízes voluntários, não se encontram, no momento, exercendo a judicatura eleitoral, porém, se disponibilizaram a atuar junto às escolas pertencentes aos municípios de seus respectivos NURs. (Núcleos Regionais - Código de Organização Judiciária do Estado de Rio de Janeiro - CODJERJ)		
Variável	1 SEM/2015	2 SEM/2015
TMagAçãoExecEst	249	
Tmag	8	

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Infraestrutura e Tecnologia

Objetivo: Garantir a infraestrutura adequada de TIC

IT 04 - Índice de disponibilidade de serviços essenciais de TIC



IT 05 - Índice de porte em TIC conforme requisitos definidos na Resolução 90/CNJ



Projetos Estratégicos

	Modernização do Data Center
	Programa Segurança da Informação
	Georreferenciamento das Zonas Eleitorais

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Infraestrutura e Tecnologia



Objetivo: Garantir a infraestrutura adequada de TIC

Análise de Desempenho

Exemplo de preenchimento:

1 – Síntese do resultado atual; 2 – Relação dos indicadores vinculados ao objetivo com seu desempenho; 3 – Relação do andamento das iniciativas/impacto com o desempenho do objetivo; 4 – Potenciais fontes de problemas que estejam impactando no desempenho do objetivo; 5 – Riscos potenciais que precisam ser tratados para assegurar o alcance do objetivo; 6 – Recomendações sobre processos que tenham relação com o objetivo.

1 - A infraestrutura de TIC tem permanecido estável, sem a ocorrência de problemas locais que afetem significativamente sua disponibilidade. No segundo trimestre houve um problema relacionado à infraestrutura do TSE, que ficou sem serviços de TI por aproximadamente um dia inteiro devido a uma falha em um componente crítico da infraestrutura, o que acabou afetando negativamente o índice de disponibilidade de diversos serviços oferecidos pelos TREs. Os principais obstáculos enfrentados no TRE-RJ permanecem sendo relacionados à capacidade de desenvolvimento de soluções para atendimento às demandas das unidades e à capacidade da infraestrutura atual para suportar a disponibilização de novos serviços. Permanece a carência de melhorias, especialmente no que se refere à infraestrutura física, ao quantitativo de pessoal e à estrutura funcional da Coordenadoria de Infraestrutura. Estes três fatores têm trazido obstáculos à ampliação dos serviços oferecidos e à manutenção de alguns serviços.

2 - Os indicadores vinculados ao objetivo apresentam vínculo direto com o desempenho da infraestrutura. Destacamos que o indicador IT05 apresenta uma melhor visão do objetivo em razão de ser um índice relacionado a diversos aspectos que influenciam na gestão da infraestrutura de TI (pessoal, equipamentos, sistemas etc.), embora tenha medição anual. O indicador de disponibilidade dos sistemas essenciais apresenta uma visão mais operacional do desempenho de parte significativa da infraestrutura, porém é relacionado somente a determinados serviços sem levar outros fatores em consideração.

3 - Dos projetos estratégicos vinculados ao objetivo, os dois com maior impacto são os de Modernização do Datacenter e Programa Segurança da Informação. Este último não se relaciona somente com a questão da infraestrutura de TI, mas com diversos outros objetivos e processos do TRE uma vez que abrange muito mais que a questão da tecnologia. O projeto Modernização do Datacenter tem correlação com o Programa Segurança da Informação na medida que atende a necessidades de segurança e disponibilidade das informações. O projeto Georreferenciamento das Zonas Eleitorais possui pouca relação com o fornecimento da infraestrutura de TI, sendo relacionado a outros objetivos estratégicos, uma vez que constitui ferramenta para análise e acesso a diversas informações relacionadas às zonas eleitorais, permitindo um melhor planejamento das ações voltadas ao atendimento aos eleitores e necessidades dos cartórios. Dos projetos estratégicos relacionados ao objetivo podemos dizer que os projetos Segurança da Informação e Georreferenciamento já tiveram praticamente suas atividades encerradas, tendo sido apresentada praticamente a totalidade dos produtos apresentados no escopo dos mesmos. Ainda encontra-se pendente a aprovação da Política de Segurança, porém recebemos notícia de que o TSE encontra-se elaborando nova Política de Segurança para a Justiça Eleitoral, o que trará a necessidade de reavaliação da política proposta para o TRE-RJ. Em relação ao Projeto de georreferenciamento das zonas eleitorais, destacamos que houve andamento na aprovação de limites de diversas zonas eleitorais, restando poucos ainda pendentes de aprovação. Já o projeto Modernização do Datacenter foi iniciado, tendo sido montada a equipe do projeto e elaborados termos de abertura e documento de oficialização da demanda para a contratação de um datacenter seguro.

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Infraestrutura e Tecnologia

 **Objetivo: Garantir a infraestrutura adequada de TIC**

Análise de Desempenho

4 - Por apresentar uma visão bastante abrangente do objetivo, a análise do indicador IT05 representa grande parte da análise do objetivo estratégico. Todavia, o CNJ ainda não iniciou o levantamento referente a 2015, o que impossibilita uma nova avaliação direta deste indicador. De qualquer modo, identificamos que não houve alteração significativa nos principais aspectos que impactam no objetivo. O principal problema verificado é a reduzida mão-de-obra especializada para o desenvolvimento das atividades. Esta é uma variável relevante no cálculo do índice de porte do CNJ e no caso específico do TRE-RJ tem gerado impacto negativo em outras atividades, tais como troca do parque de computadores e desenvolvimento de sistemas. Como medida para reduzir este impacto, está sendo ampliada a gama de tarefas realizadas por empresas contratadas e no terceiro trimestre de 2015 será iniciada a troca de computadores das zonas eleitorais do TRE-RJ utilizando-se pessoal do novo contrato de infraestrutura disponibilizado pelo TSE. Também está sendo priorizada a contratação de outsourcing de impressão para atender a toda a Sede do TRE, reduzindo a necessidade de pessoal do quadro para a gestão de impressoras e seus suprimentos. A troca dos computadores da Sede teve sua primeira etapa finalizada, aguardando a aquisição de novos equipamentos para substituir os computadores restantes. Foram trocados aproximadamente 300 máquinas, o que corresponde a aproximadamente 1/3 do total de computadores em uso na Sede. Considerando que 1/3 já tinham sido atualizados anteriormente, somente falta atualizar o 1/3 restante. A substituição de equipamentos mais antigos trará impacto positivo no porte de tecnologia no quesito idade média dos computadores e com a troca dos equipamentos dos cartórios, haverá um avanço significativo neste quesito. Outro problema que traz impacto negativo na execução de algumas tarefas é a questão da organização funcional da STI. No começo do ano foi encaminhado documento a respeito (prot. 35.054/2015), porém ainda não há decisão a respeito. A Coordenadoria de Infraestrutura tem sofrido com dificuldades na gestão de suas atividades em razão do grande número de atribuições e seções vinculadas à coordenadoria. A estrutura organizacional da COINF foi o resultado da fusão de atividades do que seriam duas coordenadorias, a de Soluções Corporativas e a de Infraestrutura. A COINF é responsável por todas as questões de infraestrutura, assim como suporte e desenvolvimento de soluções. No TSE e em outros regionais estas atividades estão divididas em duas ou três coordenadorias. Este agrupamento de funções torna a COINF a coordenadoria do Tribunal com mais seções vinculadas à mesma, totalizando 6 (seis) seções, enquanto a média das demais coordenadorias é de 3 (três) seções. Esta sobrecarga de funções acarreta em pouco tempo para planejamento das ações e acompanhamento da execução das atividades pela responsável pela gestão da unidade. Um terceiro problema crítico é a questão do espaço de armazenamento de urnas eletrônicas, pois existe previsão de descarte de um significativo percentual das urnas existentes e respectivo recebimento de grande volume em substituição. Atualmente os depósitos de urna operam bem próximos da capacidade máxima de armazenamento e já não apresentam boas condições para atender à previsão de crescimento do eleitorado a médio prazo, porém as operações de recebimento e descarte deverão extrapolar a capacidade existente já no próximo ano, o que gera a necessidade urgente de obtenção de novos espaços para armazenamento de urnas eletrônicas. Como tentativa de solução, houve a inclusão de um item na proposta orçamentária de 2016 para aquisição de um novo depósito de urnas.

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Infraestrutura e Tecnologia

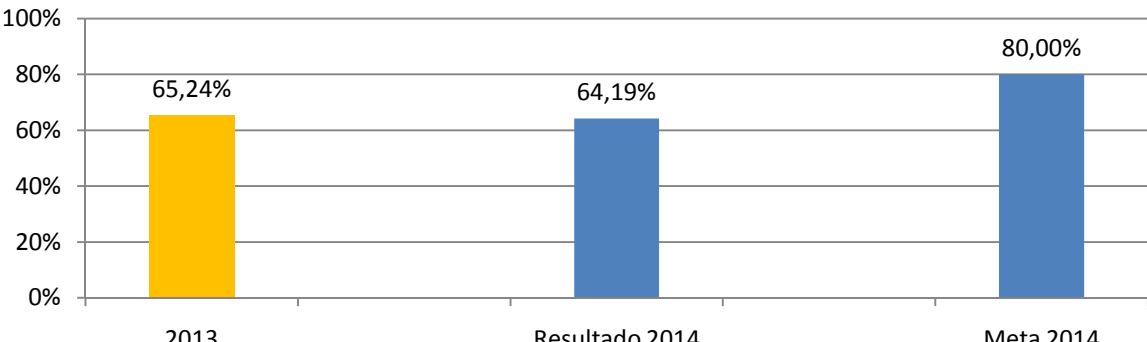
 **Objetivo: Garantir a infraestrutura adequada de TIC**

Análise de Desempenho

5 - Os principais riscos identificados permanecem relacionados à infraestrutura física do datacenter, uma vez que o mesmo está operando sem alguns controles necessários e com uma infraestrutura elétrica, de climatização e de segurança física não apropriada para a relevância das informações e serviços disponibilizados. Este risco está sendo tratado com a execução do projeto Modernização do Datacenter, que finalmente obteve dotação orçamentária para este exercício, porém sua realização depende de considerável comprometimento de outras áreas do tribunal para o bom andamento da especificação dos serviços e da contratação e execução das atividades. O cadastramento biométrico também poderá impactar na disponibilidade do site Internet caso o volume de acessos venha a extrapolar a capacidade disponibilizada pelo TSE para o equipamento servidor site do TRE-RJ na Internet, o que será bem provável quando houver divulgação mais ampla do serviço, especialmente quando envolver municípios com mais de 200 mil eleitores. Outro fator que deve ser influenciado pelo cadastramento é a troca dos computadores dos cartórios, pois havendo revisão do eleitorado terão que ser alocados novos computadores para atender aos postos de atendimento que deverão ser criados e, para tanto, os computadores e pessoas que estariam dedicados para a atualização dos cartórios deverão ser deslocados para a montagem dos postos de atendimento.

6 - Recomenda-se priorizar a execução do Projeto Modernização do Datacenter em virtude de seu grande impacto no objetivo e do custo relacionado ao mesmo, alocando os recursos humanos necessários para a elaboração dos projetos e do termo de referência, uma vez que metade do exercício já se passou e existe orçamento alocado para o projeto. Destaca-se a necessidade de apoio da Secretaria de Manutenção e Serviços Gerais no sentido de alocar pessoal especializado em engenharia de modo exclusivo ou preferencial, uma vez que a execução do projeto envolve essencialmente a realização de intervenções físicas no prédio e a avaliação de requisitos de rede elétrica, cabeamento lógico, refrigeração e combate a incêndio.

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES		
	INDICADOR:		IT 04 - ÍNDICE DE DISPONIBILIDADE DE SERVIÇOS ESSENCIAIS DE TIC
Os índices de disponibilidade do período ficaram abaixo do esperado nos meses de abril e junho. Em abril, devido à baixa disponibilidade do servidor de correio eletrônico, que precisou ser desligado por algumas horas para substituição de um disco rígido que apresentou defeito. No mês de junho, em função de problemas técnicos ocorridos em dois equipamentos switches localizados no TSE, os quais permaneceram fora de serviço por quase 20 horas. Destaque-se o baixo índice de disponibilidade apresentado regularmente pelo sistema ELO. Como informado em análises anteriores, trata-se de sistema hospedado em equipamento servidor localizado no TSE, o que dificulta a obtenção de diagnóstico para o problema. É correto afirmar, contudo, que o problema ocorrido com o "acesso internet" no mês de junho/2015 contribuiu para o fraco desempenho do sistema no mesmo período, uma vez que o acesso ao ELO depende também de todos os elementos que compõem o canal de comunicação com o TSE. Reitero a solicitação de exclusão do sistema "Petição Eletrônica" da planilha, visto que não é usado no âmbito deste Tribunal. A disponibilidade dos sistemas essenciais encontra-se diretamente relacionada à adequação da infraestrutura de TIC e do número de servidores capacitados dedicados a atividades relacionadas ao funcionamento dos serviços e sistemas. Uma infraestrutura deficiente produzirá efeitos negativos na disponibilidade dos sistemas, afetando a realização dos serviços, e o número reduzido de pessoas capacitadas delonga não apenas a disponibilização dos serviços mas também a resolução de eventuais problemas. Recomenda-se que o TRE-RJ priorize a obtenção dos recursos orçamentários necessários à adequação da infraestrutura do datacenter e a criação de novas vagas de TIC. Neste sentido, está em andamento o projeto de modernização do datacenter, que visa instalar ambiente físico seguro para abrigar o Centro de Dados do TRE-RJ (datacenter), incorporando infraestrutura de alta disponibilidade, ambiente físico protegido e sistemas de controle e monitoração do ambiente, de forma a garantir a disponibilidade dos serviços e sistemas informatizados, bem como a proteção dos equipamentos e informações neles armazenadas. É importante destacar também que o Projeto de Lei 7.990/2014, propondo a criação de novos cargos efetivos nos quadros de pessoal do tribunais regionais, destinados à tecnologia da informação, já está sendo apreciado pelo Congresso Nacional. O citado projeto de lei destina ao TRE-RJ o seguinte quantitativo de vagas: 27 analistas e 14 técnicos. Reforço recomendação anterior quanto à adequação da meta do indicador que encontra-se acima dos padrões adotados pelo mercado.			

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES						
		INDICADOR:		IT 05 -ÍNDICE DE PORTE EM TIC CONFORME REQUISITOS DEFINIDOS NA RESOLUÇÃO 90/CNJ				
OBJETIVO ESTRATÉGICO		Garantir a infraestrutura adequada de TIC						
O QUE MEDE		O percentual de atendimento aos requisitos de TIC definidos pelo CNJ, com base em critérios estabelecidos pelo Comitê Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário para avaliar o nível de infraestrutura de TIC, considerando os 5 (cinco) principais componentes de avaliação da infraestrutura de TIC (Tecnologia, Força de trabalho total mínima de TIC, Automação, Governança de TIC e Capacitação em TIC).						
COMO MEDIR		Percentual alcançado no porte em tecnologia (PorTec) somado ao percentual alcançado do porte da força de trabalho total mínima de TIC (PorForTrabTotMínTIC) somado ao percentual alcançado no porte em automação (PorAut) somado ao percentual alcançado no porte em governança de TI (PorGovTI) somado ao percentual alcançado no porte em capacitação (PorCapTI) PTIC = PorTec + PorForTrabTotMínTIC + PorAut + PorGovTI + PorCapTI Cada componente de avaliação da infraestrutura de TIC possui um porte máximo de 20% a ser atingido de acordo com as regras de pontuação definidas pelo CNJ.				UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual	
						QUANDO MEDIR:	Anualmente, quando da avaliação de porte dos tribunais realizada pelo CNJ.	
QUEM MEDE		Secretaria de Tecnologia da Informação (STI)						
QUEM ANALISA		Secretaria de Tecnologia da Informação (STI)						
META		Atingir o índice de 80% de porte em TIC, até 2014 (valor considerado como porte aprimorado pelo CNJ).			POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Relatórios de desempenho dos planos de ação e dos projetos
Resultado no período							EVOLUÇÃO DO INDICADOR	
Resultado 2014	64,19%							
Metas Anuais								
Meta 2014	80,00%							
Histórico								
2011	NM							
2012	72,04%							
2013	65,24%							
As unidades responsáveis pelas informações coletadas pelo CNJ encaminham os dados à STI, que valida e preenche o formulário disponibilizado pelo CNJ.								

ANÁLISE DE INDICADORES

Tribunal Regional
Eleitoral do Rio de Janeiro

INDICADOR:

IT 05 -ÍNDICE DE PORTE EM TIC CONFORME REQUISITOS DEFINIDOS NA RESOLUÇÃO 90/CNJ

Em 2014 houve uma pequena redução no índice referente ao TRE-RJ em relação ao índice obtido em 2013.

Analisando os portes que compõem o índice, verifica-se que ocorreram reduções no porte baseado em tecnologia e no porte de capacitação e houve melhora no porte baseado em automação. Os portes baseados na força de trabalho total mínima e de governança de TI permaneceram com os mesmos índices de 2013.

O porte baseado em Tecnologia está diretamente relacionado à disponibilidade de equipamentos e à capacidade e à idade média dos mesmos. A redução nesta variável deveu-se essencialmente ao aumento na idade das impressoras em uso no tribunal. O aumento na idade média das impressoras ocorreu em decorrência da necessidade de utilização de impressoras matriciais para impressão dos títulos eleitorais. Estas impressoras apresentam custo de aquisição mais elevado em razão de estarem sendo produzidas em escala menor que as demais e têm menor utilização nos cartórios eleitorais, o que faz com que o desgaste seja menor e que tenham uma vida útil maior. Assim, o TSE não tem realizado aquisições para atualização destas impressoras recentemente, sendo que o número de impressoras deste tipo é significativo, o que tem significativo impacto na média de idade do parque de impressoras. Situação semelhante ocorre com os equipamentos servidores. Houve um aumento na idade média dos servidores em razão do grande contingente de equipamentos servidores utilizados nos cartórios (um para cada cartório, ou seja, aproximadamente 85% do parque de servidores encontra-se nos cartórios). Estes equipamentos nos cartórios estão aguardando definição do TSE quanto à atualização do hardware e sistema operacional, o que levou ao aumento na idade média do parque instalado.

Há oportunidades de melhoria no porte baseado em tecnologia no que se refere à idade média dos microcomputadores e velocidades dos circuitos de comunicação. A redução na idade média dos microcomputadores não ocorreu em 2014 devido a alguns fatores: 1) indefinição do TSE quanto à atualização do sistema operacional nos cartórios; 2) limitações na equipe técnica responsável pela configuração dos equipamentos e suporte ao sistema operacional, e; 3) início do período eleitoral, quando o volume de serviço aumenta significativamente e não é possível realizar intervenções que prejudiquem o funcionamento dos cartórios e diversos setores da Sede. Estes fatores obrigaram à utilização de equipamentos mais antigos que já estavam instalados, tanto na sede como nos cartórios, o que acarretou na redução da variável. Todavia, o TSE encaminhou equipamentos para a atualização dos computadores nos cartórios e este serviço deverá ser iniciado em 2015, o que irá reduzir a idade média dos equipamentos utilizados embora ainda permaneça o risco relativo ao pequeno contingente de pessoal para a realização desta tarefa e o risco do surgimento de outras atividades que venham a interferir em sua realização. Em relação à capacidade dos circuitos de comunicação (links), foi realizado novo contrato, que terá início em 2015 e que prevê uma velocidade mínima de 2Mbps para todos os circuitos, o que levará a um aumento de 2,57 no índice de porte do TRE-RJ.

Uma oportunidade de melhoria para o porte de governança de TIC será a aprovação de política de segurança da informação para o TRE-RJ. Existe processo a respeito deste assunto e uma proposta de política já foi elaborada e submetida à apreciação superior, aguardando definição. Um risco existente refere-se à não aprovação de prorrogação da validade do planejamento estratégico de TI.

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES		
	INDICADOR:		IT 05 -ÍNDICE DE PORTE EM TIC CONFORME REQUISITOS DEFINIDOS NA RESOLUÇÃO 90/CNJ
A variável de Porte em Capacitação foi impactada pela não realização de treinamentos para servidores recebidos no último concurso, o que alterou o quantitativo de pessoal e, com isto o percentual de pessoas capacitadas em certificação digital e segurança da informação. Recomenda-se a realização de capacitação em certificação digital e segurança da informação para os novos programadores e analistas, além dos demais servidores destas especializações que não participaram da capacitação oferecida pelo CNJ. Permanece a principal recomendação para elevação do índice, ou seja, que sejam feitos esforços para atender à variável Força de Trabalho Mínima Recomendada para TIC, uma vez que a mesma, se atendida integralmente, trará um impacto positivo de 13,33% no índice, o que levaria o TRE-RJ a um índice de 77,52%.			

Variável	2012	2013	2014
PorTec	15,51	13,08	12,18
PorForTrat	6,67	6,67	6,67
PorAut	17,42	15,48	17,42
PorGovTI	16,4	14,59	14,59
PorCapTI	16,04	15,42	13,33
PTIC	72,04	65,24	64,19

Perspectiva dos Recursos

Tema:

Orçamento

Objetivos Estratégicos:

Assegurar recursos orçamentários necessários à execução da estratégia

Monitoramento de Objetivo Estratégico

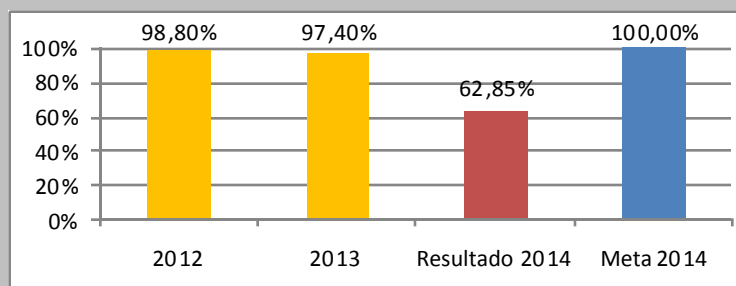
Tema: Orçamento



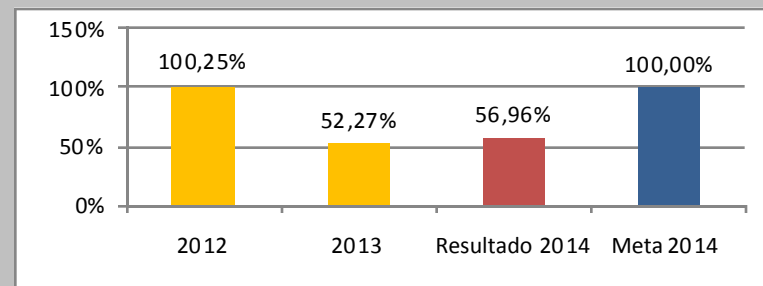
Objetivo: Assegurar recursos orçamentários necessários à execução da estratégia



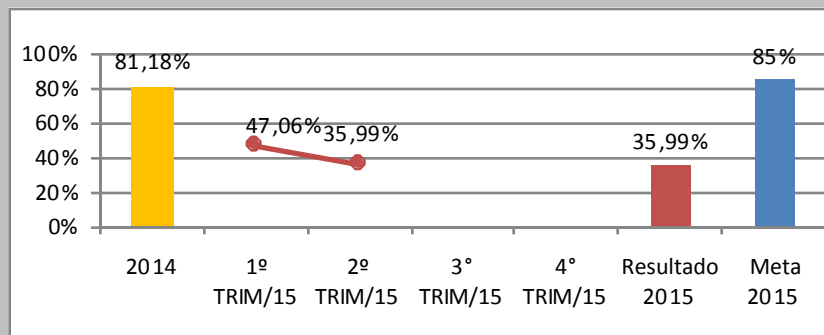
ORÇ 01 - Execução orçamentária



ORÇ 03 - Índice de execução do orçamento estratégico



ORÇ 02 - Índice de execução financeira



Projetos Estratégicos

Sistema de Acompanhamento da Execução

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Orçamento



Objetivo: Assegurar recursos orçamentários necessários à execução da estratégia

Análise de Desempenho

ORÇ 2 - Com a aprovação pelo Congresso Nacional do orçamento para 2015 e a edição da Lei nº 13.115 de 20/04/2015 (LOA) o orçamento do Tribunal foi integralmente liberado permitindo que contratos vigentes fossem empenhados em sua totalidade até sua vigência, bem como demais despesas de manutenção geral fossem compromissadas. Tal fato repercutiu positivamente para o desempenho do indicador, assegurando a evolução do índice da execução financeira dentro do esperado para o trimestre.

Com relação aos indicadores ORÇ 1 e ORÇ 3, por se tratarem de análises efetuadas somente quando do término do exercício, informamos que nos manifestaremos no momento oportuno.

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES										
	INDICADOR:	ORÇ 01 -EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA									
Comparando-se com o resultado do exercício de 2013, o desempenho do indicador em 2014 apresentou uma considerável diminuição. O resultado foi influenciado basicamente pela inexecução orçamentária (empenho) da dotação disponibilizada para a Ação Construção do Edifício-Sede do TRE-RJ no valor de R\$ 17.628.000,00, sem a qual teria sido alcançado um percentual de 89,93% e portanto, um resultado satisfatório do indicador.											
<table> <tr> <td>Variável</td><td colspan="2">2014</td></tr> <tr> <td>OrçExec</td><td>R\$</td><td>36.512.559,97</td></tr> <tr> <td>OrçDisp</td><td>R\$</td><td>58.095.736,39</td></tr> </table>			Variável	2014		OrçExec	R\$	36.512.559,97	OrçDisp	R\$	58.095.736,39
Variável	2014										
OrçExec	R\$	36.512.559,97									
OrçDisp	R\$	58.095.736,39									

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	PLANILHA DE INDICADORES							
	INDICADOR:		ORÇ 02 - ÍNDICE DE EXECUÇÃO FINANCEIRA					
OBJETIVO ESTRATÉGICO	Assegurar recursos orçamentários necessários à execução da estratégia							
O QUE MEDE	A relação entre o valor liquidado e o valor executado do orçamento dentro do exercício.							
COMO MEDIR	Orçamento Liquidado (OrçLiq), dividido pelo Orçamento Executado (OrçExec), multiplicado por cem. EOL = (OrçLiq / OrçExec) x 100				UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual		
					QUANDO MEDIR:	Trimestralmente		
QUEM MEDE	Coordenadoria de Orçamento (CORÇA)							
QUEM ANALISA	Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF)							
META	Alcançar 85% de liquidação dos recursos executados, até 2015.		POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Sistema de Administração Financeira - SIAFI		
Resultado no período						EVOLUÇÃO DO INDICADOR		
Resultado 2015	35,99%					Realizado	Meta	
Metas Anuais						1º TRIM/15	47,06%	10,00%
Meta 2015	85%					2º TRIM/15	35,99%	35,00%
						3º TRIM/15		60,00%
Histórico						4º TRIM/15		85,00%
2011	69,59%							
2012	31,93%							
2013	38,92%							
2014	81,18%							
1) Excluem-se do cálculo do indicador as despesas relativas a pessoal, benefícios, contribuição social e pleitos eleitorais.								
2) Entende-se por “orçamento executado” a despesa empenhada.								
3) Entende-se por “orçamento liquidado” as despesas devidamente liquidadas no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.								

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES	
	INDICADOR:	ORÇ 02 - ÍNDICE DE EXECUÇÃO FINANCEIRA
Considerando que atingimos o percentual de 35,99% para uma meta de 35%, vemos como satisfatório o desempenho alcançado. A maior parte dos empenhos emitidos no corrente exercício correspondem a contratos de prestação de serviço com valores significativos, ressaltando que a liquidação é mensal e os contratos são empenhados para todo o ano. Observamos que a totalidade dos contratos encontram-se integralmente empenhados até o final do exercício corrente. Destacamos, ainda, que o referido percentual poderia ser melhor, porém as empresas contratadas têm rotineiramente apresentado problemas documentais para a efetivação dos pagamentos, o que acarreta atraso nas liquidações. Conforme pode ser verificado, a meta estipulada para o 2º trimestre além de alcançada, foi superada.		
Variável	1 TRIM	2 TRIM
OrçLiq	3.990.763,64	11.764.189,35
OrçExec	8.481.054,56	32.684.060,55

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES															
		INDICADOR:		ORÇ 03 - ÍNDICE DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO ESTRATÉGICO													
OBJETIVO ESTRATÉGICO		Assegurar recursos orçamentários necessários à execução da estratégia															
O QUE MEDE		O percentual entre o valor executado nas iniciativas estratégicas e o valor disponibilizado para tal.															
COMO MEDIR		Valor executado nas iniciativas estratégicas (VExecInicEst), dividido pelo valor disponibilizado para as iniciativas estratégicas (VDisInicEst), multiplicado por 100. EOE = (VExecInicEst / VDisInicEst)x100				UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual										
						QUANDO MEDIR:	Anualmente, em janeiro.										
QUEM MEDE		Coordenadoria de Orçamento (CORÇA)															
QUEM ANALISA		Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF)															
META		Aumentar para 100% o valor executado nas iniciativas estratégicas sobre o valor disponibilizado para tal, até 2014.		POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	LOA, Créditos Orçamentários e Planejamento Estratégico										
Resultado no período		<table><tr><th>Ano</th><th>Valor</th></tr><tr><td>2012</td><td>100,25%</td></tr><tr><td>2013</td><td>52,27%</td></tr><tr><td>Resultado 2014</td><td>56,96%</td></tr><tr><td>Meta 2014</td><td>100,00%</td></tr></table>				Ano	Valor	2012	100,25%	2013	52,27%	Resultado 2014	56,96%	Meta 2014	100,00%	EVOLUÇÃO DO INDICADOR	
Ano	Valor																
2012	100,25%																
2013	52,27%																
Resultado 2014	56,96%																
Meta 2014	100,00%																
Resultado 2014	56,96%						Realizado	Meta									
Metas Anuais		2013	52,27%	100,00%													
Meta 2014	100,00%	2014	56,96%	100,00%													
Histórico																	
2012	100,25%																
2013	52,27%																

1) Iniciativas estratégicas são aquelas indicadas no Plano Estratégico do Tribunal e as que passem a compor o portfólio de projetos estratégicos ao longo da execução da estratégia.

2) O total disponibilizado para as iniciativas estratégicas deve ser considerado a partir da aprovação da LOA.

3) Entende-se por “valor disponibilizado” a dotação final, isto é, a dotação inicial acrescida dos respectivos créditos adicionais (para iniciativas estratégicas).

4) Entende-se por “valor executado” a despesa empenhada (para iniciativas estratégicas).

 Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES		
	INDICADOR:		ORÇ 03 - ÍNDICE DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO ESTRATÉGICO
Informamos que das nove ações estratégicas incluídas no orçamento de 2014, apenas três ações foram objeto de empenho, conforme podemos verificar na planilha TRE RJ encaminhada em anexo. Após análise comparativa com o exercício de 2013 verificamos uma pequena melhora neste indicador. Esclarecemos que compete a esta secretaria tão somente a disponibilização/controlar dos recursos orçamentários visando assegurar o pleno atendimento das necessidades relativas às despesas correntes e de investimento, restando às unidades responsáveis a solicitação/execução dos recursos disponíveis para o melhor aproveitamento possível. Participamos, ainda, que semanalmente enviamos às unidades administrativas relatório contendo informações quanto à execução do orçamento sob suas responsabilidades. Com relação ao indicador ORÇ 3, propomos que: § A análise seja realizada pela ASPLAN, uma vez que é a Unidade Administrativa com visão ampla de todo o Planejamento Estratégico, inclusive no que se refere ao monitoramento dos Projetos. Destaca-se, por exemplo, que algumas Ações Estratégicas podem ter sido empenhadas, no entanto, não terem visibilidade orçamentária para análise dentro do modelo atual de medição; § A diminuição da meta de 100% para 85% pois é a parte do orçamento anual mais suscetível às mudanças por parte da alta Administração e portanto às políticas de gestão do período. Acreditamos que a redução da meta retrataria melhor a realidade da instituição em função da discricionariedade desta dotação orçamentária. § A mudança da periodicidade da medição deste indicador de anual para trimestral, proporcionando uma melhor análise e acompanhamento, ensejando tomada de medidas tempestivas, minimizando as sobras orçamentárias e possibilitando a implementação de novas ações.			